



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA DO CARMO LEAL XIMENES

**SOFRIMENTO E SABER ESPÍRITA: SUBSÍDIOS PARA UM OBSERVATÓRIO DE
DIREITOS HUMANOS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE LÉON DENIS**

FORTALEZA

2023

MARIA DO CARMO LEAL XIMENES

SOFRIMENTO E SABER ESPÍRITA: SUBSÍDIOS PARA UM OBSERVATÓRIO DE
DIREITOS HUMANOS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE LÉON DENIS

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Ângela Maria Bessa Linhares

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- X35s Ximenes, Maria do Carmo Leal.
Sofrimento e Saber Espírita : subsídios para um observatório de direitos humanos em diálogo com o pensamento de Léon Denis / Maria do Carmo Leal Ximenes. – 2023.
156 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares.
1. sofrimento. 2. direitos humanos. 3. espiritismo. 4. observatório. 5. educação jurídica. I. Título.
CDD 370
-

MARIA DO CARMO LEAL XIMENES

SOFRIMENTO E SABER ESPÍRITA: SUBSÍDIOS PARA UM OBSERVATÓRIO DE
DIREITOS HUMANOS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE LÉON DENIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 27/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luís Tavora Furtado Ribeiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

A meus pais, Raymundo Napoleão Ximenes (*In Memoriam*) e Maria José Leal Ximenes, por todas as oportunidades que me facultaram para o crescimento intelectual, mas principalmente por trazerem Deus para nosso universo familiar.

A Léon Denis, por me ter inspirado para esta pesquisa a partir de suas reflexões sobre a solidariedade e a justiça social à luz do espiritismo.

AGRADECIMENTOS

A meus filhos.

A minha família, que se elastece muito além dos laços consanguíneos.

A minha orientadora Prof.^a. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares pelo incentivo e valioso suporte ao longo do mestrado.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro e Prof.^a. Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra pelo tempo, colaborações e sugestões.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

A Maria Júlia da Conceição (*In Memoriam*), pelas preciosas informações sobre sua infância como retirante na seca de 1932.

Aos amigos do Centro Espírita André Luiz.

A meu filho, Me. Francisco Leal Ximenes Souza, Prof.^a. Ma. Elaine de Farias Giffoni e Prof.^a. Ma. Maria Neyde Gomes Ximenes pelas observações sobre este trabalho.

A Luísa Cruz, Maria Aparecida Leal e Maria de Nazaré Lima pelas transcrições.

Ao Desembargador Francisco Luciano Lima Rodrigues pelo constante incentivo e aos colegas do gabinete, Rochelle Fiúza, Itiberê Amaral, Paulo Petrola, Alexandre Santiago, Katiana Rangel e Douglas Chaves pelo apoio ao retorno à vida acadêmica.

“É através dos seus esforços para se elevar, através de suas aspirações constantes na direção de um estado social mais conforme à justiça e à solidariedade, que se revela a grande corrente humanitária, cuja fonte está no cume do Calvário, e cujas ondas nos trazem para um futuro que não conhecerá mais as vergonhas do pauperismo, da ignorância e da guerra.”

(Léon Denis, 2011)

RESUMO

A dignidade humana é um direito inerente à vida, cimenta as relações sociais e sustenta os direitos humanos fundamentais. Tanto a violência estrutural quanto a relacional acarretam múltiplos sofrimentos, pois repercutem na dignidade humana, cerceiam direitos, impedem o desenvolvimento das potencialidades e, muitas vezes, invisibilizam o sujeito para todo o corpo social. Baseado nesse contexto, formulou-se o seguinte problema: Quais as diretrizes que poderão nortear a constituição de um observatório de direitos humanos a ser instalado na estrutura física de um centro espírita? Assim, estabeleceu-se como objetivo geral desta pesquisa analisar as linhas mestras da reflexão sobre sofrimento e saber espírita, na voz dos sujeitos da pesquisa, objetivando identificar diretrizes para a constituição de um Observatório de Direitos Humanos, tendo como referência fundante o pensamento de Léon Denis. Para o aporte teórico da pesquisa trazemos as obras principais de Allan Kardec e Léon Denis acerca dos princípios do espiritismo e, no campo dos direitos humanos, os trabalhos de Herrera Flores e Flávia Piovesan. A primeira parte da pesquisa deu-se com um levantamento bibliográfico-documental sobre a história do bairro Álvaro Weyne e entrevistas exploratórias para a investigação da fundação do Centro Espírita André Luiz. A segunda parte, do tipo exploratória, foi realizada a partir de entrevistas com sujeitos vinculados ao Centro Espírita André Luiz, situado no bairro Álvaro Weyne, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. O levantamento dos dados foi realizado com a técnica de entrevistas narrativas e observação participante, com registros em um diário de campo e fotografias. Os resultados da pesquisa apontaram sofrimentos decorrentes de privação material, machismo estrutural, racismo estrutural, exorbitância do poder público na esfera privada dos sujeitos (excesso estatal), preconceito contra a diversidade sexual, desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes, crime sexual contra criança e trabalho infantil. Chegou-se à conclusão de que o observatório, que facultará amplo acesso a todos os atores sociais, independente da vertente religiosa ou sem crença alguma, poderá ser um vetor para a conscientização do respeito aos direitos humanos e para uma convivência mais pacífica e solidária na sociedade, comportando três diretrizes: observação (dos direitos mitigados aos atores sociais), encaminhamento (aos órgãos adequados para a busca desses direitos) e educação informal, através da educação jurídica popular (instrução básica dos direitos para o exercício da cidadania).

Palavras-chave: sofrimento; direitos humanos; espiritismo; observatório; educação jurídica popular.

ABSTRACT

Human dignity is an inherent right to life, cements social relations and sustains fundamental human rights. Both structural and relational violence entail multiple suffering, as it affects human dignity, restricts rights, impedes development of potentialities and, often, make the subject invisible to the entire social body. Based on this context, the following problem was formulated: What are the guidelines that could guide the constitution of a human rights observatory to be installed in the physical structure of a spiritist center? Thus, the general objective of this research was to analyze the main lines of reflection about suffering and spiritist knowledge, hearing the voice of the research subjects and aiming to identify guidelines for the establishment of a Human Rights Observatory, having as a founding reference the thoughts of Léon Denis. For the theoretical support of the research, we bring the main works of Allan Kardec and Léon Denis about the principles of spiritism, and in the field of human rights, the works by Herrera Flores and Flávia Piovesan. The first part of the research took place with a bibliographic-documentary survey on the history of the Álvaro Weyne neighborhood and exploratory interviews aiming to research the founding of the André Luiz Spiritist Center. The second part, of an exploratory type, was carried out based on interviews with subjects linked to the Spiritist Center André Luiz, located in the Álvaro Weyne neighborhood in the city of Fortaleza, state of Ceará. Data collection was carried out using the technique of narrative interviews and observation of the participants, with records in a field diary and photographs. The search results pointed out suffering resulting from material deprivation, structural machismo, structural racism, exorbitant public power in the private sphere of the subjects (state excess), prejudice against sexual diversity, disrespect for the rights of children and adolescents, sexual crime against children and child labor. It was concluded that the observatory, which will provide broad access to all social actors, regardless of religious aspects or for those without any belief, could be a vector to raise awareness of respect for human rights and for a more peaceful and supportive society, comprising three guidelines: observation (of the rights that are mitigated to actors of social services), referral (for appropriate bodies pursue these rights) and informal education through popular legal education (basic instruction on rights to exercise citizenship).

Keywords: suffering; human rights; spiritism; observatory. popular legal education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Foto de Maria Júlia da Conceição, 2022	29
Figura 2	Operários construindo vagões na oficina do Urubu, atual bairro Álvaro Weyne.....	38
Figura 3	Campo de concentração do Urubu, atual bairro Álvaro Weyne.....	39
Figura 4	Foto de bomba de água mecânica no campo do Urubu.....	40
Figura 5	Foto dos alojamentos no campo do Urubu.....	40
Figura 6	Foto de bomba de água mecânica. Comunidade do Reino Encantado, 2022....	41
Figura 7	Foto da fachada do Centro Espírita André Luiz no Bairro Álvaro Weyne, 2022.....	42
Figura 8	Foto da obra Amazônia Feérica (1964) de Chico da Silva.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
DADDH	Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OEA	Organização dos Estados Americanos
PSS	Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos
RVC	Rede de Viação Cearense
SIDH	Sistema Interamericano de Direitos Humanos
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	O Espiritismo em Allan Kardec e Léon Denis	15
2.2	O Sofrimento e os Direitos Humanos	18
2.3	Construções éticas	20
2.4	A Educação Jurídica Popular	20
3	METODOLOGIA	22
3.1	Tipologia da pesquisa	22
3.2	Sujeitos da pesquisa	22
3.3	Lócus da pesquisa	22
3.4	Procedimentos da pesquisa	22
3.5	Análise dos dados	24
3.6	Aspectos éticos da pesquisa	24
4	TRILHAS DA PESQUISA, RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1	Do campo de Concentração do Urubu ao bairro Álvaro Weyne: o contexto do Centro Espírita André Luiz	25
4.2	Conquistas de Si - contrapontos entre a assunção de direitos e a vontade e livre-arbítrio em Léon Denis	50
4.2.1	<i>Jane Davy: buscando um lugar para ser mulher</i>	52
4.2.2	<i>Nenuphar: as escolhas feitas entre tropeços e avanços</i>	65
4.2.3	<i>Adília: adversidade como questão</i>	77
4.3	Espiritualidade como luta pessoal e social: desagravos e embates no feminino em luta	91
4.3.1	<i>Alba Valdez: na luta da vida, a emergência das superações de limites</i>	91
4.3.2	<i>Emília: enfrentamentos cotidianos e a sustentação conferida pela vida espiritual</i>	105
4.3.3	<i>Serafina: muitas escolhas na caminhada</i>	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	147
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	150

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios em massa, decorrentes de guerras, autoritarismo político e religioso e os altos índices de desemprego elevaram bastante o número de pessoas no mundo que se enquadram na linha da pobreza. A definição de pobreza monetária extrema pelos parâmetros da ONU, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), inclui pessoas que vivem com menos de U\$1,25 (um dólar americano e vinte e cinco centavos) por dia. A população em vulnerabilidade social no Brasil não tem alimentação suficiente, emprego, moradia, e sofre privações que ultrapassam o aspecto material. Segundo Pedro Demo (2010, p. 67), “a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do ter. Avança na esfera do ser e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras”.

Quando os mecanismos de proteção social se tornam frágeis ou deixam de existir, a vulnerabilidade se acentua e o indivíduo não consegue se constituir como um sujeito autônomo, vivendo em grande sofrimento social pela impossibilidade de acesso aos direitos básicos do ser humano. A pandemia da Covid-19 agravou a questão da vulnerabilidade social e em nosso país inúmeras famílias deixaram a condição de pobreza e passaram à grave situação de miséria. Também a violência tem alcançados níveis globais que ameaçam a vida no planeta e, no entanto, ela está inserida em uma estrutura de produção e distribuição de riquezas que há que ser transformada. “As gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento” (Acselrad *et al.*, 2004, p. 10).

“No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos Direitos Humanos, como paradigma ético” (Piovesan, 2022, p. 220). A violência estrutural e relacional, que lesa a pessoa, repercute na dignidade humana, que cimenta as relações sociais e sustenta os direitos humanos fundamentais. Assim, quanto mais distanciado o sujeito das possibilidades do desenvolvimento de suas potencialidades, maior a marginalização que ele sofre, chegando ao ponto de ser invisibilizado para todo o corpo social. Essa posição do não-ser ou de não se incluir como humano na sociedade é o degrau mais baixo da escala social, pois a pessoa passa a abrir mão até mesmo da luta por seus próprios direitos.

Herrera Flores (2009, p. 28), ao tratar de direitos humanos, se descola do conceito de direitos e caminha para as lutas por esses direitos ao afirmar que: “Os direitos humanos, mais que direitos ‘propriamente ditos’ são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas

que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida”. Assim, para que os direitos humanos possam ser plenamente exercidos por todos, faz-se necessário que as lutas sociais se intensifiquem de modo que as desigualdades sejam reduzidas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) já proclamara desde 1948, em seu artigo primeiro: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. O Espiritismo ao tratar das múltiplas existências do ser, com o conceito de reencarnação e evolução (Kardec, 2016; Denis, 2012, 2018) estabelece um elo mais forte entre todos, demonstrando a importância da solidariedade, que se coaduna com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que convoca a todos a “agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

Nos últimos tempos, a afronta aos direitos humanos por grupos específicos ou mesmo por indivíduos isolados parece querer instalar-se como uma bandeira a ser defendida, o que impede uma convivência pacífica na sociedade. Piovesan (2022, p. 116-117) afirma que a carta de 1988, no Brasil, seria um marco jurídico da transição ao regime democrático em nosso país. E defende que “é no princípio da dignidade humana que a ordem jurídica encontra o próprio sentido, sendo seu ponto de partida e seu ponto de chegada, para a hermenêutica constitucional contemporânea”. Assim, a sustentação das interpretações constitucionais deve reger-se pelo princípio da dignidade humana, como base ética tanto para o ordenamento jurídico interno como para o internacional.

Piovesan (idem, p. 120) enfatiza que “a Carta de 1988 acolhe o princípio da indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, pelo qual o valor da liberdade se conjuga com o valor da igualdade, não havendo como divorciar os direitos de liberdade dos direitos de igualdade.” Compreendemos que para que a liberdade seja efetivamente vivenciada é necessário que a igualdade esteja garantida e, nesse contexto, a educação precisa encontrar lugar para, dentro das necessidades de nosso tempo, trabalhar com a conscientização para o respeito aos direitos humanos, de modo a evitar as violações que, atualmente, parecem ter se intensificado ou ficado mais à mostra de todos.

Jonas (2006), no trecho de seu livro intitulado “O princípio responsabilidade – Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica”, observava que os fenômenos humanos e éticos são extremamente passíveis de serem tecnicamente manipulados e fragmentados. Ao desenvolvermos a dimensão econômica sem que a acompanhe outras dimensões de nossa humanidade, o ser humano atrofia o que o pode mudar e modificar condições de vida mais

igualitárias. Jonas (idem, p. 273) atenta para o fato de que “quanto mais próximo da esfera moral estiver um fenômeno social, mais incerto será falar-se de progresso como uma forma de movimento natural”.

Diante de tantas desigualdades sociais e contínuo desrespeito à dignidade humana, questionamo-nos como e quando haverá uma mudança significativa em escala global.

Recorremos, então a Adorno (2020, p. 154), em sua concepção sobre a Educação, ao distinguir a mera transmissão de conhecimento da necessária criação do novo sujeito coletivo. O autor enfatiza a importância de uma consciência crítica que não descarte a subjetividade em sua relação com o mundo concreto, como forma de se conquistar a emancipação humana e enumera dois problemas que precisam ser enfrentados, sendo o primeiro a própria organização do mundo baseada em um capitalismo acumulador de riquezas, sustentado por uma ideologia do mesmo tipo. Junto a isso há também a reprodução das subjetividades que mantêm esse estado social.

A manutenção dessa ordem que se converte na forma de a pessoa ver o mundo, se não houver um movimento da consciência, distancia o sujeito da vivência da educação como prática emancipatória. No entanto, essa reprodução em nível existencial, pessoal, da socialidade maquínica de nosso tempo, não nega de todo as possibilidades da crítica social trabalhar, em Educação, na direção de caminhos mais próximos da humanização dos sujeitos (Denis, 2018).

Freire (2021) em sua pedagogia libertadora propõe a articulação ser-mundo, pois ela implica a transformação de si mesmo e isso pode impulsionar uma forma outra de agir socialmente, com a criação do que o autor nomeou de inédito viável. É ainda Freire (2021) que propõe que pensemos a consciência não como reflexo mecanizado da objetividade material nem uma consciência que paira fora de qualquer contexto histórico e cultural.

Entendemos que para a construção da consciência de respeito mútuo e solidariedade, é necessário que se estabeleça uma interface entre Educação e Direitos Humanos, sendo a educação compreendida como o instrumento por meio do qual os sujeitos perenemente constroem e intervêm no mundo sendo igualmente afetados por ele.

O sujeito da educação, quando pensamos como um ser espiritual, alargamos nosso olhar, uma vez que não reduzimos o humano a uma materialidade que é causa e fim de tudo. Ultrapassando esse limite de visão, os pilares da doutrina espírita, compilados nas obras de Allan Kardec, estão ligados a uma compreensão particular sobre o ser espiritual que somos. Nessa concepção, a razão do sofrimento na existência humana e sobre o sentido da própria vida

inclui a necessidade de transformação pessoal e intervenção no mundo como tarefa também de evolução espiritual, aspectos centrais no pensamento espírita.

Aqui cabem algumas considerações. Os espíritas, enquanto grupo sociológico e demográfico, constituem uma porcentagem minoritária dentre as religiões no Brasil. De acordo com o último Censo, o número de espíritas entre 2000 e 2010 cresceu 65%, constituindo no ano de 2010 cerca de 2% da população, em torno de 3,8 milhões de brasileiros, embora creia-se que o número de simpatizantes seja maior. Farias (2019) ao traçar um perfil sociodemográfico dos espíritas no Brasil com base nos microdados dos censos de 1991, 2000 e 2010, verificou que os espíritas continuaram o grupo religioso mais escolarizado entre todos. Segundo dados do World Christian Database, em 2009, o Brasil era o país do mundo com mais espíritas.

É corrente definir-se paradigmas como referências que “caracterizam as conquistas científicas universalmente reconhecidas que, por certo período, fornecem um modelo de problemas e soluções aceitáveis pelos que praticam certo campo de pesquisa [...]” (Chizzotti, 2014, p. 21). No entanto, os paradigmas mudam e pensamos o sujeito da Educação como ser espiritual, constituído de múltiplas dimensões.

A multidimensionalidade do sujeito da educação inclui a dimensão espiritual, mas também a biopsicossocial, a cultural, a ecológica e a cósmica. Articulando em educação a dimensão da espiritualidade, o pensamento espírita engloba ciência, filosofia e religião (Kardec, 2016, 2018), unindo áreas de estudo diversas, como o faz o pensamento complexo (Morin, 2007; Yus, 2002; Linhares, 2017).

A primeira instituição espírita foi fundada em 1º de abril de 1858 na cidade de Paris, intitulada Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas (Kardec, 1861). A partir de então foram constituídas novas sociedades espalhadas por toda a Europa chegando depois ao Brasil, onde se formaram grupos de pessoas que ao estudar o Espiritismo, constituíram os centros espíritas. Por volta de 1860, os livros de Allan Kardec começaram a chegar no Brasil. No estado do Ceará, o primeiro centro espírita, intitulado Grupo Espírita Fé e Caridade, foi fundado em 18 de novembro de 1895 por Luiz de França de Almeida e Sá, carioca, que teve grande importância na divulgação do espiritismo no Brasil. A partir de então, novos centros foram sendo fundados no estado (Klein Filho, 2015).

Dizíamos que historicamente o Espiritismo trouxe avanços para sairmos da redução da unidimensionalidade do ser. O pensamento espiritista teve sua origem a partir das observações de Allan Kardec sobre uma série de fenômenos que aconteciam em reuniões denominadas “sessões de mesas girantes ou dançantes” (Fernandes, 2008). Ao realizar estudos aprofundados

e estabelecer contato com os Espíritos através das faculdades mediúnicas de inúmeras pessoas, o codificador do Espiritismo definiu como médium “todo aquele que sente, num grau qualquer, a influência dos Espíritos” (Kardec, 2018, p. 171). Essa relação entre o mundo físico e o espiritual em estreita interferência e possibilidade de comunicação traz elementos paradigmáticos novos.

Partindo desse contexto, nossa pesquisa aborda o sofrimento, que envolve seu dinamismo pessoal, social e espiritual, cuja aparição em grande medida decorre da violência estrutural e relacional, que exclui uma parcela da população de vivenciar direitos humanos fundamentais.

Portanto, a relevância desta pesquisa decorre da necessidade de se estudar o sofrimento que advém de múltiplos fatores, mas levando em conta o desrespeito aos direitos humanos e o aumento significativo de pessoas em vulnerabilidade social. A estrutura econômica atual e os contextos da vida cultural das populações mais vulneráveis impedem o desenvolvimento de potências do ser, estrangulam as possibilidades de convivência humana digna e interceptam a população no exercício da luta por seus próprios direitos. Ressaltamos a importância da aproximação da espiritualidade em direção ao campo dos espaços educativos os mais diversos (Soares; Rech, 2015). Esta pesquisa recorta, então, a interface entre Espiritualidade, Direitos Humanos e Sofrimento no seio de reflexões educacionais.

Como já mencionado, a configuração religiosa muito singular do Espiritismo no Brasil se destaca não só em nível nacional, mas também em nível internacional. Lewgoy (2004), em sua etnografia da leitura temática em um grupo de estudos espíritas, utiliza as lentes de análise da antropologia e a sociologia e é então que estimula a pesquisa de outras perspectivas metodológicas para trabalhar a questão da transmissão e conscientização do respeito aos direitos humanos, na interface entre Educação e Espiritualidade.

Embora os resultados da pesquisa de Lewgoy venham a refletir o que é característico da cosmovisão dos espíritas, os temas fundamentais abordados podem ser aproveitados por outros grupos interessados em práticas educativas na interface entre Educação e Espiritualidade. Nesse sentido é que a nossa abordagem nos leva a levantar linhas mestras para um Observatório de Direitos Humanos.

Assim, a partir da demanda espiritista de aproximar a dimensão espiritual do cotidiano da população, torna-se relevante essa pesquisa, porquanto se estuda com ela concretamente estratégias educativas para abordar a importância do respeito aos direitos humanos no contexto de um espaço dedicado à espiritualidade. A valorização da dimensão espiritual, enquanto busca

de sentido para existência se conecta a uma cultura de valorização da vida e de respeito à diversidade, ética fundamental para uma construção pacífica das relações humanas.

Diante dessas questões, pensamos em investigar as condições necessárias à criação de um Observatório de Direitos Humanos, que poderá funcionar como um vetor para a conscientização de que todos são sujeitos de direitos, promovendo mudanças na vida dos que sofrem violações que atingem a dignidade humana. Para tal fato, procede-se a uma escuta de histórias de vida, grupos em reflexões e diálogos entre sujeitos e com o autor LÉON Denis, no âmbito do Centro Espírita André Luiz.

Em nosso Estado (Ceará) destacamos alguns observatórios de Direitos Humanos, como o Observatório de Indicadores Sociais, vinculado à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos que acompanha os indicadores sociais e de violações de Direitos Humanos com a finalidade de construção de políticas públicas mais eficazes.

A Universidade Regional do Cariri (URCA) também constituiu, em 2015, o Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri.

A criação de um Observatório de Direitos Humanos no Centro Espírita do bairro Álvaro Weyne atenderá a demanda não somente dos que frequentam o Centro Espírita André Luiz, mas também dos próprios moradores do bairro e outros sujeitos sociais. Ele deverá comportar vigilante atenção às informações do ambiente e das pessoas, no que concerne aos direitos humanos, daí indicando acesso aos equipamentos estatais.

Atentos a essas questões, traçamos como objetivo geral da nossa pesquisa identificar diretrizes para a criação de um Observatório de Direitos Humanos, no Centro Espírita André Luiz, tendo como referência fundante o pensamento de Léon Denis e como objetivos específicos, levantar a história do bairro e o contexto de fundação do Centro Espírita André Luiz, em Fortaleza, espaço social onde se realiza a pesquisa, focalizando o campo de concentração dos retirantes da seca de 1932, nominado de Campo do Urubu; analisar as linhas mestras da reflexão sobre sofrimento e saber espírita explicitadas nas experiências e trajetórias de vida de sujeitos participantes do Centro Espírita, focalizando o sofrimento vivido, em seu dinamismo pessoal, social e espiritual; e estabelecer, a partir dos conteúdos explicitados pelos sujeitos da pesquisa, contrapontos entre Direitos Humanos e o pensamento de Léon Denis.

Este estudo foi dividido em quatro capítulos, sendo este o primeiro capítulo, o segundo o referencial teórico, o terceiro a metodologia, e o quarto capítulo as trilhas da pesquisa, resultados e discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos que nortearam este projeto de pesquisa fundamentam-se nas obras de Allan Kardec e Léon Denis, cujos trabalhos dialogam entre si e versam sobre os princípios da Doutrina Espírita, reunindo transversalmente ciência, filosofia e religião.

Das obras de Allan Kardec, serão utilizadas como referência O Livro dos Espíritos (1857), O Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho segundo o Espiritismo (1864) e O Céu e o Inferno (1865).

De Léon Denis, referência espírita central nesta pesquisa, o denso estudo intitulado O Problema do Ser, do Destino e da Dor, Depois da Morte (1890), No Invisível (1901), O Além e a Sobrevivência do Ser (1901) e Socialismo e Espiritismo

No campo dos Direitos Humanos, os trabalhos de Herrera Flores e Flávia Piovesan, e em relação às construções éticas, Hans Jonas com a obra Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Além do trabalho de Oliveira (2015) sobre Educação Jurídica Popular.

2.1 O Espiritismo em Allan Kardec e Léon Denis

Ao pensarmos em um Observatório de Direitos Humanos a ser fundado no Centro Espírita André Luiz, recorreremos as obras de Allan Kardec e Léon Denis como base do pensamento espírita.

Inicialmente, traçaremos alguns dados biográficos desses autores para melhor compreensão do vínculo de ambos com a Educação.

Narra o biógrafo Henri Sausse (Kardec, 1859/2013), que Hippolyte-Léon-Denizard Rivail, nasceu em 03/10/1804 na cidade de Lyon, na França, sendo renomado professor e escritor de inúmeras obras no campo da Educação, tais como, Plano apresentado para o melhoramento da instrução pública (1828), Curso prático e teórico de Aritmética (1829), Gramática francesa clássica (1831), Manual dos exames para obtenção dos diplomas de capacidade, Soluções racionais das questões e problemas de Aritmética e Geometria (1846), Catecismo gramatical da língua francesa (1848), além de Ditados normais dos exames na Municipalidade e na Sorbonne e Ditados especiais sobre as dificuldades ortográficas. Lecionou no Liceu Polimático as disciplinas de Fisiologia, Astronomia, Química e Física e fundou, em Paris, uma escola no modelo de Pestalozzi.

Em 1855, iniciou os estudos do fenômeno das mesas girantes e a partir de uma pesquisa aprofundada sobre tais fenômenos publicou, no ano de 1857, O Livro dos Espíritos, quando passou a assinar com o pseudônimo de Allan Kardec.

Em 1º de janeiro de 1858, Allan Kardec publicou o primeiro exemplar da “Revue Spirit” com subtítulo Journal d'Eludes Psychologiques e, em abril do mesmo ano, fundou em Paris a “Société Parisien des Études Spiritiques”, que representou importante papel na marcha do Espiritismo. Anota o biógrafo que: “Em menos de um ano, a ‘Revue Spirits estava espalhada por todos os continentes do Globo” (Wantuil *et al.*, 2021).

Kardec (2016), ao dar as características pelas quais classifica todo aquele que se conduz pelo bem da humanidade: “é o que pratica a lei de justiça, de amor e caridade, na sua maior pureza”. Observando o panorama atual com tantas violações dos direitos humanos, entendemos que a humanidade somente alcançará um patamar de convivência pacífica, quando a educação estabelecer como foco principal uma reflexão mais profunda sobre o respeito à dignidade da pessoa humana, pois a partir dessa conscientização, as injustiças tenderão a desaparecer.

Embora as questões do sofrimento na existência humana e o sentido da própria vida permeiem toda a doutrina espírita nas obras de Allan Kardec (1857/2016), Léon Denis, importante expoente do Espiritismo após a morte de Kardec, é a referência dentre os autores espíritas mais proeminentes nessas questões existenciais e sociais, por tomar a temática do problema do ser, do destino e da dor em um lugar de centralidade, pensando sua implicação em uma ética universal.

Léon Denis, referência central neste estudo, nasceu em 1º de janeiro de 1846 na região da Alsácia-Lorena na França. Filho único de um casal sem recursos financeiros, desde a infância contribuiu para o sustento da família. Aprendeu com sua mãe as primeiras letras, frequentando muito pouco escolas oficiais, em decorrência de jornadas de trabalho exaustivas e de constantes mudanças de cidade. Tornou-se espírita aos 18 anos de idade, após a leitura do Livro dos Espíritos de Allan Kardec (Baumand, 2011).

Apesar de não ter tido uma instrução formal, Léon Denis participou ativamente da Liga de Ensino na França, que tinha o objetivo de promover a causa da instrução pública e o ensino laico. A Liga de Ensino teve sua origem na Bélgica em 1854 e somente em 1866 foi levada a França por Jean Macé. Dentre suas promoções, fundou escolas-modelos, bibliotecas populares, círculos operários, além de realizar conferências e cursos gratuitos, não estando vinculada a partidos políticos nem a qualquer religião. No Brasil, a Liga de Ensino chegou em 1883, através de Rui Barbosa, inconformado com os rumos da educação no país (Bastos, 2007).

Como aponta Luce (2013, p. 82) sobre a constituição da Liga em Tours: “Em 15 de setembro de 1878 o Círculo de Touraine foi inaugurado, oficialmente, com uma grande conferência, sob a presidência do Dr. Belle.”, explicitando o biógrafo a ativa participação do filósofo espírita, como secretário da Liga de Ensino no círculo regional de Touraine: “Léon Denis, ali, desenvolveu magistralmente o tema da instrução popular. Era a primeira vez que ele se apresentava publicamente e logo se destacou como conferencista de grande capacidade.”

É marca em Léon Denis, a defesa das causas sociais, a instrução da classe trabalhadora e uma ordem social baseada na justiça, na liberdade e na solidariedade. Seu livro *Socialismo¹ e Espiritismo* (2012) é um marco nas reflexões sobre o assunto e em particular, observa o autor espírita que o acesso à educação pelas camadas menos favorecidas impede a tirania do poder e o despotismo, pois na escalada educacional os sujeitos alcançam autonomia através do conhecimento de seus direitos.

Ao tratar do dever que temos uns para com os outros na sociedade, Denis (2015) no livro *Depois da Morte*, retrata o homem honesto como aquele que usa com moderação de seus próprios bens, dando-lhes uma finalidade maior na promoção do melhoramento social. Observamos que o conceito de honestidade para Denis se expande além do cumprimento estrito da probidade e honradez, avançando para a solidariedade.

Na obra “O Problema do Ser, do Destino e da Dor”, Denis (2018, p. 358), reforça também, a importância de cada um cumprir o seu papel na sociedade: “a questão social será resolvida por meio da substituição do personalismo exclusivo e apertado, pelo altruísmo.” O autor defende a solidariedade como meio de reduzir o sofrimento humano: “Somente daí em diante a dor verá seu império restringir-se.”

As autoras Ximenes e Linhares (2021) trazem importantes reflexões sobre o pensamento de Léon Denis no âmbito da Educação:

Denis (2015), enfatiza o aspecto intergeracional na educação, articulando-o ao movimento evolutivo que deve ser feito conscientemente, para não vivermos repetições que devolvam a humanidade a contextos de crueldade e beligerância, como se forjasse uma governamentalidade hegemônica. O pensador espírita francês defende a autonomia (um trabalho para se chegar à consciência autônoma) como devir do ser, em uma aposta nas possibilidades da razão emancipadora, que deverá proporcionar um "aprender a governar-se".

¹ Socialismo para Denis (2012, p. 17): “é o estudo, a pesquisa e a aplicação das leis e meios suscetíveis de melhorar a situação material, intelectual e moral da Humanidade.”

Denis (2011) adota a solidariedade como princípio norteador das relações humanas, sendo, portanto, um defensor dos Direitos Humanos. Nesse sentido, a obra de Léon Denis trará relevantes contribuições para o estudo sobre Sofrimento em seu dinamismo pessoal, social e espiritual, alvo deste trabalho, temas abordados no subtópico, a seguir.

2.2 O Sofrimento e os Direitos Humanos

O respeito à dignidade humana é essencial para que se evite o sofrimento que decorre das injustas transgressões aos direitos. Piovesan (2009, p. 108) elabora que: “A ética dos direitos humanos trabalha com o idioma da reciprocidade. É aquela ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as suas potencialidades de forma livre e de forma plena.”

É essa ideia de reciprocidade que entendemos que a Educação deve ter em foco, para que o respeito ao outro seja algo essencial nas relações humanas. Piovesan (ibid, p. 99) adota a “concepção contemporânea de direitos humanos, pela qual eles são concebidos como uma unidade indivisível, independente e inter-relacionada, na qual os valores da igualdade e liberdade se conjugam e se completam.”

Afirma Piovesan (2022, p. 85), com acerto, no esforço que é de todos nós, também, de refletir sobre ética e direito, que é preciso destacar “a importância da educação (formal e não formal) e capacitação em direitos humanos em todos os níveis, como o melhor meio, a médio e longo prazos, de prevenir futuras violações de direitos humanos”.

Nesse sentido é que atualmente (e de certo tempo para cá), considera-se um ganho ético e jurídico que se pense em termos de princípios na consideração da dignidade humana e, mesmo, nos textos constitucionais. Conforme Piovesan (ibid, p. 166-117):

A abertura das Constituições a valores e princípios – fenômeno que se densifica especialmente no Pós-Guerra – é assim captada por Canotilho: “O direito do Estado de Direito do século XIX e da primeira metade do século XX é o direito das regras dos códigos; o direito do Estado Constitucional Democrático e de Direito leva a sério os princípios, é um direito de princípios.”

Sustenta-se que é no princípio da dignidade humana que a ordem jurídica encontra o próprio sentido, sendo seu ponto de partida e seu ponto de chegada, para a hermenêutica constitucional contemporânea.

Para colaborar com essa visão, Piovesan (ibid, p. 117), cita Cármen Lúcia Antunes Rocha, cujo texto mimeografado, retirado de uma palestra proferida em 1999, possui um trecho que diz: “Dignidade é o pressuposto da ideia de justiça humana, porque ela é que dita a condição

superior do homem como ser de razão e sentimento. Por isso, é que a dignidade humana independe de merecimento pessoal ou social”, pois que “é inerente à vida e, nessa contingência, é um direito pré-estatal.”

Ao falar dos processos de internacionalização dos direitos humanos, na História do Direito, a autora constata que sempre houve discussões sobre o fundamento e a natureza dos direitos humanos. Quer se saber “se são direitos naturais e inatos, direitos positivos, direitos históricos ou, ainda, direitos que derivam de determinado sistema moral. Esse questionamento ainda permanece intenso no pensamento contemporâneo”. E a autora, a seguir vai defender, em seu estudo intitulado *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, “a historicidade dos direitos humanos, na medida em que estes não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução” (ibid., 211).

A discussão dos juristas e estudiosos do Direito costuma assegurar que a Segunda Guerra representou a derrocada dos Direitos Humanos, e a sua retomada deu-se após o fim da guerra, com a amplificação de seu campo de aplicação, pela premente necessidade de extrapolar a esfera do estado e adentrar a internacional. A partir disso, entendemos que “a violação dos direitos humanos não pode ser concebida como questão doméstica do estado, e sim como problema de relevância internacional, como legítima preocupação da comunidade internacional” (ibid., 221).

Em seu *Manual de Direito Internacional*, (1988, p. 30), Jorge Miranda (apud Piovesan, 2022, p. 227) mostra que, quando o Estado periclita, entra em crise, no que concerne aos direitos humanos, “torna-se possível reforçar e, se necessário, substituir, em parte, o sistema de proteção interna por vários sistemas de proteção internacional”.

Traçando um quadro bem geral sobre a relação entre os próprios direitos humanos, em suas questões específicas e sua efetividade, podemos dizer que eles são relacionais, e que os econômicos, sociais e culturais são alimentados pelos civis e políticos e vice-versa, Piovesan (ibid., p. 24), pontua:

Vale dizer, sem a efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos se reduzem a meras categorias formais, enquanto, sem a realização dos direitos civis e políticos, ou seja, sem a efetividade da liberdade entendida em seu mais amplo sentido, os direitos econômicos, sociais e culturais carecem de verdadeira significação. Não há mais como cogitar da liberdade divorciada da justiça social, como também infrutífero pensar na justiça social divorciada da liberdade. Em suma, todos os direitos humanos constituem um complexo integral, único e indivisível, no qual os diferentes direitos estão necessariamente inter-relacionados e são interdependentes entre si.

Joaquín Herrera Flores, por sua vez, considera que os direitos humanos são o principal desafio da humanidade contemporânea. Para Flores (2009, p. 28): “o problema não é de como o direito se transforma em direito humano, mas sim como um ‘direito humano’ consegue se transformar em direito, ou seja, como consegue obter a garantia jurídica para sua melhor implantação.”

Quando a previsão do respeito aos direitos humanos no ordenamento jurídico não possibilita a vivência por todos os atores sociais, confere-se a uma parcela da sociedade uma vida de discriminações e sofrimento. Quanto mais o sujeito é cerceado em seus direitos, mais ele se distancia da própria luta por esses direitos.

2.3 Construções éticas

Dentre inúmeros fatores para que os excluídos alcancem autonomia, entendemos que o primeiro deles é própria conscientização de seus direitos, sendo fundamental a formação de sujeitos éticos que estejam preparados para a luta por esses direitos, tendo em vista o largo tempo em que a vivência desses direitos lhes foi sonhada.

Hans Jonas em *Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* nos dá o suporte para a reflexão sobre o comportamento humano nos dias atuais, bem como o que pode ser feito para que as relações sejam pautadas no respeito mútuo.

Jonas (2011, p. 157) ao tratar da ética explicita: “uma teoria da responsabilidade deve lidar com ambos os aspectos: o fundamento racional do dever, ou seja, o princípio legitimador que está por trás da reivindicação de um ‘deve-se’ imperativo”, sendo este o aspecto objetivo, acrescentando, em seguida, o aspecto subjetivo: “o fundamento psicológico da capacidade de influenciar à vontade, ou seja, de ser a causa de alguma coisa, de permitir que sua ação seja determinada por ela.”

Compreendemos que a educação deve conferir a vontade aos sujeitos para o respeito aos direitos humanos, inclusive, a educação jurídica popular pode ser uma grande aliada para o incentivo à convivência respeitosa nas relações humanas.

2.4 A Educação Jurídica Popular

Como já tratamos, o objetivo do Observatório de Direitos Humanos a ser instalado no Centro Espírita André Luiz é a conscientização dos sujeitos de que são sujeitos de direitos, e que, perenemente, devem estar preparados para a luta por esses direitos. Acreditamos que a

Educação Jurídica Popular poderá promover mudanças significativas no dia a dia dos que são excluídos e invisibilizados, primeiramente por lhes apresentar a existência desses direitos, infelizmente ainda desconhecidos por muitos em nosso país e em segundo lugar, pelas possibilidades de enfrentamento contra as constantes violações que os atingem na dignidade humana.

Oliveira (2015, p. 18), tratando sobre a emancipação dos sujeitos em seu artigo Diretrizes Metodológicas Freirianas e a Educação Jurídica Popular, nos diz que: “A Educação Jurídica Popular como processo de emancipação popular possibilita aos Movimentos e Grupos Sociais tratar sobre ações políticas e jurídicas.” Essa busca pela emancipação dos sujeitos excluídos deve ser feita do modo mais simples possível, para que efetivamente se obtenha um resultado concreto, como reforça a pesquisadora: “Por isso, a necessidade do uso de uma linguagem comum, simples e cotidiana que possa ser apropriada pelos grupos populares.”

No artigo Educação Jurídica no Âmbito de uma Reflexão sobre Autodeterminação e Liberdade, Ximenes e Linhares (2021, p. 199), tratam da importância da educação nos mais diversos espaços sociais:

Estamos defendendo que o trabalho reflexivo deve aproximar o imperativo da instituição jurídica (o dever ser) da experiência e prática de vida educacional, em todos os espaços sociais. Diante dessas considerações, retorna-se ao pensamento de Adorno (2020), ao ponto em que o autor critica a forma suicida de nosso processo civilizatório utilizar seu acervo científico e tecnológico, para recalcar os conteúdos da emancipação humana. Ou seja, cria-se um abismo entre um mundo relacional e o desenvolvimento científico-tecnológico, identifica-se a conduta das pessoas se revestindo de “uma agressividade primitiva, um ódio primitivo, ou na terminologia culta, um impulso à destruição”.

O próximo capítulo aborda a metodologia utilizada na pesquisa, destacando a sua tipologia, os sujeitos, o *locus*, os procedimentos metodológicos e a metodologia de análise de dados e os aspectos éticos.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa é de natureza básica, com abordagem qualitativa e com relação ao procedimentos, é do tipo participante, porque coloca o pesquisador em relação interativa com os sujeitos e a situação de pesquisa, excluindo a ideia de neutralidade. A pesquisa participante muda a relação tradicional de sujeito-objeto, a qual “deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber.” Assim é que: “É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída” (Brandão, 2007, p. 54).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo exploratória, porque foi desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, de determinado fato [...] e o tema em questão foi pouco explorado (Gil, 1999).

3.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são seis participantes, vinculados aos estudos do centro espírita, há, no mínimo, cinco anos. Excluiu-se os menores e os relativamente incapazes constantes do inciso III do art.4º do Código Civil (aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade).

3.3 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro Espírita André Luiz, situado no bairro Álvaro Weyne, da periferia de Fortaleza.

3.4 Procedimentos da pesquisa

A pesquisa seguiu trilhas metodológicas na investigação de subsídios a fim de compor um Observatório de Direitos Humanos observando o Sofrimento humano em diálogo com o pensamento espírita de Léon Denis.

Na primeira etapa, fizemos um levantamento bibliográfico-documental e entrevistas exploratórias sobre a história do bairro Álvaro Weyne e o contexto de fundação do Centro Espírita André Luiz, em Fortaleza, como forma de delineamento do contexto em que se realiza a pesquisa.

Na segunda etapa, abordamos as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa e analisamos suas experiências e os sofrimentos vividos, em seu dinamismo pessoal, social e espiritual, tendo com referencial de análise o pensamento de Léon Denis. A partir daí, estabelecemos algumas das condições necessárias à criação de um Observatório de Direitos Humanos no Centro Espírita André Luiz, sem adentrar nos trâmites burocráticos nem de instalação física.

Como técnica para coleta de dados utilizamos a Observação participante com registros em diário de campo, fotografias, gravações e entrevistas narrativas. O Diário de Campo é um instrumento de pesquisa onde o pesquisador se mostra refletindo durante a pesquisa, uma vez que ele também se situa como sujeito em uma relação entre sujeitos (sujeito-pesquisador e sujeitos da pesquisa). Seguindo este raciocínio, temos que o Diário de Campo é um “tipo de reflexão própria do escrever”, que “permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘como fazer’ das normas, mas o ‘como foi feito’ da prática)” (Lourau, 1993, p. 77-79).

As notas do sujeito observador, portanto, são material da pesquisa. Com Teixeira, Pacífico e Barros (2023, p. 1685) temos, também, contribuições para o uso do Diário de Campo como instrumento na pesquisa científica; estes afirmam que: “Emprestando os conceitos de ‘campo’ de Bourdieu, podemos pensar que um campo de pesquisa também é um microcosmo (aonde acontece às observações e anotações no diário de campo) situado no macrocosmo que é a sociedade (esse campo geral/total).”

A produção de saber gestada na pesquisa foi extraída da própria narração dos sujeitos da pesquisa, com o relato dos sofrimentos vividos. Conforme Pachá e Campos Moreira (2022, p. 160) “o uso das entrevistas narrativas parece ganhar relevo especial quando observamos sua associação com a pesquisa biográfica.”

As autoras, citando Alves (2020), indicam como o pesquisador deve se relacionar com os sujeitos da pesquisa para uma boa coleta de dados nas entrevistas narrativas: “construir relações horizontais com os participantes da investigação baseadas no diálogo, na escuta, na empatia, na alteridade e em uma postura compreensiva.”

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados coletados foi realizada a partir da análise do conteúdo (Bardin, 1977) do material das falas dos sujeitos durante as entrevistas, categorizando o tipo de sofrimento vivido por eles, identificando as diretrizes para a construção de um Observatório de Direitos Humanos no Centro Espírita André Luiz, à luz da fundamentação teórica.

3.6 Aspectos éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética, de acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

Os sujeitos anuíram expressamente à participação na pesquisa, através da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido).

4 TRILHAS DA PESQUISA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa tem acento transdisciplinar. Observa Rodrigues (2022, p. 09) que: “a transdisciplinaridade surge como possibilidade para o alargamento da compreensão do real, como renascimento do espírito e de uma nova consciência, de uma nova cultura para enfrentar os perigos e horrores desta época”; por essa via transdisciplinar se instiga a uma tomada de consciência “da gravidade do momento e a colocar em conexão os conhecimentos e as capacidades de pensar para transformar a si mesmo e o mundo em que vivemos, levando a termo uma nova práxis.” Acrescenta a autora: “Ser histórico e compreender-se historicamente não significa somente o entendimento de uma lógica cuja razão crítica está na base de explicações conjunturais e econômicas”, mas significa também “reconhecer-se trans-histórico e responsável por um pensamento de si, do contexto e do complexo” (ibid, p. 09)

Rey (2011) também nos indica o valor das pesquisas utilizarem a transdisciplinaridade, e assim o faremos pois temos a reflexão dos direitos humanos, a educação e a filosofia estabelecendo relações, mediante “uma perspectiva dialógica, dialética e complexa, em que a subjetividade não aparece ‘coisificada’” e em que se depreende esta complexidade “por meio de sua constante produção de sentidos e significados dentro dos diferentes sistemas da subjetividade social em que (o sujeito) desenvolve suas ações”.

Na seção a seguir, realizamos um levantamento bibliográfico-documental e entrevistas exploratórias sobre a história do bairro Álvaro Weyne, um lugar ocupado por retirantes na seca de 1932, bem como investigamos a conjuntura da fundação do Centro Espírita André Luiz no ano de 1951.

4.1 Do campo de Concentração do Urubu ao bairro Álvaro Weyne: o contexto do Centro Espírita André Luiz

Localizado na parte oeste da cidade de Fortaleza e fazendo o giro de toda a beira do mar, situando-se, portanto, no espaço litorâneo da cidade, o Pirambu, antes fora denominado Grande Pirambu, por abranger uma série de bairros que atualmente se dividiram. O que aconteceu foi que na prática, mesmo tendo dado origem a diversos bairros – inclusive o que hoje se chama Álvaro Weyne, onde se situa o Centro Espírita André Luiz, *locus* do nosso estudo, as pessoas se referem ao Pirambu junto a áreas que atualmente já não lhe pertencem. Extrapolando as regiões limítrofes, que formalmente estão sendo designadas como regiões administrativas,

então, o Grande Pirambu traz, de fato, o cerco de contradições da própria história e povoamento da cidade de Fortaleza.

Segundo a pesquisa de Débora Silva (2006), os jornais apontam que o Pirambu abrange áreas para além do que a administração de Fortaleza indica, incluindo o bairro Cristo Redentor e parte da Barra do Ceará, certamente ainda levados pela tradição de sua geopolítica. Situemos no tempo a história desse espaço habitado, visto como lugar de desejo, contraditoriedades, interações e modificações na relação privado e público.

Todo bairro carrega suas peculiaridades que o distingue dos demais. Para Certeau (1997, p. 42), o bairro “pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público”. E continua: “Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o estado privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo” (ibid, p. 42).

Cheguemos a Fortaleza antiga. Para melhor compreender o chamado Grande Pirambu, lembremos que a pesca foi a primeira atividade exercida pelos que viviam perto do litoral e que a cidade de Fortaleza foi crescendo a partir do sertão, de onde advinham migrações constantes, maiormente no período das secas, daí ser colocado por muitos historiadores que a cidade foi construída “de costas para o mar” (Silva, 2006).

Observou-se que o litoral era lugar de pesca. A cidade, contudo, crescia em serviços e comércio, como também na sua parte administrativa, daí um conjunto de instituições e modos de atividade social surgirem na cidade, abandonando de partida as beiras do mar, ou seja, como as atividades econômicas da cidade em expansão abrangiam predominantemente o setor de serviços e comércio urbano, a produção de produtos manufaturados e o emprego de pessoas nos trabalhos administrativos que cresciam, os lugares da direção oeste e que se situavam na região litorânea de Fortaleza iam sendo esquecidos. Dantas (2020, p. 32) é categórico na sua afirmação: “as zonas de praia em Fortaleza caracterizavam-se como território da pesca e lugar da habitação dos pobres”.

O crescimento de Fortaleza, portanto, foi se dando no sentido sul a oeste, “pois se limitava ao leste pelo riacho Pajeú, que foi um obstáculo para o crescimento da Cidade em direção ao leste” e no que concerne ao seu lado norte, “as construções (Forte, Passeio Público, Santa Casa de Misericórdia e Estação Ferroviária) formavam uma barreira paralela ao litoral, isolando-o”, como afirma Silva (2006, p. 66). Havia também a vida social que despontava, para Dantas (2020, p. 31):

As serenatas ocorriam à noite, notadamente nas noites de lua cheia, logo que a iluminação pública era apagada. Os participantes se dirigiam às praias para se estabelecer nas dunas brancas iluminadas pela lua, aproveitando-se das baixas temperaturas [...]. Embora as práticas evocadas até o momento possuam papel importante e representativo da maritimidade característica de Fortaleza, convém ressaltar que eles não promovem, na época, processo de urbanização das zonas de praia.

Como já mencionado, a cidade de Fortaleza cresceu a partir do sertão. Os períodos de secas mais drásticas promoviam um fluxo que se intensificava periodicamente, quando os sertanejos acorriam em busca de sobrevivência para a capital. Informa-nos Kênia Rios (2014, p. 79): “No início de 1932, chegaram os primeiros retirantes, a pedir esmolas. Os flagelados buscavam os bairros mais abastados. Afinal, a situação na periferia da cidade era tão calamitosa ou mesmo pior. A cidade procurada era a cidade dos ricos”.

As secas que precederam a de 1932 motivaram uma grande migração campo-cidade e assim vinha o sertão povoando a capital. Mas de que modo? A fome era generalizada e a falta de água obrigava os sertanejos ao movimento migratório como esperança de salvação, de tal forma que eram levadas e levadas de retirantes que chegavam a Fortaleza. Em seu texto *Curral dos Bárbaros*, Neves (1995, p. 94) analisando as migrações da seca e a vinda dos retirantes a Fortaleza: “A cidade é invadida e ocupada por sertanejos em número quase quatro vezes maior que sua população”.

Ao ler minha própria escrita dessa história social trago lembranças indeléveis. A minha infância foi permeada com vivências de secas e histórias de retirantes. Da seca de 1932, por exemplo, tenho um relato de Maria Júlia da Conceição, professora municipal aposentada, que convivia em minha casa, com parentes e todo o cortejo de pessoas ligadas à nossa vida social.

Aos sete anos, Júlia da Conceição deixou Cariús, então distrito de São Mateus, e seguiu acompanhando a sua avó, mãe e tios em direção a Fortaleza. Como acontecia com outros retirantes, havia temores e esperanças nesse movimento em busca de refúgio na capital, e muitos tentavam reaver algum laço parental ou de amizade, no intento de algum apoio feito dessa forma, para viabilizar seu primeiro esforço de sobreviver na cidade.

O caso de Júlia da Conceição lembra-me, dessa forma perto de mim, a experiência também dos familiares dela, pessoas que conviviam de algum modo com nossos laços em Cariús. Em uma época bem anterior à seca de 1932, a família de Júlia da Conceição havia convivido com uma família do município de Farias Brito, que passara uma temporada em uma fazenda de Cariús e que na década de trinta (1930) já residia em Fortaleza. Esse conhecimento, que fora personalizado na pessoa de Dona Raimunda, era utilizado para tentar alguma pertença

na cidade. Em uma entrevista feita por ocasião desta pesquisa, podemos ver o valor da lembrança, na história pessoal, nos enviando a uma história social:

Dona Raimunda era uma pessoa muito boa. Arranjou emprego para minha mãe e minha avó na casa de parentes dela. Eu não me lembro no que meus tios foram trabalhar. Eu só sei que quando a seca acabou, Dona Raimunda queria que eu ficasse morando com ela, mas eu era uma menina pequena e não queria me separar de minha mãe.

“Ainda hoje eu penso como teria sido minha vida se eu tivesse ficado em Fortaleza.”
(Narradora: Júlia da Conceição)

Diferentemente de muitos, Júlia da Conceição conseguiu voltar ao sertão.

Figura 1- Foto de Maria Julia da Conceição, 2022.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

É desafiador entender as lembranças de Júlia da Conceição, diante de um contexto social tão grave, comum à multidão de sertanejos que sofria as agruras dos Campos de Concentração, nesse início da década de 1930. Como os demais migrantes do sertão cearense, Júlia da Conceição fugira da seca em 1932. Ricouer (2020, p. 64) traz esclarecimentos nos estudos da memória e das reminiscências: “Ora, se a lembrança é uma imagem nesse sentido, ela comporta uma dimensão posicional que a aproxima, desse ponto de vista, da percepção”.

Por ser criança (tinha sete anos na seca de 1932), como dissemos acima, Júlia, parecia não perceber muito do que existia além do seu mundo privado, na casa que a acolheu em Fortaleza, e nem do que se referia aos Campos de Concentração. Para ela, a cidade nova fora acolhedora, visão que contrastava com o destino do coletivo de concentrados e com as expectativas assustadoras dos que viviam o drama da seca. A impressão que nós tínhamos ao ouvi-la, era que Júlia da Conceição buscara um equilíbrio entre o sofrimento da seca e sua procura pessoal e isso nos fez julgar importante esse registro. Chamava-nos a atenção que o sofrimento pessoal se insere em um contexto maior, histórico, mas seleciona nele aspectos que a história pessoal parece admitir como relevantes.

A experiência de Maria Júlia e de sua família na capital, como dissemos, foi um ponto fora da curva da que foi vivenciada pela grande multidão de retirantes na seca de 1932. Em geral, os sertanejos que vinham das secas se instalavam nas regiões próximas à beira do mar, pois vinham de estações de trem que, por serem as últimas, levava-os a este local. “Desse modo é que muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia, observa ainda Rios (2014, p. 29) e avança a autora em sua análise, quando diz: “Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima”.

Nota-se que os fortalezenses abastados, ao se sentirem receosos com o pedido de socorro vindo dos sertões na grande calamidade da seca de 1932, segregaram os retirantes em espaços vigiados. Segundo Rios (2014, p. 68), com o intuito de impedir a chegada de mais retirantes na capital, foram construídos sete “Campos de Concentração”, sendo dois em Fortaleza e os demais nas cidades de Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus e Crato.

Mas que contexto político grassava no país? Nesse período da seca de 1932, o Brasil era governado por Getúlio Vargas, que após o golpe de 1930, com a deposição de Washington Luís passou a dirigir a nação. Farias (2012, p. 314) anota que: “Ao assumir o poder em novembro de 1930, Getúlio revogou a Constituição de 1891 (passou a governar por decretos-leis),

dissolveu os órgãos legislativos estaduais e determinou a substituição dos governantes estaduais por interventores.”

Uma das providências do chamado Governo Provisório, para a redução dos danos provocados pela seca de 1932, foi o Decreto nº 21.410 datado de 16/05/1932:

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 20 mil contos de réis para serviços de ačudagem rodoviários, ferroviários e outros.
O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando que os créditos ultimamente abertos para socorro aos flagelados do nordeste brasileiro foram exíguos;

Considerando que, com os créditos já abertos foram intensificadas e iniciadas obras obedecendo a um programa que interessa ao seguimento econômico do Nordeste;

Considerando que essas obras não poderão ser suspensas nem adiadas sem graves inconvenientes morais e econômicos para o país;

Considerando que a seca continua, com intensidade crescente, exigindo pronto amparo dos poderes públicos às populações atingidas pelo flagelo,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, dispensadas as formalidades do art. 80, § 1º, do Código de Contabilidade da União, o crédito extraordinário de vinte mil contos de réis (20.000:000\$0) para atender as despesas com pessoal e material, indistintamente, em estudos e construção de estradas de ferro, de rodagem e carroçáveis, açudes, barragens, obras de irrigação, poços, serviços de colonização agrícola em terras devolutas do norte do país, para fixação das vítimas do flagelo, e quaisquer outros serviços que forem julgados necessários na região do nordeste na atual crise que a mesma atravessa.

Após esse preâmbulo, em que Getúlio Vargas faz os apontamentos pertinentes ao caso, seguem as providências a serem tomadas e que além da dotação de verbas, também são discriminadas as competências referidas a cada instancia do poder no uso dos recursos federais.

Art. 2º A critério do Ministério da Viação e Obras Públicas, correrão, também, à conta deste crédito, as despesas de assistência direta aos flagelados, compreendidas as de natureza médica hospitalar, de alimentação e outras que se fizerem necessárias.

Art. 3º Por este crédito correrão também as despesas em continuação às que tenham sido liquidadas por conta dos decretos números 20.538, de 21 de outubro de 1931; 20.907, de 5 de janeiro; 21.048, de 16 de fevereiro, e 21.278, de 13 de abril último, inclusive as de remessa de numerário.

Art. 4º Este crédito será integralmente distribuído à Tesouraria da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, que o receberá em parcelas de 5.000:000\$0 em cada mês, a partir de maio inclusive, para aplicá-lo diretamente ou mediante adiantamento aos

chefes de Distrito, de Comissões e a outros funcionários, de conformidade com os números 20.257 e 20.267, de 25 e 31 de julho de 1931.

Ficara efetivada a previsão legal do encargo da construção de estradas de ferro, que pela designação feita estariam vinculadas às providências a serem tomadas, concernentes às obras contra a seca. A construção de estradas de ferro tem sua importância para os estudos do bairro onde se realiza nossa pesquisa e vale adiantar que nele estão as chamadas Oficinas do Urubu pertencentes à rede ferroviária cearense. Nesse local se situa o Campo de Concentração do Urubu, como descreveremos depois.

Consultamos os arquivos do governo federal e vimos que a Inspetoria de Obras Contra as Secas fora criada em 1909, através do Decreto 7.619/1909. Em 1919, através do Decreto 13.687/1919 passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS e somente em 1945 recebeu a denominação de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, pelo Decreto-Lei 8.486/1945, assumindo a condição de autarquia federal, através da Lei nº 4.229/1963.

Logo, nesta data do decreto de Getúlio Vargas, para a redução dos danos provocados pela seca de 1932, já havia uma instância local da IFOCS, que assumia a construção de estradas de ferro no local de nosso estudo, espaço de intensa migração campo-cidade.

Art. 5º No caso de construção de estradas de ferro que ficarão a Cargo da Inspetoria Federal das Estradas ou da Rede de Viação Cearense a Tesouraria da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, devidamente autorizada, fará os adiantamentos aos funcionários daquela Inspetoria ou da referida Rede, na forma dos citados decretos.

Art. 6º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a conceder aos Estados do nordeste, por conta deste crédito, adiantamentos, nos termos dos decretos referidos no art. 4º, para auxiliar a execução de serviços rodoviários e de açudagem e os de assistência, de que trata o art. 2º, feitos pelos mesmos Estados nas regiões assoladas pela crise climatérica.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

Fernando Augusto de Almeida Brandão, encarregado do expediente na ausência do ministro da Viação e Obras Públicas

Para entender melhor como a administração pública tratava o deslocamento dos retirantes para lugar determinado, segregação referida, leiamos em Rios (2001, p.34) a

transcrição do relatório apresentado pelo Interventor Federal no Ceará, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, referente ao período de 22/09/31 a 05/09/1934:

“Para atender com eficiência os serviços de socorro aos flagelados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providencia. Tratou o governo de concentrar os flagelados em pontos diversos, a fim de socorrê-los com eficiência e no tempo oportuno. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações: Burity, no Município de Crato; Quixeramobim, no Município do mesmo nome; Patu, no Município de Senador Pompeu; Cariús, no Município de São Matheus; Ipú, no Município de mesmo nome; Urubu e Otávio Bonfim, no Município de Fortaleza”.

A descrição das providências tomadas pelo governo federal para atender aos flagelados, formalmente indicava uma certa preocupação em suprir as necessidades do povo retirante. No entanto, havia uma inquietação omitida no relatório do interventor, que era o temor de que a cidade de Fortaleza sofresse a invasão de uma multidão faminta, que perpetrasse saques e transmitisse doenças aos fortalezenses. Atentemos para o fato de que durante o Governo Provisório, sem mais uma constituição para reger o país, os interventores eram o suporte para a concentração do poder político no presidente da República, tendo como função garantir o domínio dos poderes executivo e legislativo em cada unidade da federação.

Concebidos em meio a uma demanda social por assistência, na prática acirraram a segregação que estigmatizava os retirantes. Assim se constituíram os Campos de Concentração:

Antes de mais nada, é importante entender que os Campos de Concentração não faziam parte dos serviços de trabalho e sim dos serviços de assistência. Pelo projeto idealizado, os concentrados receberiam comida e assistência médica. Inicialmente, os Campos tinham grande aceitação nos jornais. O controle dos retirantes no Sertão vinha recebendo vários elogios. Entretanto, no final de maio, O Povo publica uma nota sobre o Campo de Concentração do Patu criticando a suposta ociosidade dos flagelados. (Rios, 2014, p.86).

Era dito pela administração da municipalidade que os Campos de Concentração eram lugares que tinham por propósito o fornecimento de comida e assistência médica aos sertanejos, mediante a restrição da liberdade de transitar nos espaços outros habitados na cidade. Operacionalidade efetiva em situação de emergência ou segregação? Ou as duas, ambigualmente juntas, formas de ação de segregação e controle social?

Os retirantes dos Campos de Concentração entregavam involuntariamente ao Estado o direito de ir e vir, pois a partir do momento em que chegavam aos campos já não havia mais opção de escolha, o insulamento era a regra que não poderia ser desobedecida. Nas publicações

comentadas por historiadores, sobre a violência institucionalizada nos Campos de Concentração, tem-se um verdadeiro regulamento dessas restrições segregacionistas.

Neves (1995), tratando da localização dos concentrados em Fortaleza, esclarece que o campo do Otávio Bonfim, de breve existência, estava situado na “antiga feira do Matadouro Modelo, no Tauape”, enquanto o campo do Urubu, local do bairro de nossa pesquisa se situava no trecho entre o Pirambu e o Porto.

Se a segregação era a regra almejada pelo poder dominante e os segmentos que o sustentavam para trazer o que se supunha ser a tranquilidade aos moradores da capital, os sertanejos que migravam sofriam privações e violências sob diversas formas.

Ao tratar do aumento acentuado de movimentos migratórios na atualidade e suas consequências, Bauman (2016, p. 13) menciona a rejeição dos habitantes dos locais citadinos com as pessoas que chegam: “Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos.” Tal visão nos faz refletir sobre a chegada dos retirantes no período das secas e o estranhamento dos moradores de Fortaleza, o medo dos saques e da ocupação da cidade, pelos que vinham dos sertões. Os retirantes, em 1932, evocavam nos citadinos as lembranças das secas anteriores, com a dispersão de pessoas pela cidade, ocupando espaços até então exclusivos dos que residiam na capital. Esse receio gerou na sociedade um modo de agir que consistia em exigir dos governantes, que já traziam a experiência da seca de 1915, o afastamento dos retirantes, e assim instalava-se a criação “dos cercados” para os sertanejos.

Em Bauman (2016, p. 13-14) temos uma fonte para entender o sentimento dos citadinos: “Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas que interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar.”

Conforme Rios (2014, p.95), havia em alguns campos um lugar próprio para as punições, o que nos leva a pensar sobre a angústia de quem deixava a terra em que vivia em busca de água e alimento e terminava em um isolamento forçado, com muitas regras e castigos.

Lembrava-me de meu sertão centro-sul, Jucás, onde o sertanejo habituado aos terreiros e quintais, às idas e vindas pelas roças, ao plantio e à colheita, ao banho nos rios e riachos, a levar o gado para os currais, vê-se tolhido e humilhado por aqueles a quem rogava amparo na cidade, por ocasião, da sua vinda do sertão.

Havia um tratamento opressivo, do ponto de vista de classe e também étnico. Mas o que eu imaginava eram os rostos de sua dor. Dor de quem fica despertencido de seu lugar. (Jornal da Pesquisa)

É a séria questão que ocorre quando a parcela da sociedade em vulnerabilidade demanda assistência do corpo social privilegiado. No imaginário dos abastados, por vezes, registra-se a ideia de uma soberania em relação aos sujeitos em sofrimento social.

Tratando do percurso para acesso aos direitos humanos, sustenta Flores (2009, p. 19) que a universalidade dos direitos envolve a da organização social e a das grupalizações vividas pelos sujeitos sociais:

A universalidade dos direitos somente pode ser definida em função da seguinte variável: o fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações na hora de construir um marco de ação que permita a todos e a todas criar as condições que garantam de um modo igualitário o acesso aos bens materiais e imateriais que fazem com que a vida seja digna de ser vivida.

Como um retirante sem direito de ir e vir teria poder de fala e de luta para reivindicar direitos sociais? Os Campos de Concentração mostram a coação feita pelo poder do Estado, que assumia posicionamento público do lado das classes de maior poder no campo social. Os retirantes totalmente dependentes do auxílio de terceiros, sem acesso a nada, enfraquecidos em seus corpos famintos não eram sujeitos de direitos, e sim, uma massa humana a ser contida. Não havia individualidade, ou grupos, muito menos uma população de migrantes; na visão do governo estavam reduzidos a um todo a ser reprimido, controlado, segregado. Contudo, a resistência aí se ia constituindo.

A situação dos flagelados se configura como um sofrimento social decorrente da violência imposta pelos governantes em resposta aos anseios da elite amedrontada, que os colocava e mantinha no poder. Pussetti e Brazzabeni (2011, p. 469) nos dizem que:

O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastantes que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana.

O sofrimento social, no caso dos retirantes, era agravado pela coação resultante da limitação de ação dos sujeitos em seu ir e vir pela cidade, inclusive não se pode esquecer que havia uma força opressora dentro dos Campos de Concentração. Assim o mal-estar social ressaltava a violência estrutural:

O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem

influenciar as respostas aos problemas sociais. O sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência cotidiana. (Pussetti; BrazzabenI, 2011, p.469)

Como se pode constatar, e como é recorrente em fatos históricos dolorosos que lançam mão do esquecimento, as realidades dos Campos de Concentração teriam passado às nossas gerações com os apagamentos históricos que já se poderia ver. Nesse momento em que nos aproximávamos da história dos lugares onde a pesquisa está inscrita, pensamos em uma situação de escuta sobre essa invisibilidade que devo incluir e justificar.

Refletindo sobre a invisibilidade, realizamos uma sondagem informal no grupo de WhatsApp “Discentes Pós FACED 2021” com 241 participantes, todos alunos de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Solicitamos a resposta SIM ou NÃO para a seguinte pergunta: “Alguém aqui estudou na escola sobre os Campos de Concentração no Ceará?”

A pergunta foi apresentada no dia 23/09/2022 e as respostas foram recebidas até a data de 26/09/2022. Do grupo pesquisado, 62 alunos responderam à pergunta, o que me fez considerar o universo estudado significativo, tomando por base os pós-graduandos que tiveram participação ativa na indagação. Desse conjunto, 61 responderam NÃO, somente uma aluna respondeu SIM. Em termos percentuais, 98,38% de estudantes-participantes até a conclusão do Ensino Médio desconheciam completamente sobre o assunto.

A enquete, ainda que sem um maior rigor técnico, faz-nos refletir sobre essa lacuna no conteúdo das aulas de história das escolas do Estado do Ceará sobre um fato tão relevante. Há uma imprecisão a ser pesquisada, ou os flagelados ao retornarem às suas origens evitaram falar sobre o sofrimento vivido nos campos ou houve um esquecimento imposto pelos governantes, ao omitir essas informações do conteúdo programático das escolas, ficando cada vez mais distante do hoje as narrativas e as vivências dos retirantes.

Qual a razão para o apagamento de um fato tão abordado nos jornais da época, de algo tão notório para todos?

Pensando sobre essa lacuna, recorremos a Pollak (1989, p. 8), que trata dessa questão com foco nos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, no artigo Memória, Esquecimento, Silêncio:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o

esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.

Os retirantes silenciaram? Será que o momento vivido durante o período da seca, distante do próprio lar e da vida rural com muito sofrimento e humilhações pode ter contribuído para os “não-ditos” no retorno ao sertão? A humilhação decorrente das privações e das punições pode ter sido uma razão para esse silêncio que se transformou em esquecimento.

E os habitantes das cidades onde estavam inseridos os Campos, também silenciaram? Será que a truculência com os concentrados foi prontamente esquecida, assim que a civilizada comunidade urbana sentiu-se aliviada com o retorno dos flagelados ao sertão? A cidade estava livre. A cidade estava bela, aos olhos e sentimentos dos cidadãos.

Continuando, vemos que Rios (2014, p. 80) aponta essa preocupação da elite em afastar os retirantes da cidade: “A sugestão de fixar os retirantes no Sertão não aparece em contraposição à ideia da migração. Nesta fase da seca, as classes dominantes queriam, antes de tudo, impedir a invasão descontrolada dos flagelados.”

Existia, sem dúvida, uma rejeição dos habitantes “civilizados” da capital com os retirantes. Pensa-se que, de certo modo, é uma forma assemelhada ao preconceito contra os nordestinos tão bem apontado por Bezerra (2002, p. 43):

Sertão sofrido, discriminado, mas prenhe de revoluções populares, que vez por outra nascem e se desenvolvem como fora em Canudos de Conselheiro, no cangaço de Lampião, em Caldeirão de José Lourenço e nas Ligas Camponesas. Uma sub-raça? Não.

Havia pobres na cidade. Os pobres da cidade serviam aos ricos. A cidade estava em relativa calma. Eis, que como uma avalanche desenfreada sobre a cidade, uma multidão faminta, com sotaque, vocabulário e modos diferentes invade esse oásis de tranquilidade. Os flagelados estavam apreensivos, a elite, apavorada. Seria possível escapar sozinho de tamanha calamidade como a das secas? As secas e sua cruelíssima situação não eram parte também de uma construção social e não deriva dela uma “indústria da seca”?

Kieling e Silveira (2015, p. 135), repensando ruralidades e urbanidades pronunciam-se do seguinte modo sobre a contradição do mundo rural e do urbano:

(...) quando as expressões urbanidade e ruralidade são utilizadas, estão carregadas de um significado contraditório, em que a primeira vincula-se à ideia de civilidade, fineza, modernidade e a segunda traz implícita uma conotação pejorativa, associando ideias de atraso, indelicadeza, rusticidade, entre outras, até mesmo a profissão de

agricultor traz na sua bagagem o peso de uma cultura que a interpretou ao longo do tempo como uma profissão menor ou inferior.

A Fortaleza civilizada e moderna não se afeioou aos flagelados famintos, sujos e rústicos? Esqueceu-se a fina flor da bela cidade de que em anos de chuvas, aqueles sertanejos estavam na abundância das águas, na fartura da colheita, bem alimentados, vestidos em suas roupas singelas e muito limpas, vivendo felizes em seu modo singular de enxergar a vida.

Lembranças são compromissos vitais. Lembrava-me que nos anos alegres da vida sertaneja, se os citadinos visitavam o sertão, eram recebidos com acolhimento sincero, com as melhores espigas de milho, com canjica e pamonha, com a galinha gorda, o melhor porco do chiqueiro, e poderia ser quem fosse, o primo mais distante de um compadre falecido, um funcionário do governo realizando qualquer serviço, todos costumavam serem bem recebidos e sem exigência de data marcada para o fim da estadia.

(Jornal da Pesquisa – pesquisadora no campo)

Ao tratar das trocas dos elementos de cultura entre as pessoas do campo e as da cidade, temos a interpretação de Mendras (1969, p. 35): “a oposição entre cidade e campo não é, porém, senão uma face da realidade, pois os citadinos e os rurais formam, em certos aspectos, uma única sociedade. Têm em comum uma mesma cultura, pois partilham das mesmas crenças e das mesmas distrações”. Deveremos propor sempre justiça social para todos, mas poderemos homogeneizar diferenças que será preciso considerar para atuar melhor junto aos que vivenciam maior sofrimento social e que precisam maior atenção?

Problematizando a questão, vemos que entre os flagelados e a fatia social abastada da capital do Estado havia uma particularidade que os igualava: todos cearenses, todos nordestinos, todos brasileiros. Mas essa homogeneidade por que não impedia a segregação dos Campos de Concentração? Reconhecer-se como elo de uma grande corrente em que estavam os retirantes não era interessante para uma parcela da cidade, que não sentia qualquer pertença identitária com os retirantes.

Bungart Neto (2021, p. 14), ao estudar o apagamento da memória coletiva brasileira e a institucionalização do esquecimento através dos relatos de sobreviventes de torturas aplicadas por agentes do Estado brasileiro durante o período entre 1964 e 1985, conclui: “A equação memória coletiva vs. esquecimento institucional nem sempre é fácil de se assimilar, sobretudo quando entram em jogo aspectos políticos e ideológicos que se alimentam de questões polêmicas”. A omissão da história dos Campos de Concentração no conteúdo da disciplina de História das escolas cearenses parece fazer parte de um silêncio proposital de governos com a finalidade de gerar um esquecimento na comunidade em geral.

Ao tratarmos da área específica onde se inscreve nosso estudo, encontramos um dos Campos de Concentração de Fortaleza, o que foi instalado na região chamada Urubu, onde estavam as oficinas da Rede de Viação Cearense (RVC) desde 1930:

Antes de deixar a RVC, em 1926, seu diretor Demósthene Rockert elabora o anteprojeto da nova oficina, para ser construída no Urubu, em área do sítio Santo Antônio da Floresta, terreno doado pelo coronel Antônio Joaquim de Carvalho, que tinha interesse em valorizar suas terras. O anteprojeto prevê 12 pontes rolantes, formando um conjunto harmônico e eficiente, com 16 mil metros quadrados de área edificada com concreto armado. O empreiteiro chamava-se Dolabela Portela com plano geral do engenheiro Stevenson e projeto de Emilio Baumgart. O projeto da oficina do Urubu, capaz de receber maquinaria moderníssima, é executado somente na administração Abraão da Silva Leite, diretor da RVC de 1.º de abril de 1927 a 30 de outubro de 1930. (Almeida, 2009, p. 41)

Atualmente, a região do Urubu está localizada, pela nova cartografia da cidade, no bairro Álvaro Weyne (Almeida, 2009), onde foi construído o Centro Espírita André Luiz em 1951. A figura 2, que mostra o bairro Álvaro Weyne na região do Urubu, está inserida na publicação do referido autor.

Figura 2 - Operários construindo vagões na oficina do Urubu, atual bairro Álvaro Weyne



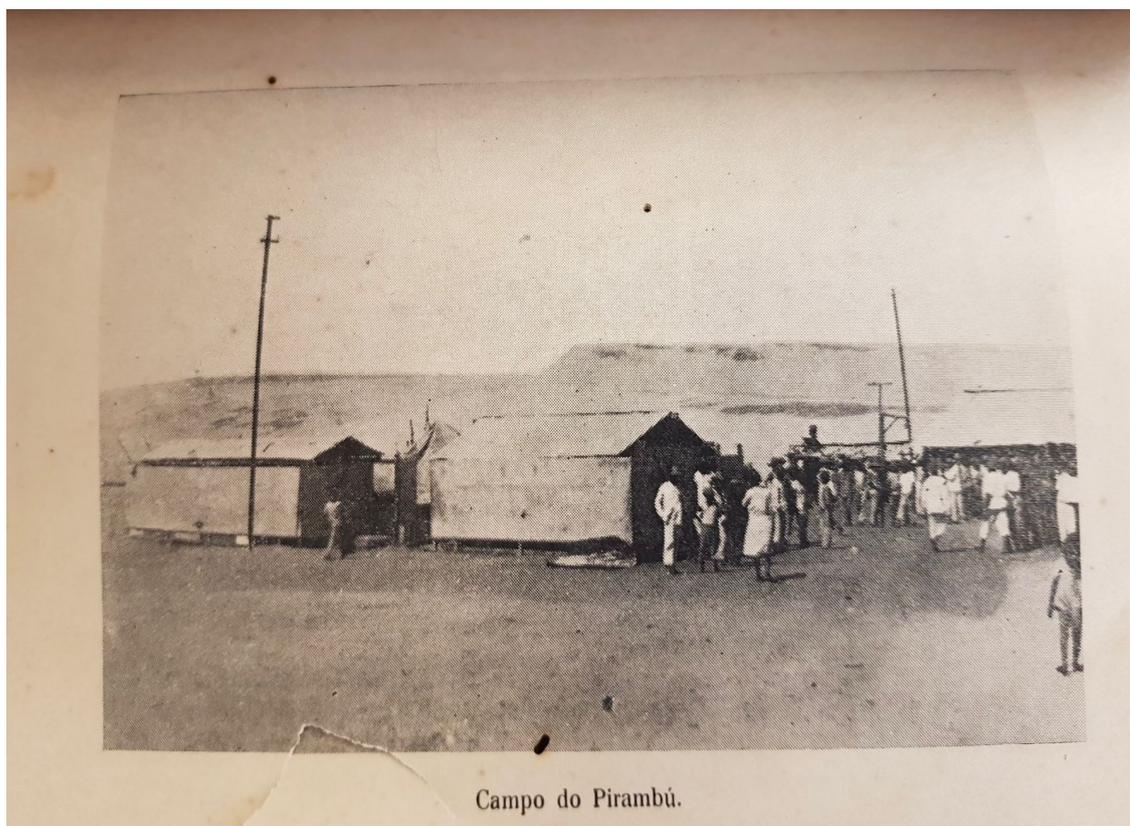
Fonte: RVC/ RFFSA

Pelo que estamos percebendo, quando os retirantes foram alocados nesse setor oeste da cidade, as oficinas da rede ferroviária já estavam em pleno funcionamento, ou seja, nas proximidades dos retirantes concentrados do Campo do Urubu havia uma massa trabalhadora

voltada para o trabalho industrial. Segundo Almeida (2009, p. 44) “o entorno das oficinas foi o lugar de habitação desses operários”, acrescentando que: “As oficinas do Urubu polarizam o bairro operário e sua maior favela” (2009, p. 45). Vemos que os migrantes e o conglomerado operário se misturam.

Façanha *et al* (2021, p. 348) afirma que: “Na década de 1920, a primeira periferia industrial de Fortaleza se forma na zona oeste da cidade e nela se concentravam diversas fábricas, o que contribuiu para a expansão urbana e a formação de uma paisagem específica.” Se a zona oeste fora o palco para o isolamento de parte dos retirantes em 1932, sob a forma do Campo de Concentração do Urubu, em especial, vê-se nela também a face de bairro operário e o que se poderia chamar de processo de favelização, feito junto à massa dos retirantes que chegava. Em nossa pesquisa, conseguimos as fotos do Campo de Concentração do Campo do Urubu, que nesse tempo estava sob denominação também de Campo do Pirambu. Na figura 3, vê-se o tipo de construção provisória para os retirantes.

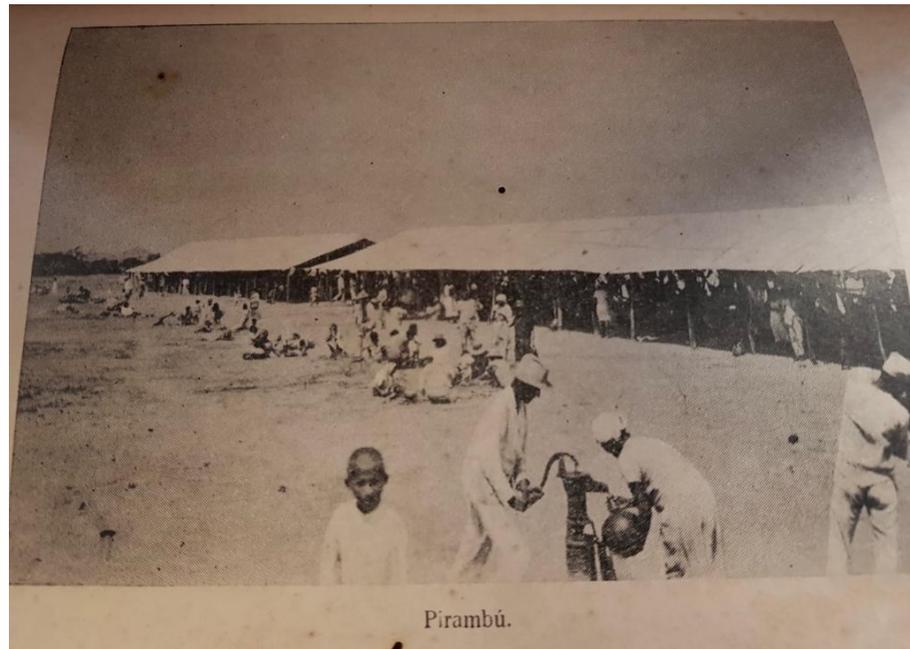
Figura 3 - Campo de concentração do Urubu



Fonte: Imagem cedida pelo pesquisador Valdecy Alves.

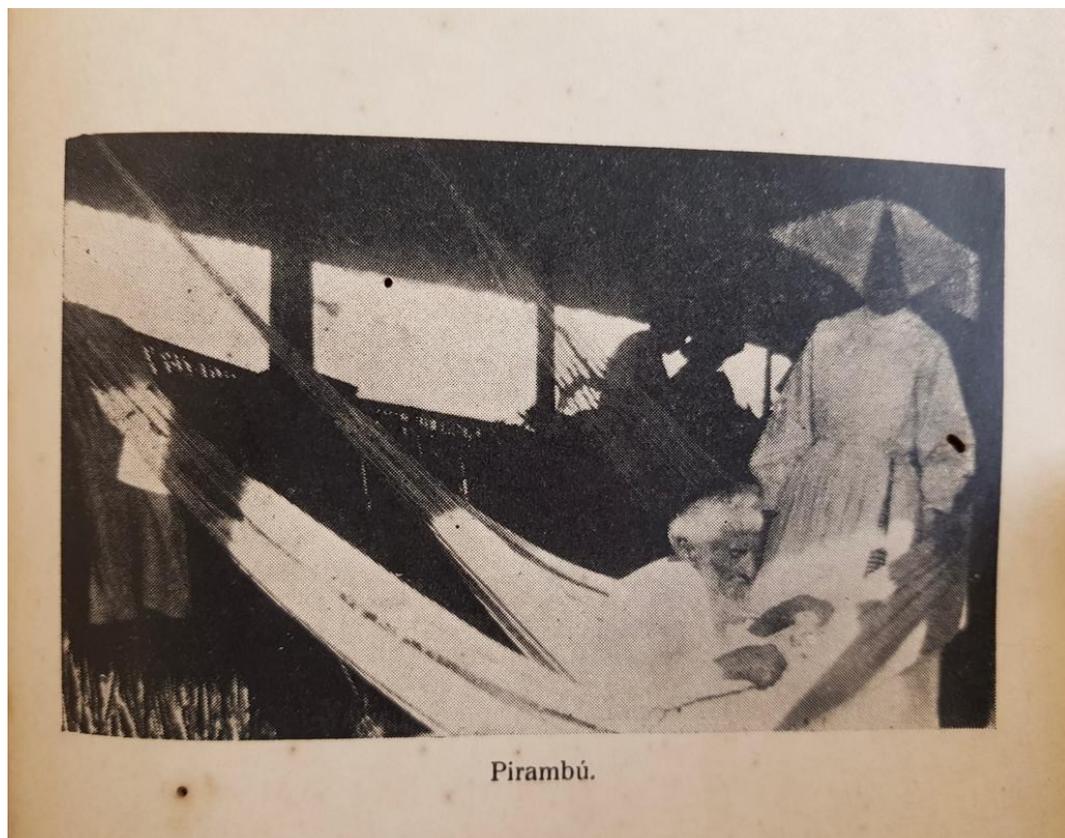
Na figura 4, temos as fotos do acampamento dos retirantes, mostrando “o estado de campanha”, em que passavam a viver:

Figura 4 - Foto de bomba de água mecânica no campo do Urubu



Fonte: Imagem cedida pelo pesquisador Valdecy Alves.

Figura 5 – Foto dos alojamentos do Campo do Pirambu



Fonte: Imagem cedida pelo pesquisador Valdecy Alves.

A água, bem escassa em época de seca, era retirada com uma bomba, em processos bastante rudimentares, para atender às necessidades do ajuntamento de pessoal vindo da migração campo-cidade. Vale dizer, que ainda hoje, noventa anos depois da seca de 1932, encontramos o mesmo sistema de bombeamento manual de água na Comunidade do Reino Encantado.

Figura 6 - Foto de bomba de água mecânica. Comunidade do Reino Encantado, 2022



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

De Urubu a Floresta, de Floresta a Álvaro Weyne, através da Lei nº 3.013 do município de Fortaleza, datada de 17 de setembro de 1965, o bairro Floresta passou a se chamar Álvaro Weyne. A mudança de nome aconteceu para homenagear Álvaro Nunes Weyne, prefeito de Fortaleza de 1928 a 1930 e de 1935 a 1936 (Klein Filho, 2015). A história do bairro daria fundação à necessidade de um espaço de religiosidade diferente. Nasce o Centro Espírita André Luiz (figura 7).

Figura 7 – Foto da fachada do Centro Espírita André Luiz no bairro Álvaro Weyne, 2022



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Do Centro Espírita André Luiz: recortes fundadores

SANDÁLIAS SEMEADORAS

O Centro Espírita nasceu
das sandálias de Jesus,
que nunca, nunca morreu
nem de lança, nem na cruz.

Jesus desapareceu
para os vaidosos da Terra,
mas logo reapareceu
para a gente de sua terra.

As sandálias de Jesus
nunca deixaram de andar,
sozinhas, cheias de luz,
para as trevas espantar.

Essas sandálias vazias
vão por caminhos e ruas,
sem festas nem fantasias,
sob sóis e sob luas.

Param humildes e calmas
na soleira de uma porta,
batem solas como palmas,
entram por baixo da porta.

Há desespero e aflição.
Quem sofre e geme lá dentro?
As sandálias já se vão,

mas fica na casa um CENTRO.
(Herculano Pires)

O Centro Espírita André Luiz, *locus* da pesquisa, foi fundado em 20 de janeiro de 1951, a partir da aquisição de um terreno no bairro Floresta, atual Álvaro Weyne, por três amigos que com recursos próprios construíram um salão de taipa para as reuniões e divulgação da Doutrina Espírita. Essas reuniões eram frequentadas, inicialmente, por moradores do próprio bairro e de seu entorno. A escolha do nome André Luiz é uma homenagem ao espírito André Luiz, cujas obras literárias foram psicografadas pelo médium Francisco Cândido Xavier.

Ele traz toda a história do Campo do Urubu, às vezes chamado Campo do Pirambu, como vimos de dizer, com suas marcas difíceis oriundas do Campo de Concentração dos retirantes da seca, do mesmo nome.

Nesse sentido, buscamos compreender a necessidade do Centro Espírita como espaço de uma religiosidade diferente, assim situaremos o processo de fundação do Centro Espírita André Luiz.

Para reconhecimento de alguns recortes dessa história do grupo, levantando uma paisagem fundadora, fizemos entrevistas exploratórias, com sujeitos vinculados ao Centro Espírita André Luiz. Nesse sentido, como suporte para a elaboração da problemática de investigação, seguimos as orientações de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 34): “As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado sobre si mesmo”, o que de fato ocorreu com esta pesquisa, inclusive, no que os autores acrescentam “e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.”

Na operacionalização das entrevistas exploratórias iniciais, percorremos as ruas do bairro, até a casa dos informantes e devo descrever minhas impressões nessa ida à casa deles, antes de trazer a visão dos sujeitos que viveram essa realidade de fundação do Centro Espírita André Luiz. Passo a algumas observações do início da minha caminhada pelo bairro Álvaro Weyne:

Quando chego no bairro, aproximo-me de pessoas nas calçadas, vendendo todo tipo de comida, sendo essa movimentação quase uma troca, tantas são as pessoas que se dedicam a essas banquinhas. As casas levam o nome dos serviços oferecidos pelos que ali moram.

As ruas estreitíssimas e as casas coladas, fazem as pessoas viverem muito nas calçadas, e essa impressão nunca me fugiu. As casas são apinhadas, com pequenos andares, com escadas externas e subidas íngremes, de modo a aproveitar espaços de morada para dependentes e agregados.

As ruas antes de chegar ao centro espírita ou dele sair, fazem certa convergência para o Posto de Saúde da Floresta, que concentra olhares da população pelo serviço público visibilizado.

(Jornal da Pesquisa- visão da pesquisadora no campo)

A atividade exploratória de entrevistas permite a aproximação do objeto de estudo, trazendo informações relevantes, considerando-se a relativa escassez de literatura acerca da fundação do Centro Espírita André Luiz e de suas atividades no bairro. Os entrevistados participam de forma contínua das atividades do centro espírita, que se mantém atuante desde a sua fundação há 71 anos. As entrevistas realizadas de maneira livre, sem maiores formalidades confirmaram que são úteis para o roteiro do trabalho a ser desenvolvido, despertando muitas reflexões que nos levam a mergulhar na pesquisa (Quivy; Campenhoudt, 2005).

Nesse movimento investigativo, temos um espaço habitado, onde se situa o centro espírita, liame que traz representações sobre o passado e futuro do bairro. Ao refletirmos sobre o uso do espaço geográfico, Santos (1999, p. 19) nos oferta um conceito de território: “Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo”, acrescentando que “é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos.” É esse território do Álvaro Weyne que mesmo que pareça invisível, une o passado das oficinas do Urubu, da industrialização nascente, do Campo de Concentração com o presente do Centro Espírita André Luiz.

Com o intuito de chegarmos ao centro espírita a partir de alguns recortes sobre a visão de sua fundação, que traz um pouco do seu passado histórico, descrevemos alguns relatos, abaixo, sobre a origem do grupo espírita e a fundação do Centro Espírita André Luiz. Vemos que o princípio foi a casa; depois a grupalização que culminará com o centro, para abrigar mais participantes, como explanam os entrevistados, que chamaremos Narradores, pelo lugar que assumem para nós de contadores da história do lugar:

Nos idos do ano de 1945, o senhor Luiz Ribeiro Vieira morava ali no bairro Floresta, hoje Álvaro Weyne. Ele se reunia em sua casa; uma casa modesta, naquele tempo uma casinha de taipa, uma casa muito simples, muito singela.

Seu Luiz morava com a esposa e reunia-se com os amigos, e fazia o Evangelho no Lar, porque sempre foi adepto da Doutrina Espírita. Então ele se reunia com a minha avó, ele é meu avô, lógico, e fazia essa reunião sistemática, semanal, na própria casinha deles.

(Narrador 3)

Era comum a esse tempo uma vinculação do centro em fundação com outros centros maiores ou com alguma entidade que os reunia:

Seu Luís e sua família frequentavam esporadicamente, naquele tempo a União Espírita do Ceará. Ele era um frequentador e procurava conhecimento, dentro de

suas limitações, mas ele era muito interessado; era um homem de formação primária, curso primário; ele procurava compreender, procurava estudar dentro da condição dele, para conversar com os amigos lá no grupo do Evangelho no Lar. Então, isso de 1945 até pelos anos de 1950, porque a fundação do André Luiz é de 1951.
(Narrador 3)

É narrado que as residências que iam albergando um número crescente de participantes do evangelho davam origem a uma mais sistemática organização em grupo, que iria gerar uma necessidade maior: a da instituição espírita, com formato associativo.

Então, precisamente, quando chegou o ano de 1951, 22 de janeiro de 1951, meu avô juntamente com esses amigos, somando recursos deles mesmos, criaram na frente da casa onde residiam meus avós, um salãozinho único, de taipa, onde eles passaram a fazer a reunião aberta ao público. Não só mais o Evangelho no Lar, mas convidando também a comunidade ali do famoso “Reino Encantado”.
(Narrador 3)

Surpreendemo-nos com a palavra “também”, como se fosse este lugar mencionado, o Reino Encantado, um local que era incluso e excluído ao mesmo tempo. Havia, pelo que disse o informante, este novo cognome de um lugar que pelas narrações e observação participante, fica dentro do próprio bairro Álvaro Weyne: o Reino Encantado. Uma favela dentro do bairro?

Ainda existe a comunidade do reino Encantado, até hoje; ela está inserida dentro do bairro Álvaro Weyne. Hoje está urbanizada e tornou-se pela necessidade da própria comunidade, uma boa parte do bairro, é todo comércio. Comércio de mercantil, venda de ovos, venda de água, posto de entrega de gás, então é uma grande favela mesmo. Mas é bem diferente daquela época.
(Narrador 3)

Segundo a pesquisadora Silva (2006, p. 43-44): “Nos finais dos anos 1980, as estatísticas ainda apontavam o Grande Pirambu como “a segunda maior favela do Brasil, ficando atrás apenas da favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro”. Ainda hoje, a população do Pirambu apresenta alto contingente populacional: “aproxima-se dos 19 mil habitantes, ocupando uma área de 2,73 % de extensão, no que resulta um adensamento demográfico na faixa de 266,43 hab/km², posicionando-se como um dos bairros de maior densidade demográfica de Fortaleza”, e, assim, vemos esse aglomerado humano “bem acima da média estadual (0,019 hab/km²) e da nacional (19,9 hab/km²)” (ibid., p.44).

O bairro Álvaro Weyne parecia crescer, carregando, feito uma mãe canguru, o Reino Encantado. Eram as marcas do antigo Campo de Concentração do Urubu?

Conforme Façanha *et al* (2021, p. 353), no estudo sobre a arquitetura industrial de Fortaleza com enfoque nas oficinas do Urubu e sua importância para a história da região,

menciona o surgimento da Comunidade do Reino Encantado “Também foram se moldando assentamentos nas ruas que limitam o conjunto fabril, como a comunidade do Reino, na Rua Joaquim Pinto, situada à margem do muro das oficinas, chamada pela população de “rua do pé do muro”.

Mas o que era o Espiritismo e que tipo de célula era o centro espírita, esse que olhava a história e a vida do bairro? Vejamos as duas coisas: o que é um centro espírita e como se olhava de princípio, para o bairro e a reflexão espiritual que se levantava com a perspectiva espiritista.

O Livro dos Espíritos foi publicado na França em 1857 e as primeiras reuniões realizadas pelos fundadores do Centro Espírita André Luiz ocorreram já em 1945, na residência de um deles. Estabeleceu-se, a partir de uma coesão crescente, a decisão de se adquirir um espaço destinado à instalação de um centro espírita, e, apesar de serem pessoas de poucas letras e escassos recursos materiais, havia, entre eles, um ideal comum com força suficiente para concretizar o desiderato.

Sendo assim, em 1951, foi adquirido um terreno em condomínio pelos três fundadores, Sr. Luís, Sr. João Lopes e Sr. Pereira, que com recursos próprios construíram um salão de taipa onde se realizaram as reuniões e se divulgava a Doutrina Espírita. Inicialmente, havia reuniões mediúnicas com presença do público do bairro Floresta e de seu entorno. A escolha do nome do centro surgiu em decorrência de um dos fundadores ser leitor das obras psicografadas por Francisco Cândido Xavier, especialmente as assinadas pelo Espírito André Luiz.

Consultando os narradores, observáramos que as atividades nucleadoras dos primeiros trinta anos do Centro Espírita André Luiz registravam a vinda de pessoas dos vários cantos da cidade, além dos bairros circunvizinhos e do próprio Reino Encantado.

Nos primeiros trinta anos, o centro espírita teve atuação relevante no acolhimento de pessoas que vinham de vários pontos da cidade, além dos que moravam nos lugares circunvizinhos e no próprio Reino Encantado. Vinham em busca de socorro espiritual’, como disse o Narrador 3.

Inicialmente tal aglutinação acontecia através da leitura do Evangelho segundo o Espiritismo e das reuniões mediúnicas.

Posteriormente, na década de setenta foi implantada a evangelização infantil aos sábados, iniciada com a colaboração de instrutores da União Espírita Cearense, e, logo em seguida, com os próprios trabalhadores do CEAL, que receberam formação para tal mister. (Jornal da Pesquisa)

Para atender as necessidades dos que chegavam, houve a demolição da antiga casa de taipa que abrigava a todos na fase inicial e deu-se a ampliação do espaço físico:

Na década de oitenta (80), com a intensificação das demandas do centro espírita em face do aumento do número de pessoas que para lá acorriam, os membros perceberam a necessidade de ampliação da estrutura física. Para concretizar tal intento, foi necessário um árduo trabalho para o levantamento do capital, que consistiu na realização de feiras de venda de produtos usados, recebidos através de doações, então chamadas feiras da pechincha; almoços em conjunto e outras promoções culturais.

(Narrador 2)

Mas como era essa chegada dos membros e o que vivenciavam em suas vidas? Sem que esboçasse pergunta, o narrador adiantou-se:

Era em oitenta (80). Ali era muito precário, muito precário. As casas eram de dar pena mesmo. Tínhamos que entrar abaixados, era uma coisa muito ruim mesmo. Não tinha saneamento básico, havia lama. Ai a gente ia fazer o Natal, entregava a cesta, aí depois que se reunia todo mundo, fazia a prece, aí é que a gente ia para o natal nas famílias, cada qual nas suas famílias. Agora, as coisas deram uma melhorada até na própria comunidade.

(Narrador 1)

Nessa fase do centro espírita, este se voltava para conhecer o bairro e atender em algumas possibilidades, os espaços mais necessitados de assistência social no lugar, em especial o Reino Encantado. Observemos que os narradores mencionam o fato de que as pessoas da comunidade do reino Encantado “moravam na lama”.

Na década de oitenta, era areia, porque ali na Floresta, aquela região do Álvaro Weyne era muita areia, uma região muito pobre, muito desassistida, as pessoas moravam na lama.

Tinha uma comunidade que nós assistíamos, o Reino Encantado, nós trabalhávamos direto com eles e era assim, era na lama mesmo, não tinha calçamento, não tinha saneamento básico, não tinha nada. Bem difícil mesmo.

(Narrador 2)

Vejam mais alguns retratos do bairro, para onde o Centro Espírita André Luiz olha; em especial ao Reino Encantado:

Era um bairro de periferia, de nome Floresta, uma comunidade muito pobre, com poucos recursos. Em 1951, ali no bairro não existia energia. Em alguns bairros de Fortaleza já existia energia elétrica, mas lá na Floresta não havia energia elétrica; fato curioso, não é? Mais ou menos em 1955 fizeram a festa de inauguração da energia elétrica. (...)

Por volta de 1961, o transporte público funcionava só até as 18 horas, então só no outro dia. Era muita areia. Só tinha calçamento na Av. Francisco Sá. Era um calçamento de péssima qualidade; só aquelas pedras. O resto era só areia e aquelas veredas, em meio a pedras. O arruamento era muito irregular e sem energia elétrica. Na Floresta não tinha energia elétrica, como eu disse.

E havia o Reino Encantado que hoje está inserido dentro do Álvaro Weyne, antiga Floresta, e que avançou bastante em relação àquela época. A comunidade está hoje

urbanizada, pavimentada e saneada. Mas naquela época era muito difícil a sobrevivência daquelas pessoas. Em especial na comunidade do reino Encantado, para onde o Centro Espírita olhava e acolhia, em sua assistência social.

(Narrador 2)

Estamos vendo que o Centro Espírita Álvaro Weyne nasce olhando para o Reino Encantado. A tese de Limonad (1996) mostra haver dois grandes padrões de exclusão social e espacial, que incluem outros mais específicos. Um primeiro padrão seria difuso e entende-se que nele se observa uma configuração multipolarizada, onde há modalidades ou núcleos em que os excluídos estão, mas isso acontece em nos interstícios da cidade como um todo. Se o bairro da Floresta, antigo Álvaro Weyne vinha de uma exclusão bastante marcada pela história do Campo de Concentração do Urubu, haveria uma tendência hoje a esses extratos populacionais mais pobres fazerem cinturões ou bolsões não só nas zonas confinadas aos excluídos, mas nos interstícios da cidade, avançando para ocupar novos espaços de moradia.

Observa Limonad (1996) como outro padrão a tendência a modificar-se a polarização rural-urbano, e essa dissolvência mostra uma presença atrativa das cidades, mesmo nos espaços mais afastados.

Vimos, no entanto, que o singular no bairro Álvaro Weyne é que seus primeiros habitantes vinham, como retirantes da seca, sobretudo de 1932, onde, em aqui ficando, ocuparam o Reino Encantado. A separação do espaço social urbano, com suas exclusões, nessa época de fundação do bairro em foco, pode-se dizer que se configurava como verdadeiro *apartheid*. E, como observamos nas entrevistas sobre a fundação do Centro Espírita André Luiz, havia uma comunidade que era particularizada e recorrente as citações sobre a sua pobreza:

A comunidade do Reino Encantado fica por trás da Oficina do Urubu pelo lado da rua Hugo Rocha e se estende até a Av. Theberge e extremando com a Rua Francisco Calaça, que é onde fica o Seminário de Fátima. Dos fundos da oficina Rede Viação Cearense (RVC) até a Francisco Calaça, tendo como referência a parte frontal do prédio do Centro Espírita André Luiz.

A gente se voltava, desde o início do Centro Espírita André Luiz, para incluir e atender essa comunidade.

(Narrador 3)

É como se fosse a “favela dentro da favela”, ouvimos um narrador dizer, e rapidamente se desculpar, como se dissesse algo que não deve, que seria inamistoso para os dois grupos, o do bairro e suas comunidades aglutinadas, e o do Reino Encantado. O nome favela desde muito nasce de fato como um estigma. Conforme Cruz (1941, p. 14):

Foram para o antigo morro de S. Diogo e, aí, armaram o seu lar. As “cabrochas” eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele Estado. Falavam muito, sempre da sua Baía, do seu morro. E aí ficou a Favela nas terras cariocas. Os barracões foram aparecendo, um a um. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois, foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nasceria a Favela.

Citando Sagmacs (1960), Pasinato *et al* (2015, p. 03), no XX Seminário Interinstitucional, promovido pela Universidade de Cruz Alta (RS), observam o mesmo: “a palavra Favela teria surgido em Canudos e levada para o Rio de Janeiro, onde após o término do combate em Canudos, os soldados sobreviventes e as vivandeiras se instalaram no Morro da Providência (Rio de Janeiro) ”.

Pasinato *et al* (idem, p. 03), agora seguindo as pesquisas de Rocha (1995), chama a atenção para o fato de que “não se pode, portanto, afirmar que a favela surge no morro da Favela, mas pode-se sim, dizer que é a partir da ocupação do morro da Favela que essa prática se sistematiza”. Afirmam os autores na mesma comunicação no Seminário de Cruz Alta (idem, p. 02), que para Vaz (1994; 1994 a) “o cortiço nada mais foi do que a semente para a favela”.

Mas pergunta-se Neustadt (2013, p. 127), refletindo sobre cotidiano e cidade: e por que será que o morro da Providência mudou de nome e virou morro da Favela? E recorre a Abreu (1994, p.45), que mostra como a chegada dos que vinham de Canudos, onde havia uma serra com este nome, Favela, trouxe o nome ao Rio de Janeiro, aonde os que vinham da Bahia se alojaram no morro da Providência. Conforme Abreu (1994, p. 45):

Favela é um arbusto típico da caatinga nordestina e muito abundante no sertão de Canudos. Lá havia inclusive um morro com esse nome. Seja porque o morro da Providência se assemelhava ao morro existente em Canudos, seja porque os soldados ali encontraram (ou construíram) algo que lhes recordava Canudos, a verdade é que o morro da Providência logo passou a ser conhecido na cidade como morro da Favela.

Ao se pensar sobre o crescimento desordenado das cidades no Brasil, podemos encontrar muitos fatores, inclusive situações antagônicas. Oliveira (2020, p. 02) observa, ao tratar da urbanização das cidades em decorrência da mecanização da lavoura e da incapacidade desses espaços constituídos receberem um número elevado de pessoas, que “os migrantes não tinham qualificação para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, renda para comprar ou alugar uma casa em áreas mais centrais. Assim, a única alternativa foi ocupar áreas periféricas, geralmente de terceiros ou do governo.” Voltamos o pensamento ao Reino Encantado que surgiu não da mecanização da lavoura e da produção em larga escala de grãos, mas da escassez da chuva, da terra seca, da ausência de quase tudo.

Essa questão da favelização como lugar de exclusão social e espacial, não é mero academicismo, mas influi na forma de alocar recursos públicos. Bezerra Pequeno e Clarissa Freitas (2015, p. 45-46) em seus estudos sobre o assunto da favelização abordam a questão de que “grande parte dos recursos disponíveis para a produção habitacional não passa pelo crivo do Sistema Nacional de Habitação e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”, e que esse fato “tem provocado questionamentos, entre acadêmicos, sobre a eficácia da aplicação desses investimentos no combate ao *déficit* habitacional”.

Os programas governamentais não têm conseguido estimular a autonomia das populações envolvidas no destino dos recursos públicos que lhes são atribuídos. É aí que “os interesses dos agentes ligados ao mercado imobiliário acabam prevalecendo sobre o interesse coletivo no processo de produção do espaço urbano acessível a todas as camadas da população” (Pequeno; Freitas, 2015, p. 45-46).

Considerando que a favelização se caracteriza como exclusão social e espacial nas cidades, vemos que no próprio bairro Álvaro Weyne se observava uma tendência a representações que passavam sutilmente a considerar o Reino Encantado como uma “favela dentro da favela”. Isso não era admitido, certamente, e o trabalho de assistência social do centro espírita aconteceu no sentido de acolher e assistir de diversas formas de necessidade, inclusive materiais, desta comunidade.

Evidente que para isso houve um trabalho triplo: identificar lugares mais necessitados para assistir as pessoas em diversas dimensões, sociais e espirituais; e modificar representações, na medida do possível, de exclusões. Também, atendê-los junto ao centro espírita, se viessem. O texto do Evangelho Segundo O Espiritismo observa que o bem é uma virtude ativa. E que no exercício dessa virtude, ou desse esforço, não basta evitar o mal, deve-se vivenciar o bem praticado, “porquanto uma virtude negativa não basta: é necessária uma virtude ativa. Para fazer-se o bem, mister sempre se torna a ação da vontade; para se não praticar o mal, basta as mais das vezes a inércia e a despreocupação” (Kardec, 2013, p. 213).

As próximas seções apresentam as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa e as análises das suas experiências sobre o tipo de sofrimento vivido por eles, em seu dinamismo pessoal, social e espiritual.

4.2 Conquistas de Si - contrapontos entre a assunção de direitos e a vontade e livre-

arbítrio em Léon Denis

A pesquisa participante, dá voz aos sujeitos, descreve suas falas e processos de tornar-se o que se apresenta como realidades mutantes, sem que o pesquisador fique em uma pseudoneutralidade. É nossa intenção considerar que: “na Pesquisa Participante o pesquisador exerce uma função no grupo investigado, do qual objetiva-se maior conhecimento; torna-se ator ao assumir um papel no grupo investigado, enquanto que, na pesquisa não-participante, o observador fica alheio à comunidade (De Luneta *et al.*, 2023, p. 306).

Considerando que o objetivo deste estudo é pensar algumas diretivas para a criação de um Observatório de Direitos Humanos no Centro Espírita André Luiz, situado no bairro Álvaro Weyne, optou-se pela escolha de seis frequentadoras assíduas deste centro espírita. Utilizou-se a eleição das entrevistadas em uma forma de amostra por conveniência, a partir da realização de convites individuais a cada uma das participantes da pesquisa, mas com a exigência de cada uma delas frequentar há mais de cinco anos este centro espírita. Foram realizadas entrevistas narrativas (Jovchelovich; Bauer, 2013), que comportam descrições longas e densas dando grande lugar à voz dos sujeitos da pesquisa. A pergunta aberta que fizemos foi: “Você poderia narrar a sua história de vida abordando os sofrimentos, porventura vividos, nos aspectos pessoal, social e espiritual?”.

Sucedendo então que neste movimento pesquisador se passou a solicitar aos sujeitos da pesquisa que abordassem as questões fundamentais de suas trajetórias de vida, mormente os tipos de sofrimentos vividos, em seu dinamismo pessoal, social e espiritual. Cada entrevista teve em média a duração de sessenta (60) minutos, tendo em vista a ampla liberdade de fala conferida a cada sujeito e o valor do aprofundamento das narrativas. Depois foram feitas algumas entrevistas de explicitação para conferir o entendimento de algumas passagens das narrativas.

Como suporte para a elaboração das entrevistas semidirectivas, seguimos as orientações de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 96-97): “Tanto quanto possível, ‘deixará andar’ o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier.” Durante as entrevistas, as participantes demonstraram se sentir confortáveis em biografar suas vidas, e, brevemente, uma ou outra foi tomada pela emoção desse momento reflexivo.

Em cumprimento à Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, anuindo expressamente à participação na pesquisa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética.

Para a proteção do sigilo do material coletado, os nomes escolhidos como pseudônimo das entrevistadas homenageiam escritoras cearenses do séc. XIX e início do séc. XX: Jane Davy (pseudônimo); Nenuphar (pseudônimo); Adília de Luna Freire (pseudônimo); Alba Valdez (pseudônimo), Emília Freitas (pseudônimo) e Serafina Pontes (pseudônimo). A idade das participantes varia entre quarenta e quatro (44) e cinquenta e seis anos (56), todas com um lastro considerável de tempo para reflexões e leitura de vida.

Os dados biográficos das escritoras cujos nomes servirão de pseudônimo para as entrevistadas recolhemos, a maior parte, da tese de doutorado intitulada *Mulheres Beletristas e Educadoras: Francisca Clotilde na sociedade cearense – de 1862 a 1935*; defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará por Gildênia Moura de Araújo Almeida e que teve a orientação do professor doutor Luís Távora Furtado Ribeiro, do mesmo programa e instituição.

Apresentamos, na subseção a seguir, os resultados da primeira entrevistada, justificando seu pseudônimo com os dados biográficos da escritora Jane Davy (pseudônimo utilizado pela escritora Francisca Clotilde e que conservamos neste texto).

4.2.1 Jane Davy: buscando um lugar para ser mulher

Francisca Clotilde nasceu em 1862 no estado do Ceará, na vila de Tauá, hoje município de mesmo nome. Descendente de dois ramos familiares importantes na região, ainda na infância saiu do sertão para a serra de Baturité, onde iniciou as primeiras letras. A partir de 1877, tornou-se aluna no internato do Colégio Imaculada Conceição, em Fortaleza, época em que começou a escrever poesias para os jornais locais, assinando somente com suas iniciais.

Em 1880, concluiu seus estudos e casou-se com Francisco de Assis Barbosa Lima, vivendo um relacionamento infeliz, em decorrência de problemas do marido com alcoolismo e vício em jogos de azar, que inclusive o levou ao internamento no Rio de Janeiro, fugindo do hospital e desaparecendo.

Já em 1882, Francisca Clotilde começou a participar de atividades intelectuais e movimentos sociais cearenses, como o movimento abolicionista, sendo membro da Sociedade das Senhoras Libertadoras ou Cearenses Libertadoras. Foi a primeira mulher a lecionar na Escola Normal do Ceará.

Nos idos de 1884 e 1885, a escritora, na condição de casada, mas com o marido desaparecido, conheceu o professor Antônio Duarte Bezerra, a grande paixão de sua vida. Esse

relacionamento lhe custou a rejeição de parte da família e da sociedade.

Teve seis filhos, dentre eles Antonieta Clotilde, também escritora. Francisca Clotilde fundou três externatos e teve intensa publicação literária, assinando algumas de suas obras com o pseudônimo Jane Davy, que aqui utilizaremos. É autora do romance “A Divorciada”.

Em relação ao material obtido a partir da entrevista com **Jane Davy**, emergiram as seguintes categorias de sofrimento: 1) criação machista por parte da mãe e da avó, 2) a ausência de afeto e 3) privação material.

Quanto à categoria de criação machista por parte da mãe e da avó, os segmentos associados diziam respeito a diferenças de tratamento e prescrição de funções de acordo com o sexo pelas mulheres que ficaram responsáveis pela educação da participante. Por exemplo, a avó de Jane era uma pessoa muito austera, que a agredia física e psicologicamente, ao mesmo tempo em que valorizava muito os filhos e netos do sexo masculino e a mãe, por sua vez, não era tão diferente.

Do avô materno, ela tem doces recordações, por ser uma pessoa muito amorosa, sensível, sendo a maior memória afetiva da infância e da adolescência: “Eu era tão pequenina, magrinha, e ele pegava na minha mão e me levava com ele para o centro espírita, eu me sentia segura com ele”. Narra Jane, que seu avô era maestro e fundador do Centro Espírita André Luiz com outros dois amigos.

No que tange à experiência de sofrimento pela privação de afeto, quando Jane Davy era uma criança muito pequena, com apenas três anos de idade, seu pai abandonou a esposa grávida de sete meses e os quatro filhos. Em consequência, tiveram de ir morar na casa dos avós maternos de Jane, porque a mãe não tinha como cuidar das crianças e trabalhar ao mesmo tempo. A avó se encarregou de cuidar dos netos, enquanto a mãe trabalhava durante o dia e estudava à noite, pois o casamento a impediu de concluir os estudos.

Na fala da entrevistada é perceptível o sofrimento pela ausência do pai e sua busca durante a infância e a adolescência pelo homem que tinha um dever de cuidado com ela e a abandonou: “Quando eu pegava um ônibus e via um senhor que tinha a mesma idade que ele, eu ficava pensando se aquele não era meu pai.”

Durante toda a infância e parte da adolescência, Jane Davy procurava seu pai, como estamos vendo, em todos os lugares por onde andava. Nas suas palavras:

Até a minha adolescência eu ficava me perguntando se meu pai estava por perto nos vigiando. (...) Na verdade, meu pai tinha ido embora e constituído outra família. Eu escrevia cartas para ele, nos endereços que diziam que ele poderia estar, falava sobre minha vida e sobre a falta que sentia dele, a saudade.

(Jane Davy, entrevistada)

Jane Davy tentava encontrar esse pai ausente, escrevia cartas, mas a devolução de uma correspondência no dia do seu aniversário de quinze (15) anos a fez desistir dessa busca e implicou um desfecho definitivo até então.

No dia do meu aniversário de quinze anos, recebi a devolução de uma correspondência que informava que ele havia mudado de endereço. Então, desisti. Somente duas décadas depois ele retornou e eu lhe disse que já não precisava mais dele, que não teria sentido para mim essa convivência depois de tantos anos.

E nunca mais o encontrei.

(Jane Davy, entrevistada)

Depois desse afastamento de duas décadas, quando o pai de Jane Davy retornou, ela quis mostrar-lhe a dor de sua ausência, decerto, e ao dizer que já não precisa mais dele, que não tinha sentido uma convivência depois de tantos anos, ela não mais o encontra, até hoje.

A falta do pai e o modo grosseiro pelo qual era tratada pela avó, que sequer pronunciava seu nome apesar de ser a única neta menina, causaram muito sofrimento a Jane. Ela cresceu nessa vida austera, com poucos recursos financeiros, alimentação deficitária, padecendo de um machismo estrutural, poder-se-ia dizer. Pode-se perceber, também, que a falta de afeto da avó e da mãe, como também a ausência paterna, deixaram marcas mais profundas na entrevistada, que ela hoje conscientemente refere:

Minha família é matriarcal, minha avó mandava em tudo. Ela era austera, muito rude comigo. Isso pesou muito na minha vida adulta. Havia agressões físicas e psicológicas.

Meus tios e meus irmãos eram tratados de forma diferente e eu me perguntava porque ela fazia isso justamente com sua única neta mulher. Ela me chamava de tudo, mas não pronunciava meu nome.

Eu fui criada ao léu, tive carência de vitaminas na infância. Minha filha mais velha, já na idade adulta, observou que ao tomar o banho eu esfregava meu corpo com muita força, em uma agressão à pele, e somente nesse dia me toquei de que eu estava repetindo o jeito que a minha avó me banhava.

(Jane Davy, entrevistada) (grifo nosso)

Da fala de Jane Davy, poderíamos supor que talvez aí se pudesse ler uma contradição, quando ela menciona “minha família é matriarcal”, ao mesmo tempo em que afirma que a avó, “que tudo comandava”, ao mesmo tempo, “privilegiava somente os homens da casa”. Isso que se poderia ler como contradição é, de fato, a ambiguidade do problema da reprodução social da desigualdade homem-mulher que vem junto da problemática do poder familiar.

Entendemos, que o termo “matriarcal” usado por Jane se traduz pela responsabilidade que tradicionalmente tem sido posta para a mulher no seio da família e que a entrevistada

observa ser uma espécie de matriarcado, e, no entanto, mostra também o afastamento de uma relação igualitária entre os gêneros, que no tempo de sua avó era maior, limite que agora está sendo enfrentado.

Em contrapartida, ao modo pelo qual era tratada por sua avó, o avô materno era muito carinhoso com Jane Davy:

*Eu me lembro também que ele dizia para mim que eu tivesse paciência com a minha avó e eu durante muito tempo **achei que aquele tratamento que a minha avó me dava era o normal.***

Com o passar dos anos, quando eu já estava trabalhando, meu avô construiu uma casa em Palmácia e se mudou para lá com minha avó. E lá ele fundou uma banda de música.

Eu me lembro de ir muito ao centro espírita com ele. Eu era tão pequena que quase não alcançava a mão dele. Eu assistia as reuniões mediúnicas. Eu ia com o meu avô e via tudo aquilo. Ele fundou o Centro Espírita André Luiz com mais dois amigos.

O vocabulário espírita de obsessão, desobsessão, psicografia, psicofonia, eram normais para mim porque desde criança eu lidava com aquilo com muita naturalidade, porque eu sempre fui espírita. O Espiritismo me deixa forte, eu tenho meu anjo da guarda, tenho clareza das coisas.

(Jane Davy, entrevistada) (grifo nosso)

Podemos ver que ela entendia como natural o modo hostil e violento com que era tratada. Naturalizava, portanto, o que era histórico e poderia ser mudado. A história da vida individual de Jane Davy recapitulava, reproduzia ou deixava ressoar o que na história do direito acontecera, e vice-versa. Vejamos como também na história do direito havia uma forma de não deixar ver o que era histórico, recobrando o que ocorria com uma moldura de naturalidade ou naturalizando questões mutantes, historicamente construídas. Nossa análise desse fato requer maior fundamentação. Vejamos.

A corrente jusnaturalista defende que o homem possui um direito inato e imutável — um direito natural — anterior às instituições e superior ao direito positivo. É devido a essa concepção de direito natural e em prol de sua conservação que se cogitou as noções de formação do Estado por pactos sociais (Carvalho, 2023, p. 31).

Avançando na história, entre os séculos XII e XIII, o Jusnaturalismo é a filosofia jurídica e política predominante do período moderno, tendo como variante o Contratualismo. A introdução de novos elementos a essa reflexão vai atendendo às exigências do ambiente social e seu contrato social, vai tentando responder às exigências de liberdade e da necessidade de legitimação do poder político, questões abordadas por Rousseau (2009).

Com o Estado moderno, chega-se a Hegel. O Estado para Hegel deve ser a garantia do direito para todos, na medida que todos fazem parte dele, seja cidadão, seja família, instituições estatais ou não. Para ele, o equívoco do período moderno foi determinar o Estado como apenas

segurança ou direitos básicos, como a vida, ou a propriedade, dessa maneira confundindo-se o Estado com a sociedade civil.

Se o dever do Estado se limitar apenas a isso, ele é incompleto, porquanto ficou no plano, de certo modo, subjetivo, uma vez que para efetivar direitos se precisa garantir a liberdade individual, a coletiva e objetivar os direitos, elevando-os a um sentido e uma prática reconhecida por todos. O propósito do Estado, segundo Carvalho (2023, p. 37) deveria ser o interesse universal, já que a universalização “tem como função, como o estabelecimento de uma comunidade humana livre, uma comunidade em que os indivíduos tenham consciência de ser agentes das decisões que concernem à vida de todos.

Voltando a Jane Davy, apesar de sua avó colocar a questão do matriarcado e, também, o do privilegiar aos homens da família, o avô não comungava dessa forma de ser, embora não se confrontasse com os outros sujeitos. De fato, mesmo doando seu afeto a Jane, não tinha, contudo, forças para impedir as agressões perpetradas pela avó.

Da sua educação, pois, afirma a entrevistada que a família não a impedia de estudar, mas também não a estimulava, tanto que concluiu o ensino médio já trabalhando e pagando seus próprios estudos.

*Eu trabalhava, mas não gastava nada, entregava tudo a minha mãe. **Eu achava isso normal.** Era para a manutenção da família, então do jeito que eu recebia o pagamento eu repassava para minha mãe. Eu não tinha roupas. Para ir trabalhar, muitas vezes eu pegava escondido uma calça de meu irmão mais velho.*

Eu vivia para trabalhar e ajudar a família, mas eu não era reconhecida. Eu só recebia grosseria.

Nos finais de semana, eu tinha de lavar toda a roupa da casa e passar. Depois de muito tempo nesse ritmo estafante, eu criei coragem e dei um basta, dizendo a minha mãe que cuidaria somente de minhas roupas. Ela aceitou pacificamente, eu me arrependi de não ter tomado essa atitude muito antes, mas eu tinha medo. Eu era subserviente.

(Jane Davy, entrevistada) (grifo nosso)

Observamos que o modo de tratamento da avó para com ela, mesmo sendo violento, em certo sentido era naturalizado – “havia agressões físicas e psicológicas”; e “ela me chamava de tudo, mas não pronunciava o meu nome”. Vejamos com as palavras de Jane: “**achei que aquele tratamento que a minha avó me dava era o normal.**” E quando foi trabalhar, afirma: “Eu trabalhava, mas não gastava nada, entregava tudo a minha mãe. **Eu achava isso normal.**” Ressaltamos que na adolescência a vida de Jane restringia-se em ir para escola, sem direito a passeios ou diversão, o que ela achava que era algo que fazia parte do conjunto da educação familiar.

Assim é que a esfera do poder e do mercado se unem no domínio masculino, que além de efetivamente criar condições de reproduzir-se (as próprias mulheres da família de Jane Davy eram machistas), também usam da violência concreta e da que se expressa na violência simbólica. O poder patriarcal dominava escravos e mulheres, a esfera pública e a privada, em particular a familiar, e funcionavam em simbiose uns e outros, para reproduzir a opressão.

Quando o primeiro namorado surgiu, por ser muito carinhoso, ela o elegeu a pessoa mais importante naquela ocasião. O fim desse namoro trouxe-lhe a primeira decepção em um relacionamento amoroso e a idealização de alguém que suprisse seus desejos ou pudesse corresponder a alguns ideais, a fez evitar novos relacionamentos por cinco anos.

Os anos se passavam, mas a estrutura hierarquizada da avó e da mãe permanecia. Ambas continuavam a exercer um forte domínio sobre Jane, um poder com o qual ela se sentia infeliz, mas de início não se contrapunha a isso, tentava, intimamente, normalizar e naturalizar a forma machista como era tratada.

Depois, veio um companheiro que ela apresenta como seu primeiro marido. Em dado momento de sua fala, Jane diz que o seu irmão observou: “Meu irmão mais novo sempre me dizia que eu havia casado para sair de casa, para fugir de uma vida em que eu não tinha direito a nada”. Vê-se que seu irmão percebia que ela “não tinha direito a nada”, como ela refere ouvir dele. Isso nos leva a todo tempo a um machismo estrutural, que só mais depois, Jane vai desnaturalizar e posicionar-se diante dele.

Com relação ao primeiro marido, Jane se refere a ele como “muito, muito frio” e diz dele: “era um jovem de vinte (20) anos, mas parecia um velho de setenta (70) anos.”

Leiamos o contexto da fala:

Conheci meu primeiro marido no centro espírita. Ele chegou no CEAL (Centro Espírita André Luís) para dar um curso de jovens e precisava de alguém para ajudá-lo. Ele era um jovem de vinte (20) anos, mas parecia um velho de setenta (70) anos. Ele era o oposto do meu primeiro namorado que era muito extrovertido. Então eu pensei se não deu certo com o primeiro, pode dar certo com o completo oposto. Foi um namoro que começou sem grande paixão. Só começamos a namorar depois de um ano de amizade.

A gente já planejava casar, mas tudo se antecipou quando engravidei da minha primeira filha. Ele era muito, muito frio.

Meu irmão mais novo sempre me dizia que eu havia casado para sair de casa, para fugir de uma vida em que eu não tinha direito a nada.

*A falta de afeto me fez preencher todo o meu tempo com o trabalho e a educação das minhas filhas. Após oito anos de relacionamento e com uma segunda filha, o casamento se acabou, mas não senti nada, porque não havia afeto. **O pai das minhas filhas não se preocupava em educá-las, deixando a responsabilidade sobre os meus ombros.***

(Jane Davy, entrevistada) (Grifo nosso)

Como observam Bigliardi e Antunes (2018, p. 27), o sistema patriarcal “mantém um sistema fechado de conversações em que a forma de pensar, as emoções e as ações individuais e grupais são coordenadas para a dominação através da apropriação da verdade”; isso significa que quaisquer diferenciações ou recusas a essa reprodução “não são considerados expressões legítimas, mas são percebidas como ameaças a serem neutralizadas pelo controle do outro”.

Cabe agora trazeremos alguns apontamentos sobre as ondas feministas, pois elas vão repercutir no ocidente, sobretudo, em várias esferas, da vida do direito à vida da sociedade política e da civil.

A primeira onda feminista, conhecida como sufragista, teve início no final do século XIX, e buscava trazer para a vida das mulheres os princípios da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade). Esse primeiro movimento foi conduzido por mulheres brancas e de classe média do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, que buscavam o fim da submissão da mulher ao marido e ao tratamento da esposa como uma propriedade do homem, bem como desejavam garantir o direito ao voto. Para Monteiro e Grubba (2017, p.268) o primeiro momento do feminismo teve características conservadoras, tendo em vista que contestava as diferenças contratuais e econômicas entre homens e mulheres e o cerceamento em suas escolhas, principalmente a proibição de escolha política. Não se pode dizer isso de modo tão completo, pois a submissão da mulher era tratada, mas logo se via que sua raiz a tornava um bem ou propriedade do homem, o que mesmo que pareça atuar mais na esfera política e vida pública (e a luta pelo voto feminino é uma prova disso), também não ser propriedade de um homem, como cavalos, carros e camelos era um direito a ser conquistado de partida.

Na década de 1960, as mulheres começaram a abrir bandeiras frontalmente, lutando contra o patriarcado e a inferiorização da mulher, tanto no campo privado quanto no público. É a chegada da segunda onda que se segue até a década de 1980. Nessa etapa há maior frentes de luta social. Para Doncatto e Dos Santos (2023, p.244): “Esse é um período marcado pela fomentação de organizações políticas e movimentos sociais em luta pelos direitos da mulher”, distanciando-se do “caráter burguês-liberal do movimento sufragista e rompendo com as reivindicações unicamente formais da Primeira Onda.”

O movimento chega a década de 1990, em uma terceira onda, que combate os preconceitos de classe, trata das diferenças entre as próprias mulheres e seus objetivos. Ainda Doncatto e Dos Santos (2023, p .245) pontuam que esse terceiro movimento traz a marca da interseccionalidade “por fazer importantes recortes de gênero, raça, classe, sexualidade e outras

categorias de subordinação da mulher”, mostrando cada aspecto destes influi no outro e dando forma nova a essa conjunção; entendem as autoras que a “Terceira Onda do Feminismo prolonga-se até os tempos atuais, sendo também chamado de ‘pós-feminismo’”.

Para Pinto (2022, p. 23), a propagação das ideias na era tecnológica trouxe uma modificação aos movimentos sociais e gerou uma quarta onda: “o século 21 é marcado pela quarta onda do feminismo e pelo desenvolvimento tecnológico. Com o avanço da tecnologia em massa, o trabalho, os meios de comunicação, as relações e o consumo foram repensados e modificados.”

Em relação à popularização das redes sociais como força propulsora da quarta onda, e também no avanço das reflexões e demandas maiores das questões de gênero, Soares e Mazzarino (2021, p. 267) pontuam:

Esta nova fase do movimento tem força a partir da popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), usadas também para contestar a misoginia, a LGBTfobia, o sexismo, o racismo, a xenofobia, entre outros preconceitos. É a popularização da informação causada pelas redes sociais que impulsiona o novo feminismo, dando voz a grupos que as fases anteriores não foram capazes de representar e levando informação a quem antes se encontrava às margens do conhecimento. O feminismo se apropria das redes sociais e do mundo virtual para levantar bandeiras já conhecidas das fases anteriores, caso do empoderamento feminino, do fim da cultura patriarcal, da violência de gênero e do fortalecimento da ideia de interseccionalidade.

No caso em estudo, os irmãos de Jane Davy cumpliciavam com o machismo e mesmo a violência efetiva e simbólica da sua mãe e da avó. O “controle do outro” exercido pelas próprias mulheres da família de Jane formavam um todo único sob o império do qual ela sucumbia. Mas acabava por reagir. Como acontecia na esfera pública com as lutas feministas. No entanto, Jane Davy não propôs intervenções dessa natureza.

O processo de naturalização parece ter continuado, mas a reação e Jane Davy vai se construindo maior. De início, ela naturalizara a violência familiar sofrida e, mesmo já se inserindo em uma vida social como trabalhadora, narra que o pagamento que recebia por seu trabalho era todo entregue a sua mãe. E isso era sentido por ela de tal forma, a ponto de mencionar: “eu tinha tão poucas roupas que às vezes usava escondido as calças de um irmão.”

Na narrativa que segue, Jane conta que trabalhava a semana inteira e que no final de semana tinha de lavar toda a roupa da casa e passar também. Depois de muito tempo nesse ritmo estafante, ela deu um basta ao que considerava injusto na sua casa com relação a ela mesma e passou a cuidar somente de suas próprias coisas.

Relata a entrevistada que, com certo pesar, em um período curto em que esteve desempregada sua mãe lhe sugeriu que fosse trabalhar na casa de um irmão como babá dos sobrinhos, e isso era visto por ela como uma redução de sua capacidade e um ignorar de seu curso superior, que fizera com grande esforço. Mais uma vez, ela sentia que a mãe não a valorizava e que ela seguia em um patamar abaixo na ordem de preferência materna, que dava lugar primeiro aos filhos homens e, por último, com desdém e rejeições, vinha seu lugar, única filha.

Após oito anos de relacionamento e com uma segunda filha, Jane Davy acabou o casamento e voltou para casa da mãe. Sentiu que houve um grande retrocesso em sua vida; e sofreu por isso. Com suas palavras: “tive de voltar para casa da minha mãe e aí sim foi o meu sofrimento.”

Ao chegar em casa do trabalho já de noite, não se alimentava, chorava muito e ia dormir nesse descontentamento, porque vivia, segundo ela, em uma intensa tristeza. Observemos como ela avalia o contexto maior dessa situação, e mostra ter perdido sua “função de mãe”, narrando um quadro de submissão (“eu tinha de me submeter”), que, como estamos vendo, voltava ao que ela tentara mudar. No entanto, Jane depois reagia e tentava repor as relações e suas conquistas pessoais em novo lugar. Vamos vendo o movimento de submissão e o de reação, segundo a entrevistada:

Aos vinte e oito (28) anos e com duas filhas, tive de voltar para casa da mãe e aí sim foi o meu sofrimento. Senti que dei um passo para trás na minha vida.

*As minhas coisas, a minha mãe distribuiu tudo. **Eu tinha de me submeter ao que minha mãe escolhia, as regras dela. Eu perdi a função de mãe, de dona de casa.***

Em um período curto de tempo em que estive desempregada, minha mãe sugeriu que eu fosse trabalhar na casa de um irmão como babá dos meus sobrinhos, mesmo sabendo de minha capacidade e que eu tinha curso superior.

Logo depois consegui um bom emprego; eu trabalhava muito, mas ganhava bem. Então, entrei em uma depressão muito forte. Eu chegava do trabalho já de noite, não me alimentava, chorava muito e ia dormir, porque vivia em uma imensa tristeza.

*Procurei um psiquiatra que me fez enxergar, em uma única consulta, que **eu era mulher jovem, inteligente, com bom emprego e que eu deveria sair da casa da minha mãe. Em pouco tempo, comprei uma casa e levei minhas filhas.***

(Jane Davy, Entrevistada)

Passando um período submetida às ordens da sua mãe, quando volta para morar na casa dela, reage, decide mudar de vida. Jane então compra uma casa e leva suas filhas; nas suas palavras: “eu era mulher jovem, inteligente, com bom emprego e que eu deveria sair da casa da minha mãe. Em pouco tempo, comprei uma casa e levei minhas filhas”.

O poder aquisitivo de Jane Davy permitiu sua reação como mulher, mãe de duas meninas, ao que havia se submetido desde a infância até o começo de sua juventude alcance da

dignidade humana está relacionado ao acesso aos bens materiais e imateriais pertinentes a cada contexto cultural. (Flores, 2009)

Recorda a entrevistada, com uma certa revolta, que o pai de suas filhas era omissivo na educação delas e que pesava sobre seus ombros o fardo de todas as ações de trabalho, cuidado e decisões. Isso ocorria em meio a um novo abandono que sofria. Enquanto o próprio pai a deixou em tenra idade, o pai de suas filhas também a abandonara na educação das filhas.

Jane Davy, alguns anos após o fim do casamento, teve um relacionamento com um homem mais jovem. Relata que os primeiros anos de convivência foram felizes e renasceu nela um entusiasmo para a vida. Com o passar dos anos, porém, constatou que o companheiro vivia às suas expensas, sem interesse por um emprego, e na ociosidade tornara-se viciado em jogos eletrônicos.

Nos meses de isolamento da pandemia da Covid-19, Jane passou por uma cirurgia de emergência e sua saúde ficou extremamente frágil, recorrendo à sua filha primogênita para auxiliá-la, posto que o companheiro se distanciou de si, e, mais uma vez ela sentiu o abandono em sua vida. Mesmo em sofrimento físico, e psíquico, criou forças e acabou o relacionamento. Leiamos o que vai acontecendo e que gera posicionamento da entrevistada:

Na pandemia eu tive de fazer uma cirurgia de emergência. Eu fiquei muito frágil, pesando 38kg. Minha filha mais velha era quem cuidava de mim, ia me ver diariamente no hospital. Quando tive alta, ela alugou um apartamento para mim bem perto do dela, pois eu morava distante.

Meu companheiro ficou de ir cuidar de mim, mas só ia aos finais de semana e prometia que voltaria para ficar de vez. Sempre adiava. Mesmo quando ia era muito descuidado, dormia e eu ficava chamando, chamando. Três meses e eu sozinha nesse apartamento.

Comecei a pensar que ele era um peso para mim. Fiz muitas preces e pedi orientação a meu anjo da guarda. E tomei consciência de minha necessidade de mudar. Um dia conversei com meu companheiro e disse tudo, que eu não sentia falta dele, que ele não estava sendo companheiro. Ele apenas pediu um tempo pegar as coisas dele e ir embora e levou o carro que eu comprei.

(Jane Davy)

Fazendo um apanhado do relato de sua vida, percebe-se que após os quarenta anos desta existência Jane Davy assumiu uma maior autonomia em sua vida, tanto em suas escolhas afetivas quanto em seu trabalho, mas também em sua própria espiritualidade (“fiz muitas preces e pedi orientação a meu anjo da guarda”), dando-se novo lugar às suas próprias preferências e sentido de direção. Busquemos Léon Denis para uma discussão sobre vontade e livre-arbítrio, no âmbito da espiritualidade. Vejamos.

É possível dizer que a vontade e o livre-arbítrio também foram exercitados na procura de autonomia da entrevistada. E isso se fez, segundo Jane, sobretudo com a sustentação do que

ela foi vivenciando com o Espiritismo. Na verdade, a ascensão do sujeito Jane Davy como vontade e livre-arbítrio mostra uma construção que se fez ao longo de sua vida, e também se poderia dizer que, com relação ao espiritismo, o estudo e a prática deste também foram evoluindo no passar do tempo e de suas aprendizagens.

O pensador Léon Denis (2011, p.11) insurge-se contra o fatalismo na vida pessoal e coletiva, mostrando que quando estudamos os fenômenos da ordem do ser e os sociais pensamos que a vontade dos sujeitos “não intervém”, e diz o autor que costumamos agir e pensar como se as pessoas fossem “o joguete da fatalidade inevitável”, à qual eles parecem estar “de pés e mãos atados”.

Denis considera a vontade como uma potência e dá relevo a ela como intervenção humana na vida das pessoas e em todos os níveis da evolução anímica e do universo como um todo. “A matéria é o útil obstáculo; ela provoca o esforço e desenvolve a vontade; contribui para a ascensão dos seres, impondo-lhes necessidades que os constroem ao trabalho” (Denis, 2011, p. 129).

No pensamento do autor Léon Denis uma relação onde o sujeito anima a matéria, não é joguete dela, nem de forças cegas ou fatais, e isso nem no mundo interno nem tampouco nos contextos sociais onde atua.

Jorge Filho (2018, p. 22) já afirmava, baseado no pensamento kantiano, que “a dor é o agulhão da atividade e, sem ela, a satisfação inerte levaria a vida à extinção”. Segundo o autor, sempre com sua leitura de Kant, objetivando o Sumo Bem se conjugam “o fim puro e supremo (a virtude) e o conjunto dos fins sensíveis e empíricos visados pelos desejos sensíveis e inclinações (a felicidade) subordinada à virtude” (idem, p. 23). O Sumo Bem pode ser considerado o supremo bem, e este será o todo de um mundo perfeitíssimo, segundo Kant.

Vamos a considerar o ser humano, nesse ambiente dialógico, na perspectiva espírita, segundo a compreensão de Léon Denis (que a retira de Kardec), e trata o humano como um ser espiritual. Nesse sentido, expressa o autor a inter-relação entre o problema do ser e o da alma, mostrando as potências do espírito, sua vontade e livre arbítrio, fazendo também um paralelo com a divina direção do universo, que confere unidade ao todo:

O problema do ser e o problema da alma resumem-se em um só: é a alma que fornece ao homem seu princípio de vida e de movimento. A alma humana é uma vontade livre e soberana; é a unidade consciente que domina todos os atributos, todas as funções, todos os elementos materiais do ser, assim como a alma divina domina, coordena e encadeia todas as partes do Universo, para harmonizá-las. (Denis, 2011, p. 63).

No momento da evolução da humanidade em que temos o espírito já como princípio inteligente individualizado (Kardec, 2016), as potências da alma, como a vontade, dão condições do sujeito humano escolher o que viver, e, portanto, sair do imediatismo da vida animal, devido ao livre-arbítrio.

O ser humano, então, evolui, embora seja preciso que neste evoluir suas existências se vinculem às leis espirituais, ou que “seu pensamento esteja de acordo com a lei divina”; nas palavras de Denis (2011a, p. 53):

O homem consciente de si mesmo, de seus recursos latentes, sente que suas forças crescem proporcionalmente a seus esforços. Sabe que tudo o que deseje de bem e de bom e deve cumprir-se, cedo ou tarde, inevitavelmente, seja no presente, seja na seqüência de suas existências, desde que seu pensamento esteja de acordo com a lei divina.

Fica patente que Denis mostra que na vontade reside o segredo da evolução, uma vez que ela enuncia a potência do sujeito de mudar a sua história e os contextos onde ele se situa. A vontade pode ir atuando sobre os recursos vitais do ser, suas vibrações, pensamento e ação levando o sujeito a um gênero de escolhas e de vida mais acordadas com a sua humanidade. Decorre que: “Pelo uso de seu **livre-arbítrio**, a alma fixa seus destinos, prepara suas alegrias ou suas dores” (Denis, 2011a, p. 312).

O livre-arbítrio vai adquirindo força quanto mais o ser posta-se menos sujeito às vicissitudes da vida animal e situa-se em um grau mais elevado da existência, em que ele escolhe mais. Inclusive a vontade influi no corpo fluídico, vibrátil, do sujeito, e com isso o ser humano vai se conduzindo para sua evolução ativando seus recursos vitais. A vontade de viver, de desenvolver em si a vida, atrai para nós novos recursos vitais. Aí reside o segredo da lei de evolução. “A vontade pode agir com intensidade sobre o corpo fluídico, ativar suas vibrações e, assim, apropriá-lo a um gênero cada vez mais elevado de sensações, prepará-lo para um degrau mais alto da existência” (Denis, 2011a, p. 347).

É importante perceber que: “A vontade é criadora; sua ação sobre os fluidos é considerável. O Espírito adiantado pode submeter à matéria sutil a inúmeras metamorfoses ” (Denis, 2011, p. 56). Tal dimensão, a vontade (que Denis nomeia como uma das potências da alma), faz com que o sujeito possa também agir criadoramente sobre a matéria em seus diversos estados, mesmo os chamados invisíveis.

Essa força espiritual é construtora do sujeito e capaz de atuar nas criações de vida com poder ilimitado, mas o homem dá limite ao seu poder por desconhecimento de sua potência: “A vontade é a faculdade soberana da alma” e “a força espiritual por excelência”; continua: “Seu

poder sobre os fluidos é ilimitado e aumenta com a elevação do espírito. No meio terrestre, seus efeitos sobre a matéria são limitados, porque o homem se ignora e não sabe utilizar as potências que nele dormem” e observa que “nos mundos mais adiantados, o ser humano, que aprendeu a querer, comanda a Natureza inteira, dirige à sua maneira os fluidos materiais, produz fenômenos, metamorfoses que parecem prodígios” (idem, p. 264).

Admitindo a potência do ser junto também da intervenção permanente e relação do mundo espiritual junto ao físico, observa Denis (2011a, p. 291) que: “Esses sofrimentos, com efeito, aqueles mesmos que os experimentam nos vêm descrevê-los, como outros vêm nos retratar seu arrebatamento. Eles não são impostos por uma vontade arbitrária”; e constata: “Nenhuma sentença é pronunciada. O espírito sofre as consequências naturais de seus atos” (...).

Colocando o ser espiritual como mais do que um ser que está situado somente ante contingências de uma existência, ao mostrar a potência da vontade designa depois sua força no âmbito da evolução maior do ser espiritual que somos, ao estender o conceito de vida para antes e depois desta existência. Com a reencarnação e a imortalidade do ser não há acaso nem fatalidade, diz Léon Denis, há leis espirituais, dentre elas a evolução. Vamos passo a passo: “O emprego que damos à nossa vontade, sozinho, regula nosso adiantamento, prepara nosso futuro, fortifica-nos ou debilita-nos. **Não há nem acaso, nem fatalidade. Há leis.** Utilizar, governar umas, observar outras, eis o segredo de toda grandeza e de toda elevação” (Denis, 2011-a, p. 266) (Grifo nosso). E completa: “E se, nessa ordem de ideias, elevássemos mais alto nossa atenção, não chegaríamos, por analogia, a entrever como a vontade divina, agindo sobre a matéria cósmica, pode formar os sóis, traçar as órbitas dos mundos, criar os universos?” (idem, p. 266). Ainda conforme Denis (2011b, p. 278-279) (Grifo meu.):

Assim, **confirmam-se a beleza e a grandeza do conceito das vidas sucessivas, que vem completar a lei de evolução da qual a Ciência faz uma ideia imprecisa.** Atuando, ao mesmo tempo, em todos os domínios, aquinhoa cada um de acordo com as próprias obras e nos mostra, acima de tudo, a majestosa lei do progresso que rege o Universo e encaminha a vida para estados cada vez mais belos, cada vez melhores. (grifo nosso)

Nesse compasso reflexivo, abrimos espaço para outra entrevistada: Nenuphar. iniciando com descrição dos dados biográficos da escritora Antonieta Clotilde, justificando o uso de seu pseudônimo.

4.2.2 *Nenuphar: as escolhas feitas entre tropeços e avanços*

Antonieta Clotilde nasceu em abril de 1890 na cidade de Fortaleza, Ceará, filha da poetisa Francisca Clotilde e de Antônio Duarte Bezerra. Exerceu as profissões de jornalista, professora e poetisa. Em 1906, fundou em Baturité a revista A Estrela. Trabalhou no Externato Santa Clotilde, um colégio misto, dirigido por sua mãe na cidade de Aracati. Observa Keterrer (1996, p.104) que: “Dentro da geração mais jovem, Antonieta Clotilde é a que mais escreveu, às vezes sob o pseudônimo de Nenuphar, e quase sempre em prosa (na Estrela, fez inúmeros editoriais, monólogos e diálogos).”

Após o falecimento de sua mãe, Francisca Clotilde, “o externato fechou e Antonieta passou por grandes dificuldades para se manter. Faleceu em setembro de 1958” (Almeida apud Ponciano,2012).

De **Nenuphar**, portanto, pseudônimo da segunda entrevistada, sobressaíram as seguintes categorias de sofrimento: 1) criação rígida e preconceituosa geradora de limitações e revoltas; 2) solidão; 3) privação material.

Ela nasceu em uma terça-feira de carnaval, fruto de uma gravidez na adolescência. A mãe dela engravidou com apenas quinze (15) anos e a avó materna dela, ao saber da gravidez da filha, decidiu ir morar em São Paulo na casa de um filho.

*É minha história de vida. É, eu sou filha de mãe solteira.
Eu nasci em uma terça-feira de carnaval. Minha mãe me teve com quinze (15) anos.
Meu pai é dez (10) anos mais velho do que ela.
Eu fui fruto de um namoro e meu pai não quis assumir minha mãe. E ela assumiu a gravidez praticamente sozinha. Não tinha apoio de meu pai. **Minha avó, quando soube que a filha de 15 anos estava grávida, sua reação foi fugir para São Paulo.**
(Entrevistada Nenuphar) (Grifo nosso)*

Pela narração feita por Nenuphar, é possível supor algumas razões para a sua avó deixar Fortaleza e ir para São Paulo, tais como: eximir-se dos cuidados com a filha adolescente e grávida; fugir ao que poderia ter sido considerado por ela uma vergonha dos olhares da comunidade ou um escândalo social em seu mundo, ou esta seria uma forma de lidar, a seu modo, com a decepção por haver imaginado outro futuro para a filha. De todo modo, a entrevistada acentuou e parece essa ser sua leitura ou a que ela deseja nos mostrar: “*Minha avó, quando soube que a filha de quinze (15) anos estava grávida, sua reação foi fugir para São Paulo.*”

Em uma sociedade predominantemente patriarcal, onde o machismo estrutural ainda é avultado, sobretudo na geração anterior (a da mãe de Nenuphar), a gravidez na adolescência

era considerada uma vergonha, como a entrevistada dirá adiante. Aqui, neste primeiro momento, Nenuphar fala nitidamente que a reação da sua avó foi *fugir* para São Paulo, deixando sua mãe grávida e sozinha.

Aqui percebemos pelo menos dois aspectos que pensamos significativos: o fato de cada pessoa viver a cultura de uma forma e suas ações se referirem à sua própria emocionalidade que, como se sabe, possui uma história singular. Por isso as coações patriarcais são vividas com certas singularidades pelas pessoas de um mesmo contexto histórico-cultural. Em decorrência disso suas vinculações às transformações exigidas na vida para responder às questões do feminismo serão diferentes.

Como diz Sarti (2001, p. 44): “Sabe-se que as questões que tangem mais diretamente o feminismo, como a relação da mulher com o homem, o casamento como meio de vida e o significado e a vivência da maternidade, são experiências com fortes marcas culturais”. E, como diz a autora, “as oportunidades não são as mesmas para todas as mulheres, que as perspectivas são distintas, assim como são diversas também as possibilidades de identificação com as bandeiras feministas” (idem, p. 44).

A moral instituída nesse tempo (hoje há resistências maiores a essa moral) não permitia que a mãe da entrevistada fosse aceita na sua condição de mãe solteira. E a avó (de Nenuphar) não encontrou forças em si mesma para acolher a filha grávida e receber os olhares de reprovação de seu círculo social pelo acontecido.

Hintze (2021, p. 19) analisa o machismo estrutural sob a ótica de uma estrutura que naturaliza a hierarquização ou predomínio do homem sobre a mulher:

A partir de nossa perspectiva de análise, vamos buscar compreender o machismo estrutural como uma estrutura produtora de **normalização**, ou seja, constituída de aparelhos (atuando por meio de instituições como a família, a escola, a igreja, a mídia, a moda, o mercado, o Estado) que produzem e reproduzem os valores e comportamentos morais de nossa sociedade. Como veremos, estes valores morais/comportamentos são produzidos e estruturados, intrinsecamente, por uma hierarquização. (grifo nosso)

Poderíamos perguntar: por que a palavra “normalização”? Utilizar a palavra “normalização” não seria fazer parecer que era uma normalidade o patriarcalismo e o machismo que a ele se associa? Na verdade, o machismo estrutural de que fala Hintze seria uma “normalização”, mas que posso entender como normatização imposta por uma estrutura patriarcal que vem de longe e que produz “normalidade”.

Para a avó dela, a moral a ser seguida deveria atender aos valores impostos para o comportamento que era considerado “adequado” para as mulheres e que frisavam o ponto de

vista da opressão do homem sobre a mulher. Decorrente disso, e como parte dessa mesma questão social, a gravidez sem casamento não seria aceitável, daí a sua vergonha.

A relação entre patriarcalismo e poder deixa seus tentáculos abarcando um campo maior. Os autores Connel (2012) e Matos e Dias (2023) observam que: nas últimas décadas, a academia ampliou seu foco no patriarcado e o viu como um sistema social complexo que se estende além da simples hierarquia de gênero”. Em seu estudo intitulado “Patriarcado e poder: uma abordagem interdisciplinar”, Matos e Dias (2023, p. 03) afirmam que:

O conceito de patriarcado é fundamental para compreender a dinâmica do poder em diversas sociedades ao redor do mundo. Trata-se de um sistema no qual homens, como categoria, dominam mulheres, também enquanto categoria, tanto a nível individual quanto coletivo (Walby, 1991). Ao longo dos anos, este sistema se manifestou em diversas formas, moldando não apenas relações intergênero, mas também estruturas econômicas, políticas e sociais.

Eles ressaltam que historicamente o patriarcado viera, em sua origem, de uma dominação familiar (a partir de raízes familiares, como dizem os autores), e que se expande em todo o corpo social. Verificam Matos e Dias (2023, p.3) que: “Historicamente, o patriarcado originou-se nas organizações familiares, onde o chefe da família detinha autoridade e poder sobre seus membros, principalmente as mulheres (Lerner, 2019).

Na história, então, associou-se (como também nos estudos acadêmicos) o poder ao patriarcado, essa relação deitando raízes e opressão, e expandindo-se cada vez mais, no ambiente familiar como no social, na prática e no discurso, produzindo o favorecimento do homem em detrimento da mulher. Sem contradita, o conceito de poder, ao retomar Foucault, mostra que ele se manifesta não somente nas práticas sociais, mas também nos discursos, uma coisa alimentando a outra, de modo que, como ainda falam Matos e Dias (2023, p.04): “o patriarcado molda o poder ao estruturar as relações sociais de forma a favorecer os homens em detrimento das mulheres (Butler, 2018)”.

Nenuphar menciona, a seguir, que nos primeiros meses de gravidez seus pais chegaram a morar juntos, mas sua mãe voltou para a casa do pai dela quando descobriu que a intenção do namorado era convencê-la a interromper a gestação.

Pelo que eu soube, meu pai no começo da gravidez tirou minha mãe da casa dos pais dela e levou para a casa de uma irmã dele. Ela ficou presa lá. Eles queriam que ela abortasse, mas ela não aceitou. Uma irmã dela (minha tia) descobriu, foi buscá-la e levou para casa do meu avô. Meu avô acolheu minha mãe, mas se sentiu muito perdido sem a presença de minha avó, desnorteado, porque ela era o alicerce da casa. (Entrevistada, Nenuphar)

Sobre sua saúde, afirma que era muito frágil, por toda sua infância percorreu hospitais, com recorrentes internações, sendo diagnosticada como portadora de sífilis, e somente concluindo o tratamento aos doze (12) anos de idade. Conta, com ternura, que sua avó materna, ao saber da enfermidade que acometia a neta, retornou para Fortaleza.

Eu nasci muito doentinha, quase cega. Demorou muito para descobrirem o que eu tinha. A doença só progredia e progredia. Minha avó, quando descobriu que eu tinha nascido muito doente, voltou. Quando ela chegou em casa e me viu deitadinha na rede, ela me pegou e disse: 'eu vou cuidar dela, agora ela é minha filha'. Foi amor à primeira vista.

Foi uma peregrinação de hospital em hospital, até que um dia minha avó estava chorando em um corredor e uma médica indagou o motivo do choro. Minha avó disse que era por causa da neta dela que era muito doentinha. Essa médica descobriu o que eu tinha, era sífilis e eu fiz o tratamento até 12 anos.

(Entrevistada Nenuphar)

Apesar de todo o preconceito arraigado na avó de Nenuphar, o sentimento de mãe e avó ressoou mais forte, ao saber que sua neta havia nascido com sérios problemas de saúde. Ao retornar, ela se depara com uma criancinha muito frágil e a toma como filha. O amor floresceu.

Para Léon Denis (2017, p. 339): “O amor é uma força inexaurível, renova-se sem cessar e enriquece, ao mesmo tempo aquele que dá e aquele que recebe. É pelo amor, sol das almas, que Deus mais eficazmente atua no mundo.” Mas: “Se a liberdade humana é restrita, está pelo menos em via de perfeito desenvolvimento, porque o progresso não é outra coisa senão a extensão do livre-arbítrio no indivíduo e na coletividade”. Na concepção de Denis (2008, p. 478):

A luta entre a matéria e o espírito tem precisamente como objetivo libertar este último cada vez mais do jugo das forças cegas. A inteligência e a vontade chegam, pouco a pouco, a predominar sobre o que a nossos olhos representa a fatalidade. O livre-arbítrio é, pois, a expansão da personalidade e da consciência.

E, como indica o autor: “Isto só se pode obter por uma educação e uma preparação prolongada das faculdades humanas” (...) (Denis, 2008, p. 478). Os argumentos dos fatalistas e deterministas resumem-se assim, diz ainda o autor: “O homem está submetido aos impulsos de sua natureza, que o dominam e obrigam a querer, determinar-se num sentido, de preferência a outro; logo, não é livre” (idem, 480).

Examinando a ideia de ‘qualidade existencial’ no ser-para-a-morte heideggeriano, Aversa (2018, p. 24-25) defende que: “Para Léon Denis, a aceitação da morte faz com que conquistemos a consciência do que somos e, dessa maneira, eliminamos a dor. Sem a dor diante da finitude, podemos desfrutar de uma vida após a morte melhor do que se tivéssemos medo de morrer.” Em ambos os autores (Heidegger e Denis), na leitura de Aversa, admitir e reflexionar

sobre a vida nos moldes espíritas (com as referências que Denis recolhe de Kardec), nos aproxima melhor do presente, e nos leva a pensar melhor nesta existência em que estamos.

Em sua dissertação sobre o saber morrer enquanto qualidade existencial, onde o autor (Aversa, 2018, p. 61) estuda Léon Denis e Heidegger, é mostrado que o *dasein* heideggeriano encontra o seu sentido na morte, já “para Kardec a morte é apenas mais uma das etapas na existência de qualquer pessoa”.

A partir de Denis (2008, p. 481), que por sua vez consolida Kardec, advoga-se uma outra via: “A questão muda, porém, inteiramente de aspecto ao se alargar o círculo da vida e se considerar o problema à luz que projeta a doutrina dos renascimentos. Assim, cada ser conquista a própria liberdade no decurso da evolução que tem de perfazer”.

Neste movimento em que Léon Denis desenvolve seu pensamento no contexto da reflexão espírita, Aversa (2018, p. 61) afirma que, por Kardec ter trazido estrutura e base da perspectiva espírita, o filósofo “se preocupa em encontrar nas próprias religiões o ‘sumo’ essencial que faz com que todas as tradições converseem entre si”.

Refletindo em termos de nossa entrevistada, evidente que o livre-arbítrio, a vontade e o grande amor da avó de Nenuphar pela neta foi que a fez percorrer hospitais na busca desesperada para salvar a criança de uma doença que não recebia diagnóstico e, portanto, não se podia tratar. É dessa força inesgotável, que nos entrelaça uns aos outros, que o filósofo espírita trata.

As recordações que a entrevistada traz de seu pai mostram um distanciamento, uma ausência relacionamento, mas em sua fala ela não menciona, em nenhum momento, sofrimento pela ausência dele. Recorda que sua avó a incentivava a falar com o pai em ambientes públicos, para afirmar sua “presença” de filha na vida dele, mas era sempre um constrangimento e, no fundo, se sentia forçada a tentar algo que não tinha retorno. Sofria com isso.

Quando minha avó chegou de São Paulo ela chamou meu pai para uma conversa e disse a ele ‘assuma sua filha, não quero que assuma a minha filha não, mas assumo a sua, porque se você não assumir eu parto para a justiça.’ Ai ele ficou com medo da minha avó e me registrou. Mas só registrou mesmo e nunca assumiu.

Minha avó me obrigava a falar com meu pai em lugares públicos, ela queria que eu me fizesse presente na vida dele, para ele saber que ele tinha uma filha. Dizia que era para ele acordar para a realidade: ‘Vai lá, agora ele está lá, corre, vai lá. E era, muito constrangedor. Eu ficava sem graça. Mas eu estava sendo forçada. Enfim, foi a adolescência toda assim.

(Entrevistada, Nenuphar)

De sua adolescência, ficaram as marcas de uma educação opressora que não lhe permitia ter amigas. A avó agia com uma rigidez desmedida, impedindo a neta de ter amigas e de se divertir, mantendo os cuidados da família sobre ela:

Assim, naquela época a educação era muito conservadora, muito rígida. Não podia sair para nenhum lugar, não podia ter amizades, era uma educação opressora. A minha avó pedia a minha mãe para me deixar e me buscar no colégio, quando eu já tinha mais de 15 anos. Eu não podia nem olhar pra cara dos meninos, nem nada.
(Entrevistada, Nenuphar)

Pensamos que a avó queria afastar a neta dos olhares masculinos, baseada em uma moral machista, que estava enraizada em sua estrutura social. Essa naturalização da moral machista é tratada por Hintze (2021, p. 32-33):

A normalização do machismo (ou seja, a construção histórica da moral atual, que nada mais é que uma moral machista) é intrinsecamente estruturada a partir da hierarquização dos valores “masculinos” (tidos como superiores) sobre os valores “femininos” (tidos como inferiores). Essa hierarquização é estruturante da normalização – portanto, ao tratarmos da normalização, tratamos de uma normalização hierarquizada. Para entendermos melhor isso, precisamos investigar tal processo.

Assim, Nenuphar vivia de casa para a escola, da escola para casa. Via as moças nas calçadas com muita alegria e animação, mas não podia participar de suas conversas e se sentia muito sozinha. Isolada, em uma casa de adultos, iniciou um processo de revolta e tristeza.

Então eu me sentia muito presa e um dia eu tentei suicídio. Eu estava meu quarto. Eu comecei a sentir uma voz que dizia ‘vai, vai, essa vida não é legal pra ti. E vai piorar. E vai ser daí pra pior. Quando você completar a maioridade, ela não vai deixar namorar, não vai deixar casar.’ E aquilo foi tomando conta da minha cabeça, das minhas ideias.
A casa da minha avó era muito grande, muito grande. Essa casa foi uma tia que comprou para ela, antes a gente morava em uma casa que só tinha um cômodo. Nessa casa grande, o meu quarto era o último. Então quando eu pensava que nem na calçada para conversar com minhas vizinhas eu não podia ficar, foi me dando um desespero.
Eu já tinha perdido a infância em hospital e estava perdendo a adolescência. Ai eu saí do meu quarto, fui pra despensa e peguei um remédio pra sarna de cachorro e tomei todo. Só que eu deixei a porta do quarto aberta e um irmão de consideração me viu sem ar, passando mal e começou a gritar que eu estava morrendo.
(Entrevistada, Nenuphar)

No hospital, pediu perdão a sua avó pelo ato impensado e falou de sua solidão. A avó perdoou, mas disse que tudo permaneceria como antes. E assim, ela foi vivendo a puberdade, os primórdios de sua adolescência.

Quando eu estava no hospital minha avó perguntou por que eu tinha feito aquilo. Ai eu disse: mãe (eu sempre chamei minha avó de mãe) eu não consigo mais viver assim sem amigos, eu já tenho mais de 15 anos. Eu não consigo mais. Eu me sinto só. E ela ficava chorando, dizendo que me amava. Eu sei, mãe, que a senhora me ama. Eu sei, só que esse tipo de amor não tá bom. Eu sei que a senhora está me preservando. Eu sei que a senhora não quer o meu mal, mas pra mim não tá legal. Eu preciso de amigas, eu preciso sair. Ela disse, então é isso? Se você morresse a culpa era minha? Eu disse que não, que era pra eu ter conversado com ela. Ai eu peguei toda a culpa para mim. Me perdoa, vó. Ai ela ficou assim e disse: desculpo, mas não vou mudar.
(Entrevistada, Nenuphar) (Grifo nosso)

A avó dela, mesmo após o grande susto com o qual poderia ter perdido sua neta, manteve o pensamento opressor, a regra da educação aprisionada, sem diálogo, sem a mínima liberdade. E a neta, para não magoar a avó, assumiu toda a responsabilidade pelo desatino e colocou sobre os seus próprios ombros toda a culpa.

Era o ano de 1994, a terceira onda feminista já se manifestava, mas ainda estava longe de a avó permitir um pouco de liberdade à neta. O Estatuto da Criança e do Adolescente instituído pela Lei Nº 8.069 estava em plena vigência desde 13/07/1990, mas nada modificava o modo como a vida dela era conduzida:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, **ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, **à liberdade** e à **convivência** familiar e **comunitária**. (Grifo nosso)

Ela nos conta que, após a tentativa de suicídio, foi levada ao Centro Espírita João Evangelista, que fica no bairro Parquelândia em Fortaleza, passando a integrar o grupo de jovens e a estudar o Espiritismo. Nesse período foi que pode compreender o valor de uns livros que o avô materno, que ela chama de pai, deixara:

Meu avô faleceu quando eu tinha quatro ou cinco anos de idade. Ele era muito carinhoso. Eu tenho algumas lembranças, apesar de ter a idade que eu tinha, mas as lembranças que eu tenho dele são boas, carinhosas. Ele me chamava de princesa, minha princesa para cá, minha princesa para lá. Ele tinha uma caixa debaixo da cama dele e ele disse para minha mãe e para minha tia: Olha, quando Nenuphar completar 15 anos, esse é o presente dela, mas não mostrem antes de completar 15 anos. E eu doída para saber o que é que tinha nessa caixa. Meu Deus, o que será? Será ouro, será que joia, será uma botija? Será que eu vou ficar rica?
(Entrevistada Nenuphar)

A entrevistada descreve seu espanto com o presente do avô, que, no momento ela não entendeu, mas que depois tornar-se-ia uma trilha para viver.

Quando eu completei 15 anos, minha tia me deu a caixa. Eram as cinco obras de Allan Kardec. Eu não sabia nem o que era. Eu disse: - Oxe, o que eu vou fazer com esses livros? Obrigada, pai pelo presente, mas eu não sei nem o que vou fazer com esse presente, mas eu vou guardar. E guardei com muito carinho, porque eu amo muito meu pai. Ele era meu pai, sim. Eu não entendi, no momento, porque eu não fazia nem ideia, mas depois quando eu compreendi eu disse: pai, muito obrigada, isso é melhor do que ouro. O Espiritismo tem uma grande importância para mim.
(Entrevistada, Nenuphar)

Aos dezessete anos (17) já trabalhava e assim conquistou um pouco de liberdade. Começou a namorar aos dezoito anos, mas sua avó somente permitia os encontros em casa aos sábados e domingos das 18 às 20 horas e se as notas estivessem altas no boletim do colégio. Aos vinte (20) anos engravidou e sofreu porque a sua mãe não lhe deu o suporte esperado. Recorreu a avó e também não encontrou apoio. Ambas decidiram que Nenuphar não teria a criança. Houve um grande sofrimento. Ela já se tinha tornado espírita e implorava para não ter de praticar o aborto. Chorava muito. A pressão foi tão grande que só restou a ela ceder às determinações das mulheres que deviam ampará-la em sua fragilidade juvenil.

*Quando engravidei foi um inferno. Em pensava meu Deus do céu, me ferrei. Tenho de contar. Conte pra minha mãe e ela disse: Eu não posso fazer nada porque eu moro com a mãe. Eu estou de mãos atadas. Ela vai botar a gente para fora. Fomos falar para minha avó. Ela disse aqui não é creche. **Foi sua mãe, sua tia, e agora é você?** Se esse homem não assumir, você não vai ter.*

Eu fui falar com ele. Ele disse que não podia me assumir e a criança. E eu contei para minha avó que ele me assumiria, mas sem a criança e ela disse pois você não vai ter. Eu implorei, eu já era espírita, eu disse que era contra meus princípios e ela disse que nem sabia o que era princípio.
(Entrevistada, Nenuphar)

Observamos que não foi permitido à entrevistada o direito de decidir sobre o próprio corpo, em seu desejo de levar a gravidez adiante, tendo sido cerceado dentro de sua própria casa. Sem recursos econômicos, Nenuphar não tinha autonomia. Para que seja superada a dicotomia entre direitos individuais e direitos sociais, econômicos e culturais, deve-se ter direitos a integridade corporal, ao respeito às diferenças, ao provimento das necessidades. (Flores, 2009)

No continuar da narrativa dos fatos dessa hora mais dura, ela nos relata:

Chorei muito, conversei com Deus, eu dizia: Deus me ajuda, eu não quero fazer isso. Mas minha avó não mudava de opinião. Ela deu dinheiro a minha mãe e mandou ela

comprar cytotec. Minha mãe trouxe a água e me deu os comprimidos. E eu desesperada, pedi mãe pelo amor de Deus não faz isso comigo. Não me esqueço desse dia. Minha mãe repetia que não podia me ajudar e que a gente ir ser expulsa por minha avó. Eu disse: Deus o senhor sabe de tudo, da minha infância doente, da minha adolescência sofrida, do meu tio alcoólatra quebrando tudo em casa. Eu não quero fazer isso, mas vou fazer isso por pressão. Eu não posso ir para casa de meus parentes que vivem me humilhando. Me perdoe. Ai tomei remédio.

(Entrevistada, Nenuphar)

De sua fala, observamos que um outro sofrimento a atingia: o preconceito de seus parentes (tias, primas) na adolescência, por ser filha de mãe solo. Guarda ainda as frases maldosas em sua mente: “Quem vem aos seus não degenera”, “tal mãe tal filha”, “essa aí não vai ter um bom casamento, olha o exemplo que a mãe deu para ela”. E ela sentia que não poderia contar com esses familiares para ampará-la na gravidez, que não tinha a quem recorrer, que estava só. Fazemos breve parêntese.

Do núcleo familiar, ela menciona, com muito carinho, uma tia, mulher *trans*, que viveu um período na Itália e ao retornar comprou uma casa grande para a mãe. Antes moravam em uma casinha muito apertada, com apenas um cômodo. A tia também passou a sustentar a mãe (avó) para que não precisasse trabalhar como lavadeira. Todavia talvez por residir na Itália, muito distante da realidade vivida por ela, não houve condições de apoio maior da tia *trans* que a entrevistada menciona em sua narrativa.

Dentre idas e vindas e sua narrativa, voltamos sempre a encontrar o machismo estrutural atravessando a vida da entrevistada, mesmo antes de ela nascer, pois no pensamento de seu pai melhor seria interromper a gravidez da namorada e se eximir das responsabilidades advindas com a paternidade. Era o homem decidindo a escolha da mulher.

A mãe dela, porém, mesmo muito jovem, quase menina, não se curvou e avançou contra o machismo. Assumiu a maternidade que florescia em seu ventre e assim ela nasceu. Mas o estranho é que, se a mãe da entrevistada teve forças para assumir a própria gravidez, por que não a apoiou, quando ela lhe pediu apoio para ter a criança?

Enxergamos, mais uma vez, o reflexo do machismo estrutural na vida da entrevistada. Havia grandes dificuldades financeiras no núcleo familiar, mas não se apresenta na fala da entrevistada como a maior razão para a interrupção da gestação. Ela enfatiza o modo pelo qual sua avó reagiu, quando lhe foi dada a notícia da gravidez “foi sua mãe e sua tia, e agora você?”. A imposição do aborto se apresenta muito mais como uma forma de mostrar à comunidade e aos parentes que ela não havia cometido o mesmo “erro” da mãe e da tia.

Conforme Godinho (2020, p. 11) em seu estudo sobre a violência simbólica contra a mulher:

Neste sistema, muitas vezes as mulheres não veem a violência como um instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, mas sim como um tipo de respeito que “naturalmente” se exerce para o homem, já que normalmente elas não têm capacidade crítica para reconhecer a arbitrariedade das regras impostas. É por isso, que, como aponta Bourdieu (1989), a violência simbólica é consentida: “os dominados não se opõem ao seu opressor, já que não se percebem como vítimas deste processo”.

Da fala da entrevistada, extraímos que existe um certo pesar por ter acatado as ordens da mãe e da avó para a interrupção da gravidez, mesmo após passados trinta (30) anos. Ela demonstra uma grande admiração pela mãe, que enfrentou todas as adversidades para que ela nascesse. Ao comentar que sua mãe teve outro filho na condição de solteira, após ter-lhe dado os comprimidos abortivos, ela expressa um sentimento contraditório, por um lado sente orgulho de sua mãe por não se curvar a imposições, ao mesmo tempo em que sofre por não ter tido a mesma força: “Ela não foi fraca como eu”.

Sua vida trazia constantes desafios. Imaginava a entrevistada que após a interrupção da gravidez seguiria o curso de sua vida, no trabalho, nos estudos e em casa. Recebeu, no entanto, uma forte pressão por parte de sua avó para sair de casa.

No dia seguinte ao aborto, o dito cujo foi lá em casa. Eu não queria mais. Fiquei decepcionada. Ele levou remédio para anemia, um monte de vitaminas, mas eu não quis conversa.

Minha avó foi conversar com ele.

Depois ela voltou e me disse que ele queria me assumir, mas completou: “Eu não quero mais você aqui”.

Eu implorei para não ir e dizia que havia feito o que ela queria. Não adiantou.

Então eu pedi um tempo a ele e fui pensar.

(Entrevistada, Nenuphar)

É interessante perguntar agora: se tivéssemos um Observatório dos Direitos Humanos, que pudesse funcionar em certo sentido assumindo uma instância primeira de educação jurídica, não seria possível fazer sobre gravidez e juventudes, direitos da mulher e família na escola, nas unidades de saúde, e nos demais espaços culturais e comunitários? Desse modo, como uma jovem poderia ter mais tempo e condições de elaborar reflexões e embasar escolhas sem a pressão e o silenciamento, a coação e a solidão como únicos instrumentos nessa ocasião?

Ao pensarmos os legados da experiência brasileira no que diz respeito aos direitos da mulher, percebemos como de fato se relacionam intimamente a liberdade e os direitos humanos e políticos, em particular. O período da perda do Estado de Direito, durante o golpe militar, que se alonga por décadas, causando a negação ora a retração dos direitos humanos, nos deixou na

obrigação de pensar as liberdades democráticas, voltando ao passado para perceber sua importância e, pois, pensar melhor o presente. Conforme Sarti (2001, p. 31):

Partindo do pressuposto de que a possibilidade de elaboração da experiência passada constitui um recurso fundamental para análise do momento atual, busca-se rememorar a origem do feminismo brasileiro como um feminismo de esquerda. Lembrar que os grupos feministas estavam articulados às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e nasceram fundamentalmente comprometidos com a oposição à ditadura e com as lutas “pelas liberdades democráticas” e pela anistia é uma forma de pensar seu legado e seu lugar no panorama político mais amplo das lutas atuais. A intenção, então, é voltar atrás para pensar o presente.

Destarte, a autora demonstra que as lutas internacionais do feminismo e a experiência de enfrentamento à ditadura a partir dos anos sessenta puseram em pauta (em questão, diz ela) a “tradicional hierarquia de gênero” e deram vez a um “feminismo militante que surge como consequência da resistência à ditadura”.

Vemos que social e politicamente as lutas foram primeiro na esfera do público e depois na do privado, o que também vemos acontecer na história de Nenuphar.

Na sequência dos acontecimentos, temos, depois do que Nenuphar qualifica como amarga decepção familiar (a pressão da avó para que ela fosse viver com o namorado), acontecer efetivamente sua resolução de tomar as rédeas de sua vida. Mostrou-se uma mulher forte, não mais a jovem indefesa que acolhera as ordens indesejáveis e questionáveis de sua avó. Alugou um apartamento, comprou a mobília e depois convidou o namorado para morar com ela. Em pouco tempo se casaram, constituíram uma família com filhos e permanecem juntos até hoje. Nenuphar enfatiza sempre, ao longo da entrevista, que o marido é o grande amor de sua vida.

Eu era gerente de uma loja de móveis, que ficava em frente a uma imobiliária de um amigo. Fui lá e perguntei se ele, meu amigo, tinha um apartamento. Na hora ele me entregou as chaves de um apartamento novo no Jardim Iracema. Dispensou caução, fiador... Comprei os móveis na loja que eu trabalhava... Descontava do meu salário... Mas eu não tinha dito nada para ele. Aí chamei e perguntei: você quer casar comigo? E ele disse:
- Quero.
Eu disse:
- Pois vá buscar suas coisas, que a partir de amanhã nós vamos morar juntos.
E saí de casa. E disse a minha avó: Deus está abrindo as portas para mim.
(Entrevistada, Nenuphar)

Observamos que a capacidade de se sustentar com o fruto do próprio trabalho deu a ela a possibilidade de ação, os meios de sair da subjugação familiar. Na esfera pública, não havia o padrão familiar imposto da mesma forma que o vivera na esfera privada.

Ao se enxergar como uma pessoa capaz de assumir sua própria vida, pela conquista da independência financeira, leva para a esfera íntima a autonomia que desfrutava na esfera pública. Assim como socialmente e na esfera do Direito aos avanços da resistência ao patriarcado veio após a esfera pública ter avançado um pouco, o mundo privado, doméstico feminino vai tentando acompanhar os ganhos sociais, trazendo-os para a esfera privada. Ela havia percebido que era um sujeito de direitos e, como ela refere, sua filiação a Deus permanecia e ninguém a tirava.

Em um certo momento posterior da entrevista, ela demonstra uma compreensão nas atitudes de sua avó:

Eu entendo minha avó. Ela era lavadeira e só sabia escrever o nome dela. Ela depositou tudo o que ela não viu nas filhas dela em mim. Ela nunca viu as filhas formadas, nem casadas. Então ficou uma carga muito pesada em mim. Com o tempo, eu entendi que ela queria que eu realizasse o sonho dela. Eu terminei a faculdade de pedagogia. Eu me casei. Tudo do jeito que ela queria. Eu já estou com vinte e um (21) anos de casada.
(Entrevistada, Nenuphar)

Entendemos que a avó da entrevistada também era vítima desse processo de dominação masculina, uma vez que exigia da neta o cumprimento de regras de conduta social que a ela foram transferidas através das gerações e que seriam questionáveis. A avó regulava o sistema familiar e definia o modo como a neta deveria viver e se apresentar à comunidade, na adolescência sem direito a amigos, na juventude tolhida em seu direito de ser mãe na condição de solteira.

Inês Godinho (2020, p. 12), tratando sobre a família patriarcal nos traz essa ideia de família como também instância controladora:

A família é uma força social que envolve o indivíduo na maior parte de sua vida, por isso padrões hierárquicos e regras de conduta social são repassados pela família à sociedade, e da sociedade de volta à família, em um continuum de realimentação perpetuado por gerações. A família, então, funciona como uma instância controladora que acaba por definir a vida social de seus membros e de toda a sociedade.

Constatamos que a sua sobrevivência familiar era difícil. A avó trabalhava como lavadeira, mas o grupo familiar ainda passava privação material; a casa era apertada e havia constantes aflições com um tio adicto, que abusava do consumo de álcool e tumultuava o ambiente familiar.

Nenuphar, apesar de todas as vicissitudes de sua vida, não se intimidou com esses tropeços e construiu seu próprio ambiente psíquico, emocional e social junto ao companheiro

que ela escolheu, sem deixar de apoiar e relacionar-se com os demais de seu mundo afetivo e familiar.

4.2.3 Adília: adversidade como questão

Prosseguimos as entrevistas, agora com a pessoa que nomearemos Adília, pseudônimo que pensamos para nossa entrevistada, homenageando a escritora cearense Adília de Luna Freire, que por seu segundo casamento muda o nome para Adília de Albuquerque Moraes.

Adília nasceu na cidade de Icó, Ceará, em 12 de dezembro de 1874. Casou-se muito jovem, adotando o sobrenome do marido, Luna Freire. O casal foi morar em Recife, mas devido à viuvez precoce Adília retornou ao Ceará, passando a residir em Fortaleza.

Aos dezenove (19) anos, matricula-se na Escola Normal do Ceará, iniciando a publicação de seus escritos na imprensa cearense. Após a conclusão do curso passa a dar aulas na Escola Modelo. Casou-se em segundas núpcias, aos trinta e seis (36) anos, com o jornalista e advogado Tancredo Moraes, adotando o sobrenome do novo marido, Albuquerque Moraes.

O casal foi residir no antigo bairro da Praia do Peixe, hoje chamado Praia de Iracema graças a uma forte campanha feita por Adília, que era leitora de José de Alencar e achava o nome mais adequado pelo símbolo que carrega na história do Ceará. Assim como Alba Valdez, Adília defendia o direito de as mulheres serem escritoras e publicarem seus textos e artigos, inclusive sobre a temática do Voto Feminino e Os Novos Direitos da Mulher.

Escreveu livros didáticos de português e história, como também Crônicas da Escola Normal. Faleceu no Rio de Janeiro em novembro de 1942.

Em **Adília**, a terceira entrevistada, elencamos as seguintes categorias de sofrimento: 1) racismo estrutural e 2) privação material.

Adília é a nona filha do segundo casamento de seu pai e a primogênita de sua mãe.

Eu sou Adília. De meu pai, eu sou a nona filha e da minha mãe eu sou a primeira. Meu pai era um viúvo com oito filhos, quando se casou com minha mãe, que teve três filhos, mas um faleceu ainda bebê. Cinco filhos homens e cinco mulheres. Hoje só tem um homem e quatro mulheres, inclusive os dois mais velhos se foram na pandemia, por conta do covid. Dessa família numerosa, quando eu nasci só tinham duas irmãs em casa, uma adolescente e outra adulta.
(Entrevistada, Adília)

Nascida no Pirambu, bairro da periferia de Fortaleza, que ela refere como “comunidade do Pirambu”, Adília demonstra sentimento de pertença ao lugar e a persistente morada, de praticamente toda a sua família, tanto que nunca se afastou de seu lugar de origem.

Sobre a dinâmica do bairro, comenta Halley (2014, p. 46):

Com efeito, o bairro urbano é aqui também compreendido como um microcosmo, um lugar de existência coletiva em contato imediato com o mundo e com suas metamorfoses, mas que, todavia, ainda preserva sua essência enquanto lócus de vivência íntima, demarcado e consagrado afetivamente por seus moradores em profundas relações de familiaridade, vizinhança e compadrio. É ainda apreendido como portador de identidade própria, resultante de uma fisionomia particular e de uma convivência social específica, cujos moradores externam as singularidades do lugar através de uma consciência coletiva de pertencimento.

De fato, o bairro exerce um papel como ambiente de formação cultural, onde se tem contradições e movimento, transformações. Como dizia Certeau (1997, p. 42), o bairro vai sendo formado com a crescente privatização do espaço público, misturando nessa avalanche o íntimo das moradas e o mundo tornado público.

No caso do Pirambu, o processo histórico-cultural da sua ocupação denominou-o Grande Pirambu, pois nele expandia-se áreas que antigamente eram habitações de pescadores, imigrantes, biscateiros e outras formas de fazer a vida na beira do mar. Observa Maria Francineila dos Santos (2006) que na direção oeste de Fortaleza foi-se dando forma, no chamado grande Pirambu, ao espaço que hoje constitui a Barra do Ceará, o Cristo Redentor e o Pirambu propriamente dito, constituído por muitos conjuntos e comunidades.

Evidentemente, Adília deixa implícito conhecer o lugar social do seu bairro, na cidade que seguia um modelo de segregação socioespacial centro-periferia, que desenhava a cidade de Fortaleza (Freitas; Pequeno, 2015, p.:46) e apartava o leste do oeste. Seu sentimento de pertencer a um lugar é nítido, e nesse espaço vivido ela se situa e à família da qual faz parte, na nomeada por ela “comunidade do Pirambu”, que fica na região oeste de Fortaleza, rumo à Barra do rio Ceará em seu encontro com o mar:

Nós somos da comunidade do Pirambu. Nasci na comunidade do Pirambu, moro na comunidade do Pirambu, não quis sair daqui. A família toda mora na comunidade do Pirambu. Tem advogado, economista, eu que sou professora, mas todo mundo continua no bairro. Só uma irmã mora em Manaus.
(Entrevistada, Adília)

Ela demonstra ao longo de sua fala que se sente parte de um espaço que percebe ser subalternizado, sendo segregado pela parte privilegiada da cidade. De sua fala, contudo, inicialmente se depreende uma união familiar entre pais, irmãos e ela mesma, e com mais e mais força na narrativa do tempo partilhado da infância vai constatando ter sido um tempo difícil. Nas suas palavras:

Meu pai era sapateiro, operário de fábrica e minha mãe dona de casa e costureira. Ela pegava confecções para fazer e aos dez anos eu já estava na máquina, costurando junto com ela. Eu estudava em um horário e no outro horário ajudava minha mãe. Eu e meu irmão, a gente tinha os afazeres, ia para a escola, quando chegava ia ajudar, limpar a casa e tudo o que precisasse, né? E eu e minha mãe na máquina de costura até altas horas para ajudar a família. A gente morava de aluguel e aí o negócio era pesado.

(Entrevistada, Adília)

Ela tem recordações afetivas de sua primeira professora, em aprendizagem pela cartilha do ABC. Era o ano de 1976, mas por sua condição social a entrevistada não teve acesso à educação infantil e ainda estudava nos moldes antigos, na residência da professora, alguns alunos ao redor dela, dentre uma mesa grande e bancos, cartilha e cadernos.

Eu sempre gostei muito de estudar e estudei na escola pública aqui do bairro mesmo. As escolas eram estaduais e não tinha educação infantil, então eu fui alfabetizada por uma senhora aqui do bairro que alfabetizou centenas de crianças.

Aprendi a ler com ela, e era com muito sacrifício que meus pais pagavam. A gente chamava ela de dona Nenê e aí é uma lembrança muito boa para mim.

Eu, com cinco anos ia para a casa dela e aí tinha um mesão com aqueles bancos estilo banco de igreja e a gente estudava na cartilha do ABC com aquela moça da cinturinha fina na capa.

Aos sete anos, eu fui para a escola Dom Hélio Campos que ainda existe aqui, uma escola do bairro e estudei lá até o sexto ano.

(Entrevistada, Adília)

Quando ia fazer o sétimo ano, Adília conta que seu pai, que trabalhava em uma indústria, teve acesso a uma bolsa de estudos para os filhos em uma escola particular. Nesse período, Adília e seu irmão receberam os olhares de quem morava no Pirambu, pois, na sua fala, percebia que ela e o irmão eram tidos ali como “as crianças pretas do Pirambu”.

Milton Santos (1988, p. 10) referia que o espaço esboça uma “realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho”.

No ambiente desconhecido, com esse peso relacional dado pelo racismo, a entrevistada admite que “suas lembranças foram muito antagônicas”. Pois se, por um lado, sendo estudiosa valorizava o acesso ao ensino formal, àquele tempo considerado melhor, por outro lado sofria com o racismo, que era percebido por ela não sem dor.

Meu pai foi trabalhar numa fábrica e na época tinha uma política pública que disponibilizava bolsas para filhos de operários, e a empresa tinha redução nos impostos.

Meu pai se empolgou porque eu gostava muito de estudar e tudo e aí me tirou da escola pública e eu fui fazer o sétimo e o oitavo ano em uma escola particular no Monte Castelo que é o bairro aqui vizinho.

As minhas lembranças da escola Quinze de Novembro são muito antagônicas.

(Entrevistada, Adília) (Grifo nosso)

E então Adília segue mostrando o que qualifica como lembranças antagônicas, de onde se infere sentimentos contrapostos, devido ao racismo percebido e, ao mesmo tempo, se refere ao que talvez fosse possível dizer ser certo sabor que não nega sentir pelo acesso ao que para ela era querido, o desejável ensino formal.

Foi bom porque conheci outras pessoas, mas eram outras realidades financeiras e a escola ficava muito distante da minha casa. Eu andava muito, muito, muito. E para chegar na escola e arrastava meu irmão mais novo do que eu quatro anos.

*A gente sofreu muito o que hoje se chama bullying. Nós éramos do Pirambu e pretos, né? **Crianças pretas do Pirambu.***

*E aí lá tinha uns garotos muito ricos; que **perguntavam para meu irmão e a mim quanto era o cigarro da maconha, porque se ainda hoje o povo discrimina, fala da gente, imagine antigamente.***

Era muita discriminação e muito preconceito com a gente e o Pirambu. E eu ficava louca, possessa e eu partia para cima deles para defender o meu irmão, mesmo sendo muito magrinha, muito sequinha.

(Entrevistada, Adília) (Grifo nosso)

Para Bauman (2016, p.44-45), aqueles que estão inseridos em determinado corpo social avaliam os desconhecidos com base em seus próprios parâmetros, estigmatizando-os e recusando a eles a inclusão social. O autor fala disso ao tratar dos possíveis impactos causados por essa exclusão dos estigmatizados.

Como primeiro argumento, ele fala sobre o autorrespeito, necessário para lidar com o sofrimento pela humilhação; segundo, o autodesprezo por aceitar o estigma e terceiro, a pessoa excluída não aceita o estigma e prossegue sua vida. Neste último caso, mesmo prossequindo sua vida, o sujeito não consegue fazer isso individualmente, ele precisa do suporte da família, “só uma confirmação pelos entes queridos pode tornar a condição de ‘ser convencido’ segura e imune às opiniões e ações da ‘sociedade mais ampla’” (ibid., p. 45).

Na entrevista que estamos analisando, vemos que a participante não se deixou abater e se afirmou perante os colegas, seguindo segura de seu potencial no estudo e de sua solidariedade ao irmão menor, a quem protegia. Mas não se pode negar que vivera essa exclusão dos estigmatizados, a que se refere Bauman, com o sofrimento pela humilhação recebida dia a dia.

No curso de sua fala, Adília faz uma reflexão interessante, a de que era respeitada pelos colegas por ser estudiosa, e entende, hoje, que estudava muito mais naquela época para provar a todos da escola que apesar de “negra, pobre e favelada”, era melhor do que todos eles.

Quando o programa de bolsas terminou, Adília voltou para a escola pública. Conforme Jamil Cury, o acesso à educação formal passa a ser importante para sedimentar uma verdadeira

cidadania política e social. E, também, é preciso pensar em termos de direitos, o que é uma conquista do Estado de Direito e, recentemente, do Estado Democrático de Direito. Com o autor: “A educação para a formação do cidadão, para abranger a todos terá como pilares básicos os direitos fundamentais guarnecidos pelo constitucionalismo, expresso no Estado de Direito, e, recentemente, no Estado Democrático de Direito” (Cury, 2023, p. 127).

Temos de ver também, que na educação há que proporcionar o “encontro de alteridades”, o qual não se pode relegar a plano secundário, pois a convivência solidária seria tão importante como o conhecimento (Cury, 2023).

Adília diz que depois, reflexionando sobre o acontecido, recorda que de fato não encontrara acolhimento na escola particular. Os colegas, cujos pais eram financeiramente mais abastados e que, portanto, pagavam as mensalidades da escola, não aceitavam os alunos bolsistas que vinham do Pirambu, “as crianças pretas”.

A entrevistada repete que suas lembranças desse período são contraditórias, dando a entender que o preço pago para ter acesso a uma escola particular com melhor qualidade de conteúdo fora o de viver a intolerância do racismo diariamente. Ela era reconhecida como estudiosa, mas isso não foi suficiente para ser inserida no grupo de colegas de sua turma, e quando o programa das bolsas de estudo acabou, ela já estava em seu limite de suportar uma convivência humilhante, discriminadora, racista. Estava cansada de ser avaliada com a violência diária que lhe jogavam no rosto pelo fato de ser “negra, pobre e favelada”. Essa diminuição de si (ser “tratada como inferior”) e de sua forma de viver (no Pirambu, favela), contudo, não lhe podiam tirar a respeitabilidade pelo fato de ser estudiosa (“era a mais estudiosa da sala” e “era respeitada nisso”).

*Eu era a mais estudiosa da sala. Meus colegas precisavam de mim e muitas vezes eu fazia os trabalhos para eles. Eu era respeitada nisso e estudava cada vez mais, hoje eu sei que para mostrar que eu era melhor do que eles, mesmo sendo tratada como inferior por ser **negra, pobre, favelada**.*

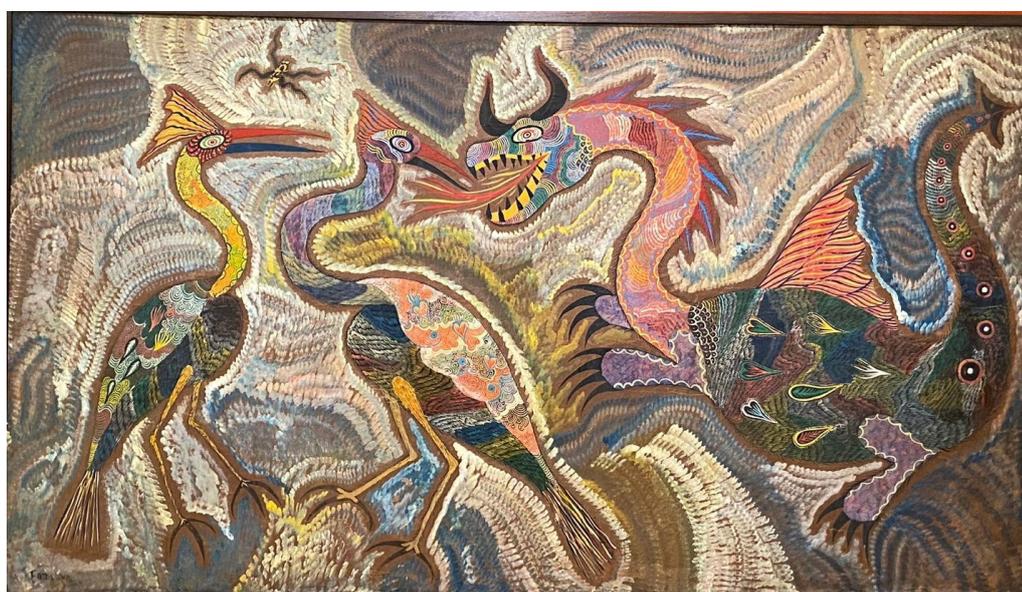
Passei dois anos nessa escola e voltei para a escola pública. O programa das bolsas tinha acabado, mas eu já queria voltar mesmo.

(Entrevistada, Adília) (Grifo nosso)

Adília, oriunda do Pirambu, um bairro que foi-se constituindo a partir da chegada dos retirantes que fugiam das secas, formado por uma população que a cidade de Fortaleza, quis excluir, carrega ainda hoje e na percepção de muitos, o estigma de ser um cinturão de moradias pobres, de sujeitos subalternizados, um espaço vivido como violento (não seria melhor dizer violentado?) e para onde se expurga o inadequado. No entanto, um amplo celeiro de potencialidades humanas, sociais e de arte.

Veja-se Chico da Silva, para termos uma ideia da produção feita no Grande Pirambu, tornando arte a vida dos pescadores da praia ao pintar os muros recém caiados de suas casas. A tese de Gerciane Oliveira (2015) mostra que Chico da Silva além de adentrar o mercado internacional de arte, influenciou e influencia gerações de pintores. Leiamos as imagens de Chico da Silva que exibem o que no seu estilo *naif* (primitivista), o que mostra não somente a riqueza artística e cultural do Grande Pirambu, mas sua capacidade e raio de influência.

Figura 8 - Guache sobre cartão intitulado Amazônia Féérica, 1964 - Chico da Silva



Fonte: Arquivo da pesquisadora - fotografia da Exposição Chico da Silva e a Escola do Pirambu na Pinacoteca do Ceará de julho a outubro de 2023.

Retomando os aspectos outros do contexto racista vivido por Adília, temos que o Campo de Concentração do Urubu, que também era denominado de Campo do Pirambu, mostra a exclusão social desde sua origem. E que a exclusão que o Grande Pirambu, com sua escala de graves desigualdades, resulta por reproduzir-se, como até hoje. Deixamos aqui observado, porém, as potencialidades e a rica arte e cultura de suas comunidades, que contava nos tempos anteriores com um grande percentual de pescadores.

Lima (2020, p. 126) defende que a exclusão social no Brasil fora iniciada quando os negros foram submetidos à escravidão e que ainda hoje os danos desse período são visíveis em nossa sociedade, pois que “a pobreza, a violência e a discriminação que afetam os negros são um reflexo direto de um país que institucionalizou o preconceito contra esse grupo, deixando-o à margem da sociedade.”

O racismo estrutural vivido por Adília ainda está arraigado em parte da sociedade brasileira, como aponta Lima (2020, p. 126), ao indicar mais sobre as raízes do racismo, estrutural e institucional (veja-se que na escola onde Adília estudava ela era alvo do racismo), remontando ao regime escravagista:

Nessa esteira, a elite brasileira estruturou-se à custa do trabalho escravo, nascendo aí uma cultura racista que ficou enraizada em nossa sociedade e, mais do que isso, nas instituições que constituem o próprio aparato estatal brasileiro, razão pela qual é possível identificar-se a existência não só de um racismo estrutural, mas também de um racismo institucional no país.

Ainda sentimos que o tempo presente reproduz a discriminação de um passado de opressão, de desrespeito ao outro, e que os direitos fundamentais continuam sendo sonogados a largas parcelas da população.

Segundo Bersani (2020, p. 184), o escravismo “retirou dos negros a sua ancestralidade”, pois ao serem subjugados e postos a atenderem aos interesses econômicos das classes dominantes, a população escravizada teve sua condição humana aniquilada “mediante o esfacelamento das referências que trazia consigo em todas as dimensões, tais como a família, o território, a personalidade, o idioma, a religião e todo estigma criado em torno das práticas dela constantes, entre outras.”

O agir excludente, próprio do racismo estrutural, estamos frisando, tem por base considerar o outro inferior e exerce sua violência na própria formação social do Brasil, que se calçava no braço escravizado do negro.

Bersani (2018, p. 178), em suas reflexões sobre “O Escravismo Colonial”, de Jacob Gorender, especificamente quanto às particularidades da formação social escravista em nosso país, considera ser essencial para a luta antirracista aprofundar o estudo sobre o contexto dessa formação, vislumbrando “soluções próprias e específicas, sem que haja uma importação desmedida das saídas apresentadas em (e/ou por) outros modelos. ”

Prossegue o autor (idem, p. 179) ao analisar a dicotomia apontada por Brian Davis sobre “o escravo ser homem e ser coisa”, como a existência de um bem objetivo (coisa) internalizado em uma pessoa dotada de subjetividade (ser humano), mostra o ambíguo da situação: a pessoa (escravizada) transformada em produto comercial, um bem de propriedade privada (mercadoria). Pensamos que a ignóbil exclusão decorrente do racismo estrutural perpassa pela ideia de que o excluído é mais “coisa” do que humano. Na realidade há o apagamento do sujeito em detrimento da mercadoria; resta nitidamente a pretensa superioridade de uns em detrimento

de outros, decorrente da própria formação social do Brasil com escravizados servindo aos seus senhores.

Vencendo as dificuldades, Adília foi cursar o pedagógico em uma escola do Pirambu e no primeiro ano conseguiu um estágio remunerado na, hoje extinta, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEMCE). Recebia um quarto do salário mínimo, mas o valor era importante para o orçamento familiar e, ainda adolescente, destacou-se no trabalho com as crianças, sendo nomeada chefe de grupo.

E novamente foi marcada pelo racismo em sua vida, por ser a mais destacada em seu sucesso profissional, quando ainda muito jovem já assumia no estágio da Fundação do Bem-Estar do Menor um cargo de chefia, que na fala de seus colegas era dito como se ela fosse “chefe de tudo”. Leiamos sua fala:

Fui fazer o pedagógico. Eram os anos de 1987, 1988 e 1989. Logo no primeiro ano eu me destaquei e consegui um estágio remunerado e fui trabalhar em um núcleo da FEBEMCE, que os meninos de rua passavam o dia. Eu tinha 15 anos quando comecei. Eu estudava na escola pela manhã, almoçava em casa e trabalhava de 13 às 17 horas. Então nos meus três anos de ensino médio eu fiquei trabalhando e ganhava um quarto do salário do salário mínimo. Foi uma experiência ímpar e no meu segundo ano eu já passei a ser chefe de grupo. E aí de novo veio aquela coisa das outras fazerem pirraça porque eu era a mais nova da turma e era a chefe tudo.
(Entrevistada, Adília)

Ao analisarmos o relato de Adília, constatamos quão difícil foi sua trajetória de estudante e o demasiado esforço que ela dispendeu até acessar uma condição social melhor, mesmo arcando com o sustento pessoal e familiar desde treze anos. Fica nítido que, por morar distante do lado mais desenvolvido da cidade de Fortaleza, ela não tinha meios de usufruir dos equipamentos de educação para sua qualificação profissional. Era como se o Pirambu fosse sempre o curral dos retirantes, quem estivesse ali, não se deslocaria, não teria ascensão.

Para Flores (2009, p.114) o ponto máximo do descumprimento dos direitos humanos se configura “em impedir que algum indivíduo, grupo ou cultura possa lutar por seus objetivos éticos e políticos mais gerais; entre os quais, se destaca o acesso igualitário aos bens necessários ou exigíveis para se viver dignamente.”

Se, por um lado, havia a desigualdade social quase impedindo o alcance ao aprimoramento profissional, por outro, havia uma jovem corajosa que empenhava todas as suas energias para estudar e trabalhar, e, assim, furava esse cerco que era obstáculo às oportunidades de trabalho e à própria continuidade da sua escolarização formal.

Eu poderia ter feito o quarto ano do pedagógico, só que tinha que ir para o Instituto de Educação e demandava dinheiro de ônibus; era longe, tinha de ser dois ônibus para ir e dois para voltar e eu não tinha condição para isso.

Eu já ajudava meus pais a pagar aluguel, comprava o pão da manhã, esse dinheiro era bem utilizado em casa, porque a gente tinha uma situação financeira difícil. Meu irmão era menor e não podia trabalhar e meu pai era operário, às vezes ficava desempregado.

(Entrevistada, Adília)

Ajudando no sustento da família, como dizia Adília, “eu e minha mãe, a gente se reinventava”. Elas criavam algumas estratégias de sobrevivência:

*E era aquela luta grande. **Eu e minha mãe, a gente se reinventava.***

O kartódromo era perto daqui e muito bem frequentado, porque o kart é coisa para gente rica. No final de semana a gente fazia bolo, fazia dindim, fazia suco e aí a gente ia vender lá no portão do kartódromo, para conseguir um dinheirinho a mais e ajudar. Só que isso a gente fazia isso escondido, porque meu pai não aceitava isso, ele entendia que tinha que sustentar a família.

(Entrevistada, Adília) (grifo nosso).

Adília demonstra senso de responsabilidade com a família desde a infância e associava-se à mãe para auxiliar o pai, que dizia-lhes ser responsabilidade do homem o sustento da família. Ela tomava, porém, para si o dever de colaborar com os pais e o irmão, aliviando o peso das obrigações que eles tinham. Evidentemente esse esforço se somava à falta de condições sociais que as desigualdades no usufruto das infraestruturas de serviços e direitos lhe ocasionavam. Havia de ela fazer esforços sem conta para levar adiante “aquela luta grande”, como ela dizia.

Conforme com Ribeiro (2016, p. 214), certas desigualdades se manifestam e adquirem seu peso maior quando certa parcela da população não tem acesso às condições urbanas necessárias para garantir o bem-estar pessoal e coletivo:

As desigualdades urbanas se manifestam quando apenas uma parcela da população é capaz de usufruir das condições urbanas necessárias para assegurar o bem-estar urbano e, por meio disso, assegurar a sua reprodução social, enquanto outras pessoas não conseguem acessar à totalidade das condições urbanas necessárias para garantir o bem-estar urbano condizente com as necessidades para assegurar a reprodução social.

Resiliente, essa faculdade que se desenvolve e que nos torna capaz de resistir a dificuldades, Adília ingressou no mercado de trabalho, continuou estudando e acolheu os estímulos de fazer um curso superior, no caso, em pedagogia. Ultrapassou limites sociais marcados. Paulo Freire, em um livro coletivo, observava que seria importante reconhecer a natureza cultural da educação, pois a educação não está fora da cultura, ela é cultura.

“Reconhecer, contudo, a natureza cultural da educação não significa abençoar toda expressão cultural, mas reconhecer que a própria luta pela superação do que Amílcar Cabral chamava ‘fraquezas da cultura’ passa pela assunção da própria fraqueza” (Freire, 1990, p. 33).

O reconhecimento das dificuldades, como se vê Adília fazer, passo a passo nas lutas e vitórias de sua história, leva também ao que o educador Paulo Freire chama de “uma cuidadosa compreensão, com o que a educação se questiona a si mesma. E quanto mais se questiona na cultura e na sociedade em que se dá, tanto mais vai se tornando claro que **a cultura é uma totalidade**” (...) (idem, p.33). (Grifo meu.)

Na totalidade da cultura, as diferenças singulares de cada sujeito vão construindo. Klycia Fontenele (2015, p. 24), em sua dissertação sobre o bairro Antônio Bezerra e suas imagens e margens, dialogando com Michel Certeau, observa que devemos resistir à homogeneização, quando se constroem referências e identificações socioespaciais, para não reagirmos ao massivo nas culturas com um olhar massivo naturalizador de diferenças. Como observa a autora, os saberes e fazeres de cultura “vão se impregnando em cada indivíduo, mas seguindo um compasso próprio, fazendo com que a apropriação não seja uniforme. Cada representação é um ponto de vista sobre o mundo em que se vive”. (Fontenele, 2015, p. 204).

No que se refere ao direito individual e o social, o autor Benigno Novo observa que o direito à educação implica o direito a uma política educacional e essa perspectiva significa que no plano individual isso seria próprio à condição humana enquanto na esfera do direito social alcançamos tocar as ações fundamentais das ações afirmativas do Estado. Assim desenvolve o autor (2023, p. 10):

Dentro do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Estado que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus fins.

O autor mostra que o direito à educação tem sua importância como direito fundamental, ‘porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Mesmo observando que o direito à educação deve ser visto de forma coletiva, com direito a políticas públicas e ações estatais, desejo referir que há no direito reflexões que situam o que é social também como algo que envolve a condição humana e o desenvolvimento do sujeito, como ser que possui uma individualidade. No caso de Adília fica muito evidenciado que ela percebe os

limites sociais do bairro, as desigualdades estruturais, como o racismo, mas sua tenacidade a destaca de um determinismo estrutural, do fatalismo tão criticado por Freire (1992).

O pensamento de Léon Denis (2008) também diz devermos afastar uma reflexão sobre o ser, o destino e a dor do fatalismo, superando a insistência de certos traços societários repetitivos e injustos, uma vez que inexorável é tudo mudar e evoluir.

Assim, mesmo admitindo a crise civilizatória, também nos processos sociais, como nas transformações ser-mundos, tudo se modifica. “Em toda parte, dentro como fora, a crise existe, inquietante. Sob a superfície brilhante de uma civilização apurada, esconde-se um mal-estar profundo. A irritação cresce nas classes sociais. O conflito dos interesses e a luta pela vida tornam-se, dia a dia, mais ásperos” (2008, p. 12).

O autor argumenta que, ao ultrapassarmos a ideia do ser como puro mecanismo biológico, compreendemos que o corpo é animado pelo espírito, e que este é que direciona o devir humano: “O princípio de evolução não está na matéria, está na vontade, cuja ação tanto se estende à ordem invisível das coisas como à ordem visível e material. Esta é simplesmente a consequência daquela”. (Denis, idem, p. 436),

A superação das condições difíceis já mencionadas foi dando maior esperança e fortalecendo em Adília a capacidade de lutar. A luta para estudar alimentava o desejo de encontrar profissão que lhe oferecesse dignidade e que tivesse relação com o que aperfeiçoava no seu estudo:

Em 1989, no dia que eu fui na escola pegar o meu certificado de conclusão do pedagógico, eu estava voltando de pé pela Leste Oeste e eu vi uma placa, uma escolinha particular que estava recrutando professores, recebendo currículo. E aí eu fui aceita e fiquei onze anos nessa escola.

A dona da escolinha se tornou muito amiga e me incentivou a fazer o vestibular. Eu trabalhava o dia inteiro e estudava à noite com uma amiga. Em 1992 eu passei para a faculdade de pedagogia na UECE, no período noturno.

(Entrevistada, Adília)

Ela rompia as dificuldades e enxergava as oportunidades de melhorar a vida dos pais e do irmão através do trabalho, mas sem descuidar de seu aprimoramento intelectual. Ela direcionava à vontade. O caráter da vida, tanto a individual como a coletiva, traz a evolução como lei universal: “Aprendamos, pois, a criar uma ‘vontade de potência’, de natureza mais elevada do que a sonhada por Nietzsche”. (Denis, 2008, p. 443).

Ao concluir a faculdade, a entrevistada fez um concurso público e a partir do ano 2000 ela trabalhava os três turnos como professora:

*Em 1998, eu fiz um concurso público e passei a trabalhar em dois lugares, em um turno na escolinha e no outro no município de Caucaia.
No ano 2000, eu fiz uma seleção para o Estado para professor temporário, aí eu deixei a escolinha. Hoje eu sou professora concursada do município de Fortaleza. Durante seis anos eu trabalhei os três horários.
Depois que meu pai adoeceu, ele morava comigo, minha mãe já tinha falecido, então eu decidi deixar Caucaia.
(Entrevistada, Adília)*

De sua vida pessoal, ela ressalta o ano de 1990, como um ano de conquistas profissionais (aprovação em concursos, conclusão da graduação e início da pós-graduação em psicopedagogia), e também experiências afetivas de relevo, como a vida com o namorado, hoje seu marido), uma filha (não biológica, como diz) e um neto desta filha, que ela assumiu, junto ao apoio aos seus pais.

*Em 1990 eu conheci meu marido, ganhei uma filha e consegui um trabalho. Stela é minha filha, não biológica. A mãe dela era nossa vizinha e minha mãe ajudava muito essa família. Eu era a madrinha e a menina passava mais tempo na nossa casa. Quando os pais se separaram, a mãe foi embora e deixou a menina conosco. Stela hoje tem trinta e três anos e dela u já tenho um neto com um ano e cinco meses. Meu marido sempre foi a minha âncora, me dava força para estudar, porque a coisa lá em casa não era fácil. Meu pai e minha mãe estavam envelhecendo e aí eu tive de sustentar todo mundo.
Quando eu terminei a faculdade, eu emendei com a pós-graduação em psicopedagogia. Era o ano de 1998. Durante a faculdade e a pós-graduação ele sempre me esperou no ponto do ônibus, me deixava em casa e depois ia para a casa dele. Hoje estou no mestrado e ele continua me apoiando.
(Entrevistada, Adília)*

Observa-se que ela categoriza suas situações de vida a todo tempo com os acontecimentos afetivos, mas não deixa de mostrar a formação/emprego/trabalho indicadores de sua vida e de sua história. Demonstra, também, solidariedades em toda a sua trajetória de vida, nas proximidades de seu casamento adia o sonho para construir uma casa para os pais e, quando a mãe adoece os leva para morar com ela e o marido.

*Meus pais receberam um terreno no Vila Velha e a construção da casa era por mutirão. Minha mãe já estava doente e meu pai idoso.
Eu estava me organizando para me casar, a gente tinha juntado um dinheiro, e estávamos construindo nossa casa em cima da casa da mãe dele. Onde moro até hoje. A casa só faltava a parte de acabamento, piso, pintura, essa coisa toda.
Mas quando minha mãe ganhou esse terreno, a gente pegou todo o dinheiro que eu e meu marido tínhamos juntado e pagamos para construir a casa dos meus pais. E aí eu só morei nessa casa três meses, pois logo me casei.
A nossa casa, minha e de meu marido, estava sem pintura, sem móvel, a gente dormia com o colchão no chão, mas a gente estava feliz.
(Entrevistada, Adília)*

Vemos agora, já com uma vida percorrida, onde construiu uma forma de sobreviver e realizar sonhos, Adília luta pela moradia própria, nas vizinhanças do Pirambu, região originária deste, e ao fazê-lo precisa equacionar a partilha da convivência com seus laços de afeto.

Minha mãe tinha lúpus, então eram seis meses bem, seis meses doente. Meus pais moraram por oito anos no Vila Velha, porque minha mãe foi piorando e piorando. A situação da minha mãe ficou muito difícil e a minha também porque na época eu não tinha carro, não tinha nem terminado a casa, e eu trabalhava os três expedientes, em Fortaleza de manhã e de tarde e em Caucaia no turno da noite.
(Entrevistada, Adília)

A entrevistada detalha o progressivo esforço para assumir sua vida com o marido e auxiliar seus pais:

Eu vinha de Caucaia, descia no terminal, pegava o ônibus e ia para a casa da minha mãe porque ela teve diabetes medicamentosa. Os pés racharam e a pele também. Então todas as noites eu ia para lá e meu marido já estava lá. Chegando lá eu banhava minha mãe, aplicava a insulina. Quando terminava tudo eram onze horas da noite, mais dois ônibus para chegar em casa. Então toda noite era essa maratona. Com seis meses eu não aguentava mais porque eu trabalhava três horários. Levamos meus pais para nossa casa. Fizemos mais um quarto em cima, parecia um poleiro, era muito quente. Deixamos meus pais no meu quarto que era suíte, e depois disso, com cuidados e tudo, com oito meses ela faleceu.
(Entrevistada, Adília)

Após o falecimento de sua mãe, que passara a residir com ela, Adília entrou em um processo depressivo muito sério, nas suas palavras: “era um frio na alma. Um frio que não passava, era uma dor muito grande”. E na luta para produzir sentido para o que vivia, também fazendo terapia para levantar-se do estado em que ficou, narra ter percebido que em sua vida pessoal “o grande problema era que quem tinha partido era a filha e a mãe tinha ficado, porque houve uma inversão de papéis.”

*Minha mãe faleceu em 2006. Eu não suportei, eu entrei num processo de depressão muito, muito, sério. Foi deixar o corpo no cemitério e eu me enterrar no quarto. Eu me sepultei também. Eu não lembrei da Stela, de meu pai e de meu marido. Eu me afundei. Meu pai estava com oitenta e dois anos, mas eu não pensei em nenhum momento que meu pai estava sofrendo, que a minha filha e meu marido estavam sofrendo. E meu marido ficou com a responsabilidade com todo mundo só para ele. Passei seis meses assim. Tirei licença do trabalho. Eu tinha um frio, eu tinha muito frio. O meu quarto era muito quente e eu passava o dia inteiro de moletom. Hoje eu sei que era um frio na alma. Um frio que não passava, era uma dor muito grande. Ai quando eu comecei a fazer terapia, o psicólogo me disse que **o grande problema era que quem tinha partido era a filha e a mãe tinha ficado, porque houve uma inversão de papéis.***
(Entrevistada, Adília) (Grifo nosso)

E foi nessa hora extrema que Adília disse: “E aí foi quando eu conheci o Espiritismo.”

E aí foi quando eu conheci o Espiritismo. Uma das minhas irmãs por parte de pai sempre frequentou um centro espírita, e a minha mãe e meu pai eram muito católicos, mas eles frequentavam de vez em quando. Eu lembro que eles frequentavam as Preces Poderosas.

Quando minha mãe foi para o Vila Velha ela começou a ir para o Bezerra de Menezes para o grupo de idosos. Acho que por isso hoje eu me identifico tanto com o grupo de idosos do CEAL. Minha mãe amava o Bezerra de Menezes, tanto que todas as roupas dela eu doei para o bazar de lá.

(Entrevistada, Adília)

Continua a entrevistada:

Meu pai sempre contava que essa irmã que frequentava o centro espírita, a Helena, teve um problema quando criança, uma doença que ela parou de andar e os médicos não descobriam o que era e meu pai dizia que levou ela para um centro espírita.

Ela chegou lá nos braços e voltou para casa correndo, literalmente correndo com as próprias pernas. Meu pai acreditava demais no Espiritismo. E essa minha irmã frequentava um centro espírita aqui no Pirambu. Um dia ela perguntou a meu marido se ele não queria me levar para um centro espírita porque eu já estava muito magra. Eu não me alimentava, eu não saía de casa. E ela dizia, que meu pai estava sofrendo demais, porque ele perdeu a esposa e agora perdia a filha.

Eu não tinha nem mesmo forças físicas mais. Meu marido me banhou, me arrumou e a gente chamou um táxi e eu fui.

(Entrevistada, Adília)

Vemos que a simplicidade do centro espírita e a acolhida que teve lá chegou no momento em que Adília já não tinha forças. O encontro com a dimensão espiritual, então, veio no momento chave da vida da entrevistada:

Quando a gente chegou lá eu lembro bem que era o seu Antônio e a dona Geralda, os dois responsáveis. O centro espírita tinha uma mesa e uns banquinhos e você chegava, sentava lá. Quando eu entrei chorando muito, seu Antônio sentou do meu lado, segurou na minha mão e começou a rezar um Pai Nosso. Eu até me emociono ao me lembrar. E aí ele começou a rezar esse Pai Nosso e eu chorando, chorando e ele rezando. Repetindo, repetindo, segurando na minha mão. Teve um momento que eu parei de chorar, olhei para ele, aí ele disse, toda vez que você estiver vontade de chorar, reze um Pai Nosso.

E eu saí de lá tranquila, aliviada.

(Entrevistada, Adília)

E a entrevistada descreve seu movimento de levantar-se de seu sofrimento:

O tratamento era por nove noites seguidas. Na terceira noite eu já cheguei e fiquei sentada na sala, conversando com meu pai e na última noite eu já estava fazendo as coisas dentro de casa, lavando prato, fazendo tudo. E aí eu me levantei realmente e eu que fiquei nesse centro espírita durante dois anos.

A gente passou a frequentar e ajudar lá. Era uma salinha. Durante o dia era uma marcenaria de um filho da dona Geralda que é evangélico. E todas as noites ele tirava

todo o material dele, botava na calçada, trazia os bancos e a mesa, ela fazia a reunião todas as noites, exceto domingo. Quando terminava as reuniões aí ele botava tudo para dentro de novo. Era muito interessante. (Entrevistada, Adília)

Observamos que a responsável pelo centro espírita usava a marcenaria do filho para realizar os encontros diários. Mãe e filho, apesar de estarem em lugares diferentes em suas convicções religiosas, pareciam conviver pacificamente, tendo em vista que o filho não somente cedia o espaço, mas retirava todo o material para dar lugar os encontros espíritas.

Um dos obstáculos para uma prática de um diálogo inter-religioso é o desrespeito a especificidade de cada crença e a tentativa de convencer ou se sobrepor à convicção do outro, desvalorizando a verdade religiosa diferente da não hegemônica (Dos Santos, 2023).

Outro fato acontece quase sempre, quando se vai falar de uma religião ou forma de espiritualidade que não é a hegemônica: diz-se que a pessoa está com proselitismo ou que está abrindo espaços de conflito. Silenciar o diferente não é o mesmo que se abrir para o diálogo inter-religioso. Como abrir diálogos se há uma fala impedida de se dizer? Como posso conhecer o outro e dialogar com ele se ele não pode se pronunciar na sua diversidade? Continuar a hegemonia é calar o outro na sua diferença. Voltemos agora à entrevistada e à superação de sua hora mais difícil.

*Cheguei em 2010 no Centro Espírita André Luiz e estou lá até hoje. Em 2013 meu pai partiu e eu tinha feito a seleção para diretora de escola na prefeitura de Fortaleza. No dia 5/7/2013 eu fui chamada para assumir a escola e internei meu pai na madrugada. No 15/7/2013 eu assumi a escola, assinei o termo e fui nomeada. Meu pai parou de falar e faleceu no dia 24/07/2023. No primeiro dia de agosto eu estava na escola recebendo todo mundo e sorrindo. Porque eu já tinha outra visão, **eu já estava dentro do centro espírita.** (grifo nosso)
(Entrevistada, Adília)*

Inegável aqui o contributo da visão espírita sobre a ideia de morte como continuidade da vida (Aversa, 2018), que se desdobra nos conhecimentos que se pode ter em ciência, filosofia e religião nesta perspectiva. A prática de espiritualidade, de matriz espiritista, vivida por Adília assegurou-lhe o preparo no enfrentamento de suas dificuldades extremadas e no entendimento da realidade da vida espiritual, muito particularmente na morte de seu pai.

Na seção a seguir, destacamos as próximas entrevistas mais voltadas as lutas e embates vividos pela mulher.

4.3 Espiritualidade como luta pessoal e social: desagrvos e embates no feminino em luta

4.3.1 *Alba Valdez: na luta da vida, a emergência das superações de limites*

Prosseguindo nossa pesquisa, apresentaremos a próxima entrevistada, que tomará o pseudônimo de Alba Valdez, em homenagem à escritora cearense. A seguir, breves traços biográficos. Leia-se:

Alba Valdez é o pseudônimo de Maria Rodrigues Peixe, escritora cearense nascida em 12 de dezembro de 1874, no sítio Espírito Santo, localidade que hoje integra o município de Itapajé. Em 1877, ano de uma grande seca no Ceará, Maria, com apenas três anos de idade, se mudou com a família para a capital cearense.

Cursou a Escola Normal do Ceará e foi aluna de Francisca Clotilde. Concluiu seus estudos com quinze anos e passou a lecionar. Participou ativamente de publicações em revistas e jornais do nosso Estado, mas somente aos vinte e sete (27) anos publicou, sob o pseudônimo de Alba Valdez, a obra “Em sonho”, seu primeiro livro.

Fundou a Liga Feminista Cearense em 1904, participou da Academia Feminina de Letras e foi a primeira mulher a ingressar na Academia Cearense de Letras.

Maria Rodrigues lutava pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, tecendo duras críticas ao patriarcalismo por inferiorizar as mulheres; defendia uma educação mais libertadora para as meninas e lutou sempre com essa perspectiva. Faleceu aos 85 (oitenta e cinco) anos em Fortaleza, Ceará. (Almeida, 2012)

Em relação ao material obtido a partir da entrevista com **Alba Valdez**, elencamos as seguintes categorias de sofrimento: 1) vítima de excesso estatal e 2) privação material.

Alba pertence a uma família numerosa, que viveu com poucos recursos materiais, principalmente em decorrência de um acidente de trabalho que seu pai sofreu quando ela ainda era uma criança muito pequena. Suas memórias da infância são felizes, permeadas de brincadeiras com os irmãos.

Tenho cinquenta e cinco (55) anos, sou a mais nova das mulheres de uma família com quatorze filhos, mas dois morreram ainda crianças. Às vezes, eu fico pensando na minha infância com muitos irmãos, uma família humilde, mas muito unida, muita brincadeira.

Foi uma infância feliz.

(Entrevistada Alba)

De seus pais, ela revela que “eram semianalfabetos”, todavia envidaram esforços para os filhos estudarem, como também os orientaram “para serem pessoas de bem”. Tem recordações de um pai carinhoso e de uma mãe cuidadosa e muito diligente.

Meus pais hoje já são falecidos. Minha mãe era natural de Aracati e meu pai de Fortaleza. Eles eram semianalfabetos, mas fizeram tudo para os filhos estudarem, apesar de todas as dificuldades financeiras, e para que fossem pessoas de bem. Minha mãe teve uma educação muito rígida e, por isso, não conseguia demonstrar muito o grande amor que tinha por nós, mas cuidava de todos muito bem. Meu pai era diferente da minha mãe, ele sempre foi muito carinhoso, mais doce e muito brincalhão.
(Entrevistada Alba) (Grifo nosso.)

A entrevistada narra que seu pai teve os direitos trabalhistas cerceados, recebendo uma indenização ínfima e não conseguindo a aposentadoria a que teria fazia jus, após um acidente pela explosão de uma caldeira em seu local de trabalho. A mãe dela, apesar de não ter muitos conhecimentos, lutou de todas as formas para fazer valer os direitos do marido, mas somente conseguiu a aposentação dele depois de muitos anos.

Meu pai sofreu um grave acidente no trabalho. Uma caldeira explodiu e atingiu todo o corpo dele. Ele ficou internado muito tempo e depois teve de se tratar em casa. Ficou com sequelas de queimaduras e alergias, o que o deixou impossibilitado de voltar ao trabalho e de conseguir outro emprego. Meu pai recebeu quase nada de indenização e não conseguiu se aposentar. Minha mãe, mesmo sendo semianalfabeta, era muito esperta, sempre correu atrás dos direitos de meu pai, mas ele só conseguiu se aposentar depois de muitos anos, mas não teve direito à aposentadoria especial. Nós íamos à justiça do trabalho e à justiça federal, mas o INSS sempre negava esse direito.
(Entrevistada Alba)

Alba demonstra uma certa tristeza, porque seu querido pai teve de se submeter a pequenos trabalhos que eram pessimamente remunerados, os chamados “bicos”, ao mesmo tempo, sente admiração por ele ter dado um bom exemplo aos filhos, inclusive levando os do sexo masculino para aprender seu ofício e o valor do trabalho.

Desempregado, meu pai ficou fazendo serviços de eletricidade no bairro e não ganhava quase nada; em muitas casas do Carlito Pamplona ele fez a instalação. Eu me lembro que ele tinha uma maletinha e ele levava meus irmãos e ensinava aos filhos e todos os filhos hoje entendem de eletricidade.
(Entrevistada Alba)

Sobre a sua pessoa, revela que a família a colocava como líder, “a filha que tudo resolvia e decidia”, inclusive “mostrando o caminho certo a alguns dos irmãos”. Alba acredita que toda essa responsabilidade sobre os seus ombros decorre de uma maturidade do seu espírito, que ela nomeia “**experiência espiritual**”.

Dizem que já nasci madura (risos). Embora muito tímida, sempre me colocavam na posição de líder, tendo que decidir as coisas, mesmo sendo a mais nova das mulheres.

*Eu me sentia a mais velha, como se eu enxergasse o que elas ainda não conseguiam ver e ainda hoje é assim.
Eu sempre resolvi tudo. Várias vezes tive que chamar a atenção dos meus irmãos, quando eles não agiam de forma correta.
Acho que tenho **experiência espiritual**, o que explicaria isso.
(Entrevistada Alba) (Grifo meu.)*

Vemos que Alba admite ter uma experiência espiritual que fazia com que se sentisse “mais velha” e no dever de orientar seus irmãos, “quando eles não agiam de forma correta”, mesmo que fosse a irmãs mais nova das mulheres.

A entrevistada casou-se muito cedo com o primeiro namorado, que conheceu quando tinha apenas quinze anos. Ela conta que nem pensava em casamento, mas entende que tudo aconteceu para que ela reencontrasse a família do marido, seus amores de vidas passadas.

*Minhas escolhas para o futuro eram bem diferentes do que é hoje minha realidade. Eu me casei muito nova, com o meu primeiro namorado, embora não tivesse o sonho de casar ou ter uma família. Mas Deus sabe de todas as coisas, e antes que eu voasse pra longe me envolveu com meu marido para que eu cumprisse a minha missão com a família dele, meus amores de outras existências, com certeza.
Para o casamento acontecer, meus pais tiveram de autorizar, tão jovem eu era.
(Entrevistada Alba)*

Conforme Léon Denis (2008, p. 94): “O nosso ‘eu’ ordinário, superficial, limitado pelo organismo, não parece ser mais do que um fragmento do nosso ‘eu’ profundo.” O autor chama a atenção para o significado do “eu” profundo (que distingue do “eu” ordinário) e diz que nossas recordações muito frequentemente trazem suas imagens e pensamentos do reservatório de nossas lembranças ou do “longo passado da alma”².

É sobre isso que parece tratar a entrevistada, mencionando os registros de afetos em seu “eu” profundo, ao justificar o casamento tão prematuro.

Alba morou em Caucaia, fez amigos e exerceu trabalhos remunerados, mas após dois anos retornou a seu bairro de origem. De sua narrativa, escutemos que “ a vida não era fácil, casa alugada, grana curta”, e que ela e o marido tinham um orçamento familiar apertado, mas Alba sempre foi uma pessoa cujos trabalhos “lhe renderam frutos”; infere-se ser de experiência e fortaleza.

² Allan Kardec, em sua grande entrevista aos Espíritos, pergunta-lhes sobre o que é alma e se seria a mesma idêntica ao Espírito. Pergunta: As almas e os Espíritos são, portanto, idênticos, a mesma coisa? Sim, as almas não são senão os Espíritos. Antes de se unir ao corpo, a alma é um dos seres inteligentes que povoam o mundo invisível e que revestem temporariamente um envoltório carnal para se purificarem e se esclarecerem. (KARDEC, 2016, p.104)

Fomos morar em Caucaia, onde tive minhas primeiras experiências de trabalho, e ficamos por dois anos lá e guardo até hoje os momentos vividos nesse lugar, principalmente as pessoas que conheci.

Depois voltamos a morar no Carlito Pamplona, nosso bairro de infância, próximo das nossas famílias.

A vida não era fácil. Casa alugada, grana curta. Mas a experiência adquirida na escola em que trabalhei me rendeu frutos e consegui um trabalho de auxiliar de maternal em uma escolinha próximo a minha casa. De lá fui trabalhar em um escritório de advocacia e depois em uma loja de departamentos, antiga Mesbla. Com as mudanças na economia brasileira, perdi meu emprego, mas pude retornar ao escritório onde fiquei por mais um ano.

(Entrevistada Alba)

Com o nascimento do filho, Alba deixou o mercado de trabalho formal e passou a dar aulas particulares aos filhos dos vizinhos, para ficar com sua criança mais tempo. Aqui se vê a força da experiência do feminino se sobrepondo como desejo e leitura de si (“escolhi a família e não me arrependo”) a outras experiências de vida. Alba continua trabalhando, dando aulas remuneradas aos filhos dos vizinhos, o que diz fazer até hoje, para garantir certa independência financeira.

Engravidei e quando estava para ter meu filho resolvi pedir demissão já que não valia a pena ganhar tão pouco e ter que deixar meu filho nas mãos de terceiros. Sempre fiz questão de ter uma renda, mesmo pequena, mas que garantisse uma certa independência financeira, além de ajudar nas despesas domésticas. Por isso comecei a ajudar nas tarefas das crianças de meus vizinhos e até hoje é esse o meu ofício. Eu não fiz faculdade, mas sempre trabalhei. Na verdade, eu escolhi a família e não me arrependo. (Entrevistada Alba)

Em determinado momento, familiares do marido de Alba precisaram de suporte, então o casal e o filho deixaram o próprio lar e foram morar em outra residência com pessoas idosas. De sua fala, conseguimos observar que houve muita habilidade de Alba para que a convivência fosse suave, pacífica. Mesmo com muitas pessoas, o casal resolvia suas questões sem deixar que afetassem sua paz e entendimento familiar.

Com o passar do tempo a avó, a tia-avó e uma tia do meu esposo começaram a ter problemas de saúde e resolvemos morar com elas. Não foi fácil. Tínhamos a nossa vida e precisamos nos adaptar a outra realidade.

Muitas pessoas se admiravam porque nós vivíamos em harmonia, apesar das diferenças.

Acho que o segredo era o respeito, o carinho e o cuidado para não envolver os outros nas nossas questões íntimas. Fechar a porta do quarto, discutir e resolver entre nós, sem fazer disso um problema para a família toda. Vivemos por muitos anos, apesar das dificuldades diárias, em paz. Mas sabemos no íntimo que a vida muda o tempo todo e os problemas começaram a aparecer.

(Entrevistada Alba)

O tempo foi passando e as questões de saúde foram se agravando. Alba, incansável, no suporte a todos. A tia com câncer, a avó muito idosa com um acidente vascular cerebral (AVC) e a tia-avó de quem cuidava também (cuidava de todos), faleceu no hospital após uma internação prolongada.

A tia mais nova adquiriu um C.A. de mama e, embora tenha sido uma batalha, ela se recuperou. Após cinco anos o C.A. retornou. Nova cirurgia, mas dessa vez menos traumática. (...)

Depois, a avó de meu esposo com 99 (noventa e nove) anos teve um AVC e ficou acamada. Cuidamos dela com todo carinho, fazendo o possível para amenizar seu martírio, até que Deus em sua misericórdia a retirou do sofrimento. (...)

A filha dela, a que teve o C.A., ficou muito abalada, pois além da mãe, também tinha perdido os dois irmãos em intervalos pequenos de tempo e claro que a sua saúde sofreu novamente. Ela sempre estava em tratamento e eu ao seu lado. (Entrevistada Alba)

Uma situação muito marcante na vida de Alba foi a queda da tia-avó, as dificuldades para conseguir a cirurgia pela precariedade do serviço público de saúde, a infecção causada por uma bactéria pelo ambiente contaminado do centro cirúrgico, o prolongado tempo de internação e a morte. Com a morte, vemos o modo como o hospital público a tratou após o óbito de uma pessoa tão querida, de quem cuidava.

Quando estávamos nos recuperando outro acontecimento inesperado: a tia-avó de meu esposo levou uma queda e fraturou o fêmur pela segunda vez. Foram várias internações até conseguir uma cirurgia no Instituto José Frota (IJF), uma verdadeira corrida contra o tempo. Infelizmente, a saúde pública sofre com o descaso e nossos idosos mais ainda, pela fragilidade. Conseguimos a cirurgia e tudo parecia correr bem, mas o médico não me deixou trazê-la para casa. Ele me disse que ela havia contraído uma bactéria na cirurgia.(...)

(Entrevistada Alba)

A entrevistada descreve como enfrentava subjetiva e objetivamente os acontecimentos no hospital:

Fiquei preocupada, ela estava em uma enfermaria onde várias mulheres com situações de saúde diferentes conviviam. Eu vi várias senhoras chegarem das cirurgias relativamente bem e após alguns dias irem enfraquecendo, definhando e falecendo, ou seja, a bactéria estava lá, circulando.(...)

Minha "menina", era assim que eu a tratava, pedia para ir para casa. Ela queria comer o macarrão e um pudim que eu fazia. Até hoje me cobro por não ter feito a sua vontade, mas infelizmente não estava em minhas mãos. Eu era só uma sobrinha torta. Não poderia retirá-la do hospital à revelia dos médicos. Ela passou três meses internada e nós nos revezávamos para estar com ela. A bactéria foi mais forte e houve falência múltipla dos órgãos.

(Entrevistada Alba)

Com três meses de internação, o corpo não resistiu à agressividade da bactéria adquirida no próprio hospital. Responsável pelo procedimento de retirada do corpo da tia-avó para o sepultamento, Alba Valdez deparou-se com uma barreira imposta pelo hospital, primeiramente, deveria ir à polícia prestar declarações de que a idosa vivia sob sua responsabilidade e que o motivo da internação foi uma fratura no fêmur decorrente de uma queda.

Se o motivo da internação foi uma fratura em um dos ossos da perna, a morte foi decorrente da infecção bacteriana. A entrevistada supõe que o hospital buscava eximir-se de culpa e a usava como escudo. Entendemos que a condição imposta pelo hospital público, configura um *excesso estatal*, definido neste trabalho com a exorbitância do poder do Estado na esfera privada dos cidadãos.

Quando ela faleceu, a assistente social me chamou e falou que eu teria de fazer um boletim de ocorrência na delegacia. Fiquei confusa, sem entender o motivo pelo qual depois de três meses de internamento eu teria de ir à polícia.

Foi muito difícil; naquele momento eu nem pude sentir a dor pela partida dela, porque eu estava indo à delegacia fazer um boletim de ocorrência como suposta responsável por uma queda, que tinha acontecido há três meses.

Ela morreu por causa da bactéria, e tinha reparado que várias senhoras que estavam internadas na mesma enfermaria, iam definhando e depois faleciam por causa de infecção. Eu entendi que hospital queria era se livrar da responsabilidade, porque seria mais fácil para eles jogarem a culpa em mim. Na hora, eu tentei questionar mas eu era muito pequena diante deles.

(Entrevistada Alba) (grifo nosso)

Aqui fazemos a leitura da dupla opressão, gênero e classe social (interseccionalidade) vivida pobre Alba: mulher e pobre.

Quando eu cheguei na delegacia, eles fizeram tantas perguntas, mas eu só respondi que eu estava com Chikungunya, tinha pegado a Chikungunya no dia anterior ao da queda e eu nem podia me mexer, mas que havia outra pessoa em casa para ajudá-la e que foi um acidente, ela perdeu o equilíbrio e levou um tombo.

(Entrevistada Alba)

Ela prossegue descrevendo como foi realizando o enfrentamento do que nomeio de excesso estatal:

Ao terminar o procedimento na polícia, o corpo foi levado do hospital para a autópsia no Instituto Médico Legal-IML. Vieram, em seguida, os procedimentos próprios do IML. Eu nunca tinha feito uma identificação. Foi muito difícil, mas eu precisava fazer. Se eu pudesse escolher, teria me encolhido em um canto e chorado até passar a dor, mas eu não podia. Eu tinha que ser forte por meu marido, pela tia dele e por meu filho. Esse foi um dos grandes sofrimentos da minha vida, o reconhecimento no Instituto Médico Legal, por incrível que pareça você não reconhece a pessoa, eu não reconheci, eu sabia que era ela mas não reconheci.

E no final, o laudo do IML deu infecção generalizada.

(Entrevistada Alba)

Comporta aqui trazeremos os fundamentos do Estado Democrático de Direito em nosso país, com a consagração da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental na Carta Magna brasileira de 1988.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(Grifo nosso)

A imposição do hospital público feriu gravemente o princípio da dignidade humana. Importa entender que a assistente social no exercício de suas funções era, naquela circunstância, representante do Instituto José Frota³, logo, os atos por ela praticados, no exercício do *munus* público, são imputados ao município de Fortaleza, ente público ao qual o hospital está vinculado.

Para uma melhor compreensão do motivo pelo qual classificamos a determinação como um excesso estatal, é imprescindível conhecer a legislação que regula a comunicação dos casos suspeitos de violência ou abusos que chegam às unidades de saúde.

Há dois tipos de comunicação. A primeira é a Notificação Compulsória, definida pela Portaria nº 204, editada pelo Ministério da Saúde em 17 de janeiro de 2016, como sendo a comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde e responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, sejam públicos ou privados, acerca de ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública. No caso de suspeita de maus tratos, a notificação comunica um agravo.

Art. 1º Esta Portaria define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo.

³ O Instituto Doutor José Frota (IJF), maior centro médico de urgência e emergência de nível terciário da rede de saúde pública da Prefeitura de Fortaleza, é referência no Norte e Nordeste no socorro às vítimas de traumas de alta complexidade, como fraturas múltiplas, lesões vasculares e neurológicas graves, queimaduras e intoxicações.

Disponível em <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/saude/servico/301>

Art. 2º Para fins de notificação compulsória de importância nacional, serão considerados os seguintes conceitos:

I - agravo: **qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo**, provocado por circunstâncias nocivas, tais como **acidentes**, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada;

II - autoridades de saúde: o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, responsáveis pela vigilância em saúde em cada esfera de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS);

(...)

VI - notificação compulsória: comunicação obrigatória à autoridade de saúde, **realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados**, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública, descritos no anexo, podendo ser imediata ou semanal;

VII - notificação compulsória imediata (NCI): notificação compulsória realizada em até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do conhecimento da ocorrência de doença, agravo ou evento de saúde pública, pelo meio de comunicação mais rápido disponível;

VIII - notificação compulsória semanal (NCS): notificação compulsória realizada em até 7 (sete) dias, a partir do conhecimento da ocorrência de doença ou agravo; (grifos nossos)

A Lista Nacional de Notificação Compulsória possui como finalidade básica a coleta de dados estatísticos para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas aos serviços de saúde ofertados, ao controle endêmico e à vigilância epidemiológica, alimentando bancos de dados que subsidiam intervenções pautadas na vigilância, prevenção e promoção da saúde, além da cultura da paz, nos casos de violência. Por outro lado, a notificação compulsória tem por escopo, ainda, direcionar o paciente ao serviço de referência de que realmente necessita.

A comunicação obrigatória de casos suspeitos de violência está prevista, também, em alguns dispositivos legais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, determina a obrigatoriedade da informação para os casos de maus-tratos a crianças e adolescentes:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Do mesmo modo, para os de violência contra a mulher, Lei Federal nº 10.778/2003:

Art. 1º Constituem objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, os casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

Art. 3º A notificação compulsória dos casos de violência de que trata esta Lei tem caráter sigiloso, **obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido**. (Grifo nosso)

Parágrafo único. A identificação da vítima de violência referida nesta Lei, fora do âmbito dos serviços de saúde, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em

caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável.

Quanto às pessoas idosas, de acordo com o Estatuto do Idoso, é obrigatória a comunicação pelos profissionais de saúde às autoridades, dentre as quais se insere o delegado de polícia (autoridade policial), dos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a pessoa idosa, não importando se do sexo masculino ou feminino:

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)
 I – autoridade policial;
 II – Ministério Público;
 III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)
 IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)
 V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)
 § 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)
 (...)

A omissão dos profissionais em comunicar à autoridade competente a ocorrência pode acarretar uma fixação de multa, nos termos do art.57 da Lei Federal nº 10.778/2003.

Após o exame acurado da legislação pertinente, observamos que a *comunicação obrigatória às autoridades policiais é dever dos profissionais de saúde*, nos casos em que haja suspeita de violência contra pessoas idosas que procuram os equipamentos de saúde, públicos ou privados. Ao mesmo tempo em que a assistente social exorbita de suas funções ao determinar que Alba Valdez comunique a queda à polícia, exime-se, como profissional de saúde de cumprir um dispositivo imposto pela lei específica.

A imposição do hospital leva-nos a pensar que a entrevistada, desrespeitada em sua dignidade humana, foi vista pelo parâmetro de sua condição social com poucos recursos financeiros. De acordo com Rosana Rocha (p.40, 2022): “Toda pessoa possui um valor intrínseco e, simplesmente, pelo fato de pertencer à raça humana, possui dignidade, possui valor, possui direitos a serem respeitados, ou seja, direitos humanos.”

Alba, em momento de dor, foi desconsiderada em seu “valor intrínseco” e nos questionamos se o mesmo direcionamento teria sido imposto a alguém de classe social mais abastada, que pudesse se apresentar com um advogado, demonstrando, facilmente, a omissão do hospital ao considerar uma situação de maus-tratos. A camuflagem da contaminação hospitalar ficou evidente.

Para Herrera Flores (2009, p.106-107), a aspiração social é que promove a luta pelos direitos e quando esses direitos são aceitos “ transformam-se em valores que orientam a nossa ação e as nossas práticas em direção a fins mais genéricos que a simples satisfação de uma necessidade.” Prossegue afirmando que esses direitos ao serem positivados no ordenamento jurídico além de limitarem as ações dos poderes públicos, ajustarão “situações, reivindicações ou conflitos produzidos entre indivíduo-indivíduo, indivíduo-sociedade, sociedade-Estado ou, finalmente, Estado-Estado, no caso da comunidade internacional.” Havia uma proteção jurídica para Alba Valdez, mas ela desconhecia.

As lutas constantes prosseguiram.

Após esses acontecimentos a saúde da tia mais nova foi enfraquecendo, apareceu um câncer de pele e ela fez algumas intervenções cirúrgicas e eu sempre ao seu lado acompanhando. Depois de alguns anos surgiu um C.A. na face. O médico pediu uma cirurgia que demorou quase um ano para acontecer, o que agravou muito o quadro.
(Entrevistada Alba)

Nesse período de grandes gravames em sua vida Alba Valdez conheceu o Espiritismo e Alba Valdez conhece o espiritismo no esforço do autoconhecimento.

Quando a tia do meu esposo descobriu que estava com C.A, ela resolver fazer um tratamento espiritual, então nós fomos para o Centro Espírita André Luiz (CEAL). Eu cheguei lá toda desconfiada, queria saber do que se tratava essa filosofia, eu questionava muito e pensava se eu não gostar, se eu achar estranho, eu não venho mais.
E para minha surpresa, a primeira coisa que me aconteceu, quando eu cheguei no centro espírita foi receber um abraço muito caloroso e aquele abraço foi tão aconchegante, aquela recepção que eu não tinha costume, eu não tinha costume de abraçar as pessoas e era muito difícil pra mim, porque eu fui criada em uma família que não tinha isso. Eu me identifiquei desde o primeiro dia, fiz cursos, estudos, aí tinha uma pessoa que me disse: você vai ser uma trabalhadora desta casa E daí comecei a me conhecer melhor.
(Entrevistada Alba)

Alba segue firme, aplicando o conhecimento espírita em sua vida (“daí comecei a me conhecer melhor”), e sempre prosseguindo no amparo aos familiares, desta vez, como acompanhante da tia do marido para o tratamento de câncer.

Graças às preces e ao magnetismo ela conseguiu enfrentar mais uma cirurgia. Lembro que fui com ela até a porta do centro cirúrgico e ela perguntou se eu não poderia entrar também, tentei mostrar tranquilidade, para que ela não ficasse mais nervosa. Deu tudo certo, mas quando ela retornou para o leito fiquei apavorada com o tamanho do corte, eu temia que ela ficasse com o rosto desfigurado.(Entrevistada Alba)

Um procedimento cirúrgico com um pós-operatório complicado, exigiu de Alba novos esforços e habilidades para auxiliar a enferma. Ela se reinventava a cada desafio, o mais importante era amparar com amor.

Quando voltamos pra casa tive de aprender a fazer o curativo dela. Eles extraíram tecido do pescoço para fazer um enxerto no lugar do corte que tinha sido muito profundo. Eu tinha de cuidar do corte da cirurgia e do buraco no pescoço. Sempre que ia fazer os curativos eu magnetizava tudo o que ia usar e pedia a Deus para restaurar o tecido. E com o tempo fechou, parecia que tudo daria certo. (Entrevistada Alba)

Enquanto executava suas tarefas com dedicação e zelo para que a tia se recuperasse da cirurgia oncológica, a pandemia da Covid-19 se dissemina pelo mundo, um período de apreensão e sofrimento atinge a humanidade, e nesse momento, o estado clínico da tia se torna mais crítico.

Mas chegou a pandemia e o quadro se agravou. O ferimento sangrava e incomodava. Fomos novamente ao médico que indicou a radioterapia, pois a cirurgia não tinha retirado tudo. Novo martírio. Íamos muito cedo para a radioterapia, após algumas sessões o médico me mostrou um raio-X, havia muitos nódulos internos. Ele afirmou que era uma tentativa, mas não havia garantia de reverter tudo. Na última sessão de radioterapia ela bateu o sino, feliz por ter terminado o tratamento, mas não deu certo. Voltamos ao oncologista, que conversou comigo e explicou que não tinha mais o que fazer. Ele indicou outro médico, e ela passou a tomar morfina para suportar as dores. (Entrevistada Alba)

O tratamento de radioterapia não respondeu como fora esperado; a tia passa aos cuidados paliativos, ao uso da morfina e à morte física. Alba tem sentimentos ambíguos, a dor da saudade e ao mesmo tempo o alívio por saber que se o corpo físico havia perecido, o espírito permanecia vivo, com seu corpo espiritual.

Uma vez mais, a entrevistada teve de ir ao Instituto Médico Legal-IML e sente a mesma dificuldade para o reconhecimento do corpo de sua tia, para ela “o corpo sem espírito era uma massa vazia”, e, de certo modo, não identificava a pessoa que ali havia habitado. Essa ambiguidade a fazia, de certo modo, avaliar o que havia conseguido de si sobre o assunto no seu trajeto reflexivo sobre sua espiritualidade.

Foram momentos difíceis. O medo da pandemia, a doença se agravando, até que chegou o fim de seus sofrimentos. Meus sentimentos foram contraditórios. Tristeza e alívio, pois sabia que ela estava bem. O corpo tinha chegado ao seu limite, mas o espírito estava livre. Novamente tive que fazer o reconhecimento. E novamente senti a estranha impressão de que aquele corpo não era a pessoa que me era tão cara. É que o corpo sem o espírito nos parece uma massa vazia. (Entrevistada Alba)

Alba traz o conhecimento do Espiritismo na sua reflexão sobre a morte da tia como prosseguimento da vida. Segundo o pensar espírita, a alma⁴ se une ao corpo na concepção e o abandona após a morte, retornando em sua imortalidade ao mundo dos Espíritos, afirmara Kardec (2016). Em sua visão espírita de imortalidade da alma, Alba compreende que, após a morte, sua tia havia deixado o corpo para desfrutar da liberdade do espírito. A alma é o princípio da vida, como assegura Denis (2011-a, p.142) “a força invisível, indissolúvel, que rege nosso organismo”.

A vida prossegue. A casa estava vazia, aquela mesma casa para a qual muitos anos antes ela teve de se mudar e se adaptar. O objetivo primeiro fora cuidar da avó do marido, mas ela tratara da tia-avó e da tia também.

Quando voltamos para casa senti o espaço cada vez maior e mais vazio. Tivemos que nos reinventar, emocional e financeiramente, pois as mudanças com a morte de familiares acontecem em todas as áreas e é preciso encontrar novos caminhos.
(Entrevistada Alba)

Alba afirma que o fato de cuidar de três idosas, passar períodos como acompanhante em hospitais, envidar todos os esforços para que as cirurgias e os tratamentos acontecessem não lhe foi um fardo. Ela lutou por essas mulheres, buscava resguardar a dignidade de todas elas, garantir-lhes o direito à saúde, previsto na Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

⁴.134-b. As almas e os Espíritos são, portanto, idênticos, a mesma coisa? Sim, as almas não são senão os Espíritos. Antes de se unir ao corpo, a alma é um dos seres inteligentes que povoam o mundo invisível e que revestem temporariamente um envoltório carnal para se purificarem e se esclarecerem. (KARDEC, 2016, p.104)

Ela desejava cumprir os cuidados que percebia como amor e sentia o auxílio espiritual nesta empreitada: “A doutrina espírita me mostrou que eu tinha que cuidar delas e eu tive muita ajuda do meu anjo da guarda, eu tinha muita orientação dele.” Leiamos o contexto desta fala:

Cuidei com muito amor dos parentes do meu marido. Não sinto que foi um peso na minha vida. A dor é necessária, a dor humaniza as pessoas e, sofrer é natural do nosso planeta. A gente sabe que vai sofrer, mas a gente tem de superar, a gente tem de entender, não foi por acaso que eu tive de cuidar delas. A doutrina espírita me mostrou que eu tinha que cuidar delas e eu tive muita ajuda do meu anjo da guarda, eu tinha muita orientação dele. (Entrevistada Alba)

Alba teria consciência de que a saúde é um direito constitucional? Em nosso país, é um direito de todos, inerente à vida, sendo dever do Estado brasileiro prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

A Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, determina:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Constatamos que Alba dispensou os melhores cuidados aos familiares do marido, todavia sua saúde física e psíquica se ressentiu de tantos enfrentamentos, lutas e humilhações, e com as perdas vividas quase entrou em depressão: “Vieram as crises de ansiedade, mas graças a Deus eu não entrei em depressão, a minha fé não deixou.” Observemos o contexto da fala:

Eu tinha que cuidar, era minha missão, eu não podia me abater. É verdade que depois que tudo passou tive sequelas emocionais e físicas. Quando você está no embate, você não sente, mas depois o corpo responde. Vieram as crises de ansiedade, mas graças a Deus eu não entrei em depressão, a minha fé não deixou. Eu fui várias vezes para uma Unidade de Pronto Atendimento-UPA, passando mal. Tive pressão alta, problemas de varizes, parecia que meu corpo estava todo inflamado. (Entrevistada Alba)

Depois de tanto cuidar dos familiares do marido, começa a pensar em sua mãe e a sentir uma grande necessidade de conviver com ela: “me veio a inquietação, a intuição de que eu precisava passar mais tempo com minha mãe que morava no interior”. Parecia sentir que estava próximo do decesso carnal, “meu coração me dizia que esse seria o último aniversário dela”.

Quando pensei que as coisas estavam em equilíbrio, me veio a inquietação, a intuição de que eu precisava passar mais tempo com minha mãe que morava no interior com minhas irmãs e estava sem andar. Ela vivia deitada em uma rede, não aceitava a cadeira de rodas, nem a cama aceitava, o que dificultava os cuidados com ela. Eu penso que se eu morasse próximo a ela a teria convencido e teria sido evitado que seu corpo ficasse debilitado antes do tempo. Em maio de 2021 fui visitá-la. Era o aniversário de 91 anos. Fiz um bolo, preparei uma pequena festa, junto com meus irmãos que puderam estar presentes. Levei a irmã dela comigo o que a deixou muito feliz. Ela passou o dia recebendo telefonemas e homenagens, e à noite, meus irmãos que são evangélicos fizeram uma linda celebração pra ela. Cantamos e oramos em sua homenagem. Foi muito bonito. Ela amou. Louvava e batia palmas. Também fiquei feliz, mas quando voltei para Fortaleza meu coração me dizia que esse seria o último aniversário dela.
(Entrevistada Alba)

Para Alba, a morte da mãe foi o instante mais difícil de sua vida e, ao mesmo tempo, o mais emocionante. Havia saudade e gratidão. Os filhos de vertentes religiosas diferentes se uniram para transformar a partida da mãe em um ato de fé.

A morte de minha mãe foi o momento mais difícil e ao mesmo tempo o mais emocionante da minha vida. Uma mistura de dor, aprendizado e gratidão a Deus, que transformou a despedida dos filhos em um ato de fé. Após a tempestade do sofrimento a serenidade e a certeza de que ela estava em paz nos deu o suporte para vivenciar aquele momento de forma tranquila. E isso não teria acontecido se não tivéssemos a fé como sustentação. Mesmo com as nossas diferentes escolhas religiosas nós nos unimos por amor a nossa mãe.
(Entrevistada Alba)

A entrevistada relata, novamente, que o conhecimento espírita ajudou a superar todas as dificuldades da vida, ressaltando como fizera antes, a presença de seu anjo da guarda amparando-a.

O Espiritismo me ajudou em todas essas provações da minha vida. A fé raciocinada, o conhecimento da vida futura e o amparo do meu anjo guardião e dos meus amigos físicos e espirituais me deram o suporte para superar tudo e agradecer a Deus por ser um pai justo, mas amoroso que embora não tire a cruz dos nossos ombros, nos fortalece e sempre escolhe um amigo para nos ajudar a carregá-la.
(Entrevistada Alba) (Grifo nosso)

A transformação de Alba Valdez em toda a sua trajetória narra superações em uma luta difícil, para sobreviver dentro das agruras do feminino, no entanto, a forma como ela estreita sua relação com a espiritualidade, que vivencia na perspectiva espírita, lhe confere força, destemor e esperança.

4.3.2 Emília: Enfrentamentos cotidianos e a sustentação conferida pela vida espiritual

Seguindo nosso trajeto, vamos trazer uma sucinta biografia da escritora Emília Freitas, pois este será o pseudônimo da nossa próxima entrevistada.

Emília Freitas nasceu em janeiro de 1855 em uma vila que atualmente corresponde ao município de Jaguaruana. Aprendeu as primeiras letras com seu pai, que faleceu quando a escritora ainda era adolescente, o que fez a família se mudar para Fortaleza.

Formou-se na Escola Normal do Ceará, em 1885, sendo também aluna de Francisca Clotilde. Após a morte de sua mãe, Emília se muda com um irmão para o estado do Amazonas, onde conhece seu marido, o jornalista Arthunio Vieira. Em Manaus exerceu o magistério e, no ano de 1900, retornou ao Ceará com seu marido.

O livro Rainha do Ignoto é sua obra mais divulgada, mas publicou o livro de poesias Canções do Lar e o romance O Renegado.

Emília e seu marido fundaram pelos idos de 1900 e 1901, o Centro Espírita Verdade e Luz na cidade de Maranguape. A escritora retornou, posteriormente, a Manaus, falecendo em 18 de agosto de 1908. (Almeida, 2012)

Emília, a quarta entrevistada, é a primeira filha de uma família afetuosa e com boa condição social, o que lhe permitiu o acesso à educação de qualidade, o que veremos ter sido fundamental em sua vida. Demonstra que desde jovem lutou por seu posicionamento independente, em sua vida afetiva e em suas conquistas sociais, atuando em movimentos estudantis e sociais, o que sempre incluía as especificidades das lutas pelos direitos das mulheres. Em relação ao material obtido a partir da entrevista elencamos as categorias de sofrimento: 1) machismo estrutural e 2) preconceito pela orientação sexual.

Venho de uma família de classe média, pais sempre presentes na minha vida, inclusive moro com eles até os dias de hoje. Sou a mais velha de quatro filhos, os outros três são homens.

Considero que tive uma infância segura e tranquila. Nunca me faltou nada no sentido das coisas materiais: colégio, casa, brinquedos, enfim, tive uma condição boa de vida, estudei em colégios particulares, colégios de freira. Eu sou jornalista e professora universitária e estou no doutorado em educação da Universidade Federal do Ceará. Minha mãe é formada em Letras e meu pai em Matemática. Dos meus avós, só minha avó-paterna não sabia ler.

Quando eu olho para minha infância, acho que a dor mais difícil que eu tive foi a perda de um cachorrinho filhote. Pode parecer bobagem, mas que foi muito significativa quando eu tinha oito anos. Ele morreu num final de semana antes de eu levá-lo para o veterinário, e era promessa dos adultos de levar na semana seguinte.

(Entrevistada, Emília)

Ao falar de sua infância, qualifica como segura e tranquila este período, mas a adolescência, por outro lado, foi um período turbulento, pois começaram os confrontos com a

família, que atribui ter sido exasperado por não aceitar a educação conservadora que tentavam lhe impor.

Na adolescência, eu iniciei um processo de descobertas sobre mim, que muitas vezes me levou a conflitos. A partir dos quinze anos comecei a participar de movimentos estudantis, boemias e descobri várias questões que iam em choque com a educação conservadora que eu recebia.

As dores dos primeiros amores, os conflitos de querer se encontrar e de construir o meu caminho com o que eu acreditava e não a partir das educações que eu recebia, causaram muitos conflitos na adolescência. Mas na época eu não associava a dor e sofrimento.

(Entrevistada Emília)

Também na forma de apresentação do corpo, ela parece dizer que rompe estereótipos:

Eu não me permiti ser a expectativa das pessoas, porque eu era magrinha, bonitinha, inteligente, comunicativa, então por isso era para eu ser médica, casar, ter filhos, uma carreira promissora...

E eu mandei tudo para a caixa prego, entendeu? Eu dizia assim: eu vou fazer o que eu gosto.

Raul Seixas tem uma música que diz: Eu vou fazer o que eu gosto! Foi o que eu disse para mim e para eles.

(Entrevistada Emília)

Ao falar sobre os enfrentamentos com sua mãe, no período de sua adolescência, reflete que pode ter havido algum sofrimento, alguma dor, mas que na época ela considerava isso um conflito de gerações.

Já o falecimento inesperado do avô acarretou profunda tristeza, tendo sido, segundo ela, o primeiro encontro com uma morte súbita.

Hoje se eu paro para pensar. Talvez houvesse ali algum nível de sofrimento ou de dor, mas eu via muito mais como um embate, um embate de gerações, principalmente com a minha mãe.

Mas, aos quinze anos, eu senti a perda da primeira pessoa próxima a mim, que foi meu avô, quando ele faleceu, pai da minha mãe. Talvez, de todas as pessoas que faleceram de lá para cá, a morte dele tenha me causado mais tristeza. Não pelo fato da minha ligação a ele, mas pelo fato de a primeira e de uma morte súbita. Ele morreu dentro da minha casa, de aneurisma no coração.

(Entrevistada Emília)

Ela considera que as dores que sentia na juventude e até certo ponto na idade adulta decorriam dos excessos em farras. Ela imaginava que a mãe não sentia amor por ela, mas, após suspender as bebedeiras, esse pensamento foi desaparecendo de sua vida.

Na adolescência eu iniciei um processo de muita farra que acompanhou até perto dos meus trinta e quatro anos. Até os trinta e quatro anos eu fui muito farrista. E essa junção bebida e exagero, penso que com isso eu alimentava dores.

Eu ficava atrás de situações que, de repente, tinham sido chatas, em que eu tinha tido algum conflito, ou algum confronto e eu alimentava isso, de certo modo, nas bebedeiras.

É tanto que depois que eu parei de farrear, alguns desses dramas que eu acho até que, de certa forma, eu criava, eles diminuíram ou praticamente sumiram.

E tudo girava muito em torno de achar que minha mãe não me amava.

(Entrevistada Emília)

De seu pai, menciona que sempre esteve presente, que a acompanhava em nas atividades esportivas e acrescenta que ainda hoje mora com os pais e que a relação é muito boa, mesmo que existam discordâncias.

Por outro lado, a presença do meu pai era muito constante, a vida toda. Desde o dia das mães a assistir ao treino de basquete que eu fazia. Apesar dessas questões, eu tenho uma relação muito boa com os dois, uma coisa construída, e eles me apoiam em tudo que eu faço, mesmo quando eles discordam. Tanto que eu nunca quis sair daqui. (Entrevistada Emília)

Ela fala dos irmãos, da confiança e segurança que tem neles. Em dado momento, a fala muda, os olhos brilham, um amor súbito aparece e ela fala de Espiritismo. Diz que lhe trouxe uma segurança para a vida, por compreender que a morte não impede o contato com as pessoas que amamos. “Depois que eu descobri o Espiritismo, eu entendo que nós continuamos nos comunicando após a morte”. Vejamos o contexto dessa sua fala:

Eu me dou muito bem com meus três irmãos. É uma relação de fraternidade muito intensa com eles três. Cada um do seu jeito, mas eles são muito companheiros.

A sensação que eu tenho é que eu nunca estarei só nesta existência se eles continuarem aqui encarnados.

Depois que eu descobri o Espiritismo, eu entendo que nós continuamos nos comunicando após a morte, então mais certeza eu tenho de que eu não ficaria só, porque de algum modo eles estariam ligados a mim.

(Entrevistada Emília)

O Espiritismo, ao revelar a continuidade da vida após a morte, a possibilidade de comunicação entre os vivos e os “mortos” encoraja para as lutas da vida terrena pela certeza de que um dia poderemos encontrar aqueles que a quem amamos (Denis, 2011-a).

Emília conta suas primeiras experiências no Espiritismo, acompanhando um namorado para um tratamento espiritual, sem todavia estabelecer qualquer vínculo mais forte.

A primeira vez que eu fui ao centro espírita eu tinha dezesseis anos. Isso foi em 1992. Eu fui acompanhar um namorado que estava vivenciando um processo que não se sabia se era um surto psicótico ou se era um caso de obsessão. Ele já tinha passado por muitos médicos, já tinha ido a várias religiões, inclusive a família dele era evangélica.

Mas foi só quando ele fez um tratamento espiritual que as coisas se resolveram. Eu fui com ele, aos dezesseis anos, ao Centro Espírita; entrei, fiquei menos de uma hora, saí para fumar um cigarro e nunca mais voltei.
(Entrevistada Emília)

Depois de um certo tempo, retorna ao centro espírita com outro namorado e começa a conhecer a literatura espírita pelos romances:

Depois retornei ao centro espírita, com um outro namorado, Armando; eu tinha uns vinte anos. A mãe dele era espírita. Foi através dela que conheci os primeiros romances, livros espíritas, o livro de Emmanuel, o livro Paulo e Estevão, um dos livros mais impactantes que li na época, mas não li nada de Kardec. O período que eu estive muito mal, do ponto de vista emocional, que foi no término do namoro com Armando, entre 2000 e 2001, eu frequentei o Centro Espírita Francisco de Assis, fiz o tratamento espiritual, assistia a palestra, mas aí eu não entrei ainda no Espiritismo. Eu lia o Evangelho Segundo o Espiritismo, mas não conhecia o Livro dos Espíritos, não conhecia as obras de Kardec.
(Entrevistada Emília)

Quando se reconhece verdadeiramente espírita, a entrevistada passa a estudar o Espiritismo e a participar ativamente de grupos nos centros espíritas. Conhece diversas casas espíritas e, então, passa a ler Kardec “de verdade”, como ela diz.

Só vim conhecer efetivamente o Espiritismo, e é aí que eu digo que realmente me tornei espírita, em 2015, ou seja, já com quase quarenta anos. Foi quando eu fui para Casa de Francisco, Lar de Clara. E foi a primeira vez que eu li Kardec de verdade, e conheci toda a obra dele. (Entrevistada Emília)

É interessante o que diz Emília sobre sua “entrada no espiritismo” e o que ela nomeia como sendo o processo de se “tornar espírita” (“Quando eu me reconheci espírita, iniciei o processo de me tornar espírita). Nesse período, houve uma busca intensa dos saberes espíritas.

Quando eu me reconheci espírita, iniciei o processo de me tornar espírita, que eu considero que foi estudar o Espiritismo e buscar me melhorar. E junto com isso veio participar ativamente dos centros espíritas. Conheci o Centro Espírita André Luiz (CEAL) em 2017, quando eu fiz uma formação on-line. Conheci principalmente o Cícero, com quem tive uma identificação muito forte. De 2017 a 2018, eu fiz outras formações. Eu fiz uma formação on-line mediúnica no Centro Espírita André Luiz (CEAL) e participei de uns dois, três estudos que o Cícero promoveu, associado ao CEAL e associado também a um grupo particular ao qual ele faz parte.
(Entrevistada Emília)

Ela dá ênfase a importância dos amigos em sua vida e de como o Espiritismo abriu uma nova perspectiva para entender o outro e valorizar relacionamentos, a partir do momento em que compreendeu suas próprias imperfeições:

Em termo das relações de amizade, eu sempre tive amizades muito sólidas com amigas e amigos que foram e que são ainda presentes na minha vida. Não vejo, nas relações de amizade, sofrimentos. Eu tenho um princípio que é assim: se alguém é importante para mim, e se de algum modo essa amizade, essa relação está com problema, ou ameaçada de acabar, se a pessoa é importante, eu vou atrás. E vou mesmo. De corpo e alma e toda a intensidade que eu possa. E eu sempre faço isso. De todos os tipos de relação, para mim, a mais importante é a amizade. (Entrevistada Emília)

Explicita sua ideia de amizade, mostrando que já começa a ler certos processos de sua vida com a visão reencarnacionista na perspectiva espírita:

Em relação à amizade, o que o Espiritismo me trouxe foi a compreensão de que há ciclos e que às vezes a gente se aproxima e se afasta das pessoas e isso faz parte dos nossos processos de aprendizado reencarnatório. O Espiritismo me fez entender as antipatias gratuitas que eu provocava em algumas pessoas ou que elas provocavam em mim e isso eu comecei a trabalhar de forma mais tranquila, eu comecei a contemporizar essas antipatias. O Espiritismo me ajudou a querer algo para além do superficial, em termos de amizade e em outros tipos de relacionamentos. (Entrevistada Emília)

Em seguida, começa a falar de dor (“se perceber imperfeita, dói”), e o faz em meio a um processo de autoconhecimento, vivido a partir de sua compreensão de si como espírito imperfeito ainda, que vai se conscientizando do que há de se mudar.

Eu comecei a perceber que as pessoas são como eu, imperfeitas, e não é fácil isso; se perceber imperfeita, dói. Com o Espiritismo, eu percebi que eu tinha inveja, que eu tinha preguiça, eu percebi que eu tinha maledicência, coisa que eu achava que não tinha. Ai o Espiritismo me explicou o que era inveja, me ensinou a assumir que eu não sou boa, no sentido da palavra, dentro da perspectiva espírita, que eu sou uma pessoa má no sentido que não sou perfeita, mas eu não fico planejando coisas más. E descobrir isso, dói. (Entrevistada Emília)

Sofre preconceitos por suas experiências, inclusive nos movimentos sociais que atuava:

Pelo meu jeito de ser, pela bissexualidade, enfim, algumas pessoas dizerem assim ela tem um jeitinho, um jeito de ser muito homem né? Mas assim eu só percebia a pressão porque eu participava de movimentos políticos, sociais. Então, eu entendia que havia preconceito, que havia um machismo ali. Um dos meus primeiros namorados, toda vez que ele chegava, passava a mão nas minhas costas, para saber se eu estava de sutiã. Eu odiava sutiã. E eu terminei com

ele, mesmo gostando muito dele, eu disse que não ficaria na gaiola que ele queria me colocar e chorando terminei meu namoro.

(Entrevistada, Emília)

Insurgia-se contra o machismo dos namorados, acabando relacionamentos que sentia o masculino querendo se sobrepor ao feminino. Não encontramos nas outras entrevistadas uma atitude assim, tão declaradamente aberta contra as regras que a estrutura patriarcal da sociedade quer impor às mulheres, mas é importante considerar que dentre as participantes Emília era única com boa condição financeira, o que, certamente, lhe dava mais condições de manifestar sua voz. Devemos reflexionar que as conquistas das mulheres não surgiram do dia para a noite, nem foram concedidas pelos homens, na verdade são o resultado de muitas lutas. Enquanto uma de suas avós não vivenciou o direito à educação, Emília faz desse direito sua vida.

O caminho a ser percorrido para a defesa dos direitos humanos não pode ser ditado por ninguém, pois cada um agirá a partir de seu contexto cultural, o que se pode fazer é iluminar o percurso e identificar os meios necessários para que todos edifiquem seus próprios caminhos (Flores, 2009). Edificar o caminho para vivenciar direitos tem sido um processo de intensas lutas para as mulheres e para compreendermos como é tardio o direito das mulheres, vamos fazer um breve histórico, onde veremos como vão comparecendo ideias de direito até o direito a ter direitos nas conquistas históricas feitas pela mulher.

Mostraremos alguns marcos antigos, passaremos por algumas questões e suas temporalidades, até chegarmos na modernidade. Nos pontos levantados no curso da história dos direitos humanos, escolhemos dizer, mesmo nos limites do texto aqui exposto, o quão a questão das mulheres é relegada, mesmo quando outros direitos estão sendo considerados.

É preciso dizer que escrever sobre o percurso dos Direitos Humanos não é tarefa fácil, pois as diferentes escolas de pesquisadores nos encaminham por trilhas diversas, enquanto alguns consideram determinados fatos como significativos, outros os tomam por irrelevantes.

Paiva (2013, p. 32) em sua abordagem sobre a construção histórica dos Direitos Humanos estabelece três limites, sendo o primeiro deles que “não há uma abordagem definitiva sobre a evolução da noção de Direitos Humanos na história. Qualquer enfoque é sempre motivado por escolhas”, ou seja, ao percorremos um caminho deixaremos outros de lado e algo será omitido, alguns aspectos terão relevo e outros não. Para o historiador “o segundo limite, derivado do primeiro está no fato de que quaisquer abordagens são sempre incompletas, parciais e provisórias, como tudo no conhecimento histórico. ”

O terceiro limite que ele se impõe como historiador é “desconfiar sempre das chamadas construções históricas. Elas sempre me dão a impressão que estamos à procura de um elemento

primitivo, gerador de tudo.” O autor traz a reflexão de que essa busca nos pode conduzir, equivocadamente, a acreditar que encontraremos um marco inicial “um lugar, um momento, um fato, uma personagem na qual tudo começou.” (Paiva, 2013, p.32).

Essa busca pelo local, o instante e a pessoa, tem sido considerada por uma corrente de pesquisadores como a *primeira carta de direitos humanos*, um artefato de cerâmica, descoberto nas ruínas da Babilônia no final do século XIX, que carrega um texto em escrita cuneiforme, datado do ano de 539 a.C. Trata-se do Cilindro de Ciro. Segundo com Rossi (2005, p. 105):

Eu busquei o bem-estar da cidade de Babilônia e reconstruí todos os seus santuários. Quanto à população da Babilônia [...] aliviei seu peso...[...] Reconstruí os santuários que tinham sido dilapidados e repus em seus lugares [as imagens de seus deuses]. Eu reuni todos os seus povos e os fiz retornar às suas habitações [...] Que todos os deuses que repus em seus santuários peçam todos os dias a Bel e a Nebo por mim, e mencionem minhas boas ações [...].

O teor do documento autorizava a repatriação dos povos sujeitados, como também concedia liberdade religiosa. Segundo Rossi (2005, p. 111-112), o Cilindro de Ciro conferia certa autonomia cultural aos povos assujeitados, pois que havia razões políticas e militares para a adoção dessa política agregadora em oposição à que era adotada por seus antecessores. “O decreto de Ciro era apenas uma ilustração de sua política geral”, ou seja, o que se externava no documento estava mais relacionado ao controle do território do que aos reais interesses dos oprimidos.

Rocha (2020, p.64) também entende que Ciro determinou a elaboração desse documento como forma de se apresentar como um rei justo e pacífico e considera que o Cilindro de Ciro tem sido indevidamente usado como uma carta de direitos humanos da Antiguidade. Para alguns historiadores, a intenção subjacente ao texto descaracteriza a qualidade de “carta de direitos humanos”, enquanto para outros o fato de o documento conceder uma maior liberdade aos oprimidos configura um marco inicial.

Prosseguindo na historicidade dos direitos humanos, trazemos o modelo ateniense dos séculos IV e V a.C, que respeitava a liberdade de expressão e a vontade dos *cidadãos livres*, enquanto para as mulheres, os estrangeiros e os escravos nem liberdade de expressão nem vontade. Atravessando os séculos e chegando à Idade Média, encontramos, na Europa, estruturas hierarquizadas “estratos sociais fechados, sem mobilidade e permanentes”. Os direitos estavam relacionados à origem, ao nascimento e o *status quo* era imutável, a nobreza e o clero as classes dominantes e os demais eram servos. As desigualdades se perpetuavam e

eram consideradas naturais (Guimarães, 2010). Não havia expectativa dos subordinados usufruírem uma parcela mínima de direitos, e a opressão extrema ia atravessando gerações.

Segundo Lopes (2022, p. 30) alguns autores consideram que a Magna Carta de 1215 do rei inglês João sem Terra e os Barões foi o primeiro documento a trazer uma mudança de concepção em relação aos direitos. A pesquisadora, no entanto, apesar de validar, com suas reflexões históricas, a existência de uma preocupação sobre o homem e seus direitos, acaba por reconhecer, porém, como o faz Bobbio (1992), que “a teoria dos direitos do homem é moderna”.

Nesse sentido, assente Elisabeth Guimarães (2010, p.99) que a caminhada para o Estado Moderno apresenta seus primeiros passos nas manifestações contra o abuso do poder real. As reivindicações aconteciam pelo cerceamento da liberdade e impedimento de participação em decisões políticas, além dos reclamos devido a uma tributação excessiva. “A Carta Magna inglesa é o primeiro documento de caráter constitucional a expressar o descontentamento e a necessidade de garantir esses direitos”, admite a autora (idem, p.99). Nesse documento, o poder real estava submetido às liberdades individuais dos súditos. Aveline (2023, p. 07 *apud* Hayes, 1921) esclarece que a Magna Carta é um documento de paz com contornos comerciais, que garantiu direitos à nobreza, ao clero, mas algo concede aos comerciantes e autônomos que morassem nas cidades e vilarejos.

Lopes (2022) defende que os antecedentes teóricos da teoria dos direitos humanos nasceram com o Humanismo, no século XIV, e fizeram surgir uma nova ética, com mais liberdade, autonomia e reconhecimento da iniciativa humana. Afirma, também, que a Reforma Protestante contribuiu para o individualismo (liberdade de consciência), o pluralismo (fim da unidade religiosa), o relativismo e a tolerância. Entre os séculos XVI e XVIII, as estruturas da Idade Média foram desaparecendo e a burguesia, ascendendo, foi dando origem a importantes transformações, apesar das contradições.

Conforme Lynn Hunt (2009, p.19), três qualidades são essenciais aos direitos humanos: “devem ser naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte)”. Tais características, todavia, não bastam, sendo necessário um conteúdo político mais amplo e aprofundado para que essa visão não fique mera retórica, vazia de prática social. Defende a autora que essas particularidades ganharam uma expressão política direta, “pela primeira vez, na Declaração de Independência americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão adotada na França em 1789” (idem, p. 19).

Trazemos fragmentos da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América aprovada em 04 de julho de 1776, para podermos perceber a própria evolução do que se ia conseguindo em termos de direitos humanos. Chamamos a atenção para a ideia de que se definia nesse documento da Declaração, que seriam “essas verdades evidentes por si mesmas” e que seria o Criador que nos concedia “os direitos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a procura da felicidade”.

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.

(Grifo nosso)

Levantando excerto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão adotada na França em 27 de agosto de 1789, temos também a ideia, que vem de Rousseau, das Assembleias ou do contrato social. E retoma-se os direitos que eram considerados inalienáveis, sempre no anseio de garanti-los como saber e conquista do corpo social.

Os representantes do povo francês, constituídos em ASSEMBLEIA NACIONAL, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos, **resolveram expor em declaração solene os Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres;** a fim de que os atos do Poder legislativo e do Poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Por consequência, a ASSEMBLEIA NACIONAL reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão:

Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º- O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

(...)

Artigo 4º- A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei.

(Grifo nosso.)

Observamos que em ambas as declarações está patente que, no plano dos artigos está o texto que indica o reconhecimento da igualdade e da liberdade para todos. Lynn Hunt (2009, p.18) considera que a afirmação de *autoevidência* é de extrema importância para os direitos humanos, todavia aponta o paradoxo: se a igualdade dos direitos é evidente por si mesma, por que houve determinados momentos e lugares em que isso não era evidente e ela precisou de muita luta para que fosse declarada? “Como podem os direitos humanos ser universais se não são universalmente reconhecidos?”

Entendemos que o cerceamento por alguns grupos ou coletivos humanos dos direitos de igualdade e liberdade de outros, culminou com momentos e lugares específicos onde seria propício que essa *autoevidência* fosse declarada. Em algum momento, as camadas sociais oprimidas, com direitos sonogados por longo período, insurgiram-se contra o que estava posto e exigiram o reconhecimento de seus direitos.

Lynn Hunt (2009, p.25) sustenta que os direitos humanos não se baseiam somente em documentos, mas, também, em “um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado no mundo secular”.

Pondo essas questões para que se veja que não há argumentos tácitos, mas lutas permanentes, mesmo no plano das defesas e contraditas, e de acordo com Lopes (2022, p. 34), há cinco fases no desenvolvimento da compreensão pública dos direitos humanos (órbita internacional) e direitos fundamentais (órbita nacional). 1) As *declarações*, que reconhecem os direitos; 2) a *positivação*, que visa à proteção desses direitos, com a incorporação à ordem jurídica constitucional; 3) a *generalização*, que reconhece os direitos para todos; 4) a *universalização*, que é o reconhecimento dos direitos a todos os seres humanos; 5) e a *especificação*, o reconhecimento de novos sujeitos titulares.

Do exposto também se depreende que as ideias de autonomia e igualdade sempre estiveram atreladas às de direitos humanos. Se não havia autonomia, não havia igualdade, e em consequência nenhum direito a ser exigido.

É bom ressaltar que após a revolução francesa, muitos assumiram a defesa “em favor dos protestantes, judeus, negros livres e até escravos, ao mesmo em que se oporiam ativamente a conceder direitos às mulheres”. De igual modo, após a independência dos Estados Unidos houve intenso debate sobre o escravismo, mas nenhuma palavra sobre as mulheres. (HUNT, 2009, p. 67). Permaneciam relegadas em seus direitos e os que lhes eram concedidos estavam restritos a uma autonomia na esfera doméstica. De acordo com Hunt (2009, p. 67), as mulheres

“possuíam os direitos de um cidadão passivo: o direito à proteção de sua pessoa, propriedade e liberdade”. Convém lembrar que até esses direitos, muitas vezes eram cerceados, pois regulados pelo pai ou pelo marido, e somente quando as mulheres passaram a participar das atividades públicas conquistaram o patamar de “cidadão ativo”.

Em 1948, após os horrores da segunda guerra mundial, período em que os direitos humanos foram violados de forma atroz, tornou-se imprescindível a elaboração de um documento que tivesse força para alcançar todas as nações e todos os povos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada em Paris em 10 de dezembro de 1948, tendo sido elaborada por representantes de vários países, que trouxeram em seu preâmbulo o texto que segue:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi instituída, ainda em 1948, a partir da criação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) através da Carta de Bogotá. Lopes (2022, p.154) elenca os principais documentos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), dando destaque à *Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem*

(DADDH), a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) ou Pacto de San José da Costa Rica* (direitos individuais e políticos) e ao *Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou Protocolo de San Salvador (PSS)*, que trata de direitos econômicos, sociais e culturais.

Não devemos deixar de indicar, pela sua importância em uma visão histórica, o chamado Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) ou Protocolo de San Salvador (PSS). É importante vermos aqui um avanço na história das aquisições e conquistas sociais dos direitos: a “estreita relação que existe entre a vigência dos direitos econômicos, sociais e culturais e a dos direitos civis e políticos, por motivo de as diferentes categorias de direito constituírem um todo indissolúvel” e que, por isso, “tem sua base no reconhecimento da dignidade da pessoa humana”.

Constatamos que, apesar das convenções que foram realizadas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), os direitos das mulheres foram omitidos por muitos anos. Somente no ano de 1979, foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, e vale dizer que esta foi impulsionada pela proclamação de 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

As Nações Unidas, então, aprovaram a *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*, que apesar de ter recebido grande adesão pelos Estados-membros, foi o documento que mais recebeu reservas com argumentos de base religiosa, cultural ou legal. Para alguns países, o Comitê, ao impor a igualdade entre homens e mulheres estava praticando “imperialismo cultural e intolerância religiosa. (Piovesan, 2022).

A Convenção de 1979 dispõe sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, todavia, como bem pontua Piovesan (2022, p.307), “não enfrenta a temática da violência contra a mulher de forma explícita, embora essa violência constitua grave discriminação”.

Chegamos em 1993, ao ano em que a Conferência Mundial de Direitos Humanos aconteceu em Viena e nos trouxe questões das mulheres com mais vigor: como inalienáveis, e constituindo parte integral e indivisível dos direitos humanos universais.

18. Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.

A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e

valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Pode-se conseguir isso por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência à saúde e apoio social.

Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta todos os Governos, instituições governamentais e não – governamentais a intensificarem seus esforços em prol da proteção e promoção dos direitos humanos da mulher e da menina.

(Grifo nosso)

Com esse breve histórico sobre os direitos humanos e as limitações impostas às mulheres, retornamos a Emília, em seus enfrentamentos:

Se eu enfrentei minha mãe e meu pai para fazer o que queria, eu não namoraria com quem queria me podar.

Em algumas situações, nas relações afetivas, somente depois a pessoa percebe que estava sendo submissa. Eu não percebia no processo. Eu era a que fazia bullying, a que gritava, eu brigava na rua, de bater, de murro mesmo. Parei uma calourada na reitoria, numa briga. Eu e três amigas contra sete homens.

Meu cabelo crespo foi alvo de preconceito, porque eu sou da Comunicação e fui atrás de um estágio em um canal de TV e como meus cabelos eram longos, para eu conseguir o estágio eu teria de alisá-los. Nunca mais apareci lá.

(Entrevistada, Emília)

Ao descrever algumas questões que são metáforas de diferenças que ela mostra ora como singularidade ora como algo que lhe fazia vivenciar preconceitos e discriminações, refere-se, sobre sua saúde, a sérios problemas respiratórios decorrentes de uma asma crônica. Menciona, no momento, um incômodo no ouvido que nunca passava e que se curou em um tratamento no Centro Espírita André Luiz.

Eu acho que tenho algumas mágoas dessa limitação que a minha respiração asmática me traz. Acho que talvez eu tenha sido burra e teimosa por ter fumado.

Eu entrei na natação por causa da asma, a asma me causou muito sofrimento. Eu hoje percebo que eu tenho que melhorar a minha alma, que eu sou fraca porque meu orgulho é muito grande, minha vaidade. E se a asma for embora de vez, eu corro o risco de voltar a fumar, ganhar outras doenças. Eu não vejo como isso maturidade mas como estratégia. Eu realmente acredito que a doença pode me ajudar.

(Entrevistada Emília)

E continua explicitando suas dores, agora apresentando outro ângulo de uma visão de si, em que narra uma lembrança reencarnatória:

Eu tinha uma dor no ouvido. Fui a vários otorrinos e eles diziam que só tinha um pequeno vermelhão no ouvido. Passavam um remedinho, melhorava, mas não curava. E eu dizia tem de ter uma úlcera aí dentro, porque esse ouvido está horrível e nada de resolver.

E aí eu estava nesse sofrimento e dialogava com um dos espíritos, que era esse obsessor, que hoje é meu amigo, o Antenor.

Em um determinado momento eu piorei do ouvido, muita dor e a minha amiga fez magnetismo em mim e enquanto ela aplicava, eu me transportei a uma existência passada com o Antenor em que eu me via sendo segurada, a cabeça assim de lado, e eles colocavam uma cobra, aquelas víboras pequeninhas, para entrar dentro do meu ouvido e eles iam empurrando pra ela entrar, e quanto mais eles empurravam, mas ela se enervava e ela saía picando.

Então, ela entrou no meu ouvido e me matou, foi o que eu entendi, mas eu não vi a morte.

(Entrevistada Emília)

A entrevistada conta que em um momento de “sofrimento”, em ocasião de “muita dor”, se transportou “a uma existência passada” em que era submetida a uma espécie de tortura com cobras empurradas em seu ouvido. Em dado instante, ela percebe ter morrido nessa ocasião. Revisitamos sobre o assunto.

Temos enfatizado no pensamento de Denis, no que está mais ligado ao nosso recorte de pesquisa, a responsabilidade do ser humano sobre seus atos, o fato de este ser “artesão de seu próprio destino”. O autor situa o sofrimento na imperfeição humana, conforme é proposto e sabido do pensar espiritista, que também diz que a reflexão sobre o sentido espiritual da existência progride com a evolução da humanidade.

Mesmo assegurando a existência das comunicações entre espíritos do chamado mundo invisível e do mundo visível, Denis (2011) não deixa de anotar ainda estão presentes “os abusos, as superstições pueris, os sacrifícios supérfluos”.

Conforme Pires (2003, p. 96), no espiritismo temos um cristianismo que volta a suas origens, recupera aspectos vedados pelo formalismo religioso e traz a comunicabilidade dos espíritos, com “o processo natural da relação dos espíritos com os homens restabelecendo-se na atualidade”.

A reencarnação confere ao sujeito humano a tarefa de trabalhar por si e pelos outros, por isso, a importância da solidariedade (Denis, 2011 b). A ideia de refazermos, tanto como indivíduo quanto conjunto social, o que fizemos e que se desviou no compromisso solidário com a humanidade, não é facilmente compreendida.

Nesse ambiente reflexivo, voltemos a Emília Freitas, quando narra como, após a lembrança reencarnatória passou a assumir sua responsabilização sobre o que lhe vinha do passado para elaborar:

O interessante é que essa terrível cena aconteceu, mas eu não me senti mal, eu fiquei feliz. Porque eu entendi que naquele momento, eu estava pagando por uma tortura que eu tinha feito, várias vezes. Aquela maneira de matar era minha. Eles estavam fazendo comigo o que eu tinha feito com eles.

Naquele momento eu iniciei um processo de arrependimento. E quando eu tive de novo a dor eu me emocionei muito e agradei a Deus. A reparação eu faria na vida mesmo.

Nunca mais senti a ferida nos ouvidos. Uma coceirinha aqui outra acolá, típica da alergia, mas sumiu por completo. E não usei nenhum remédio para sumir a ferida. O remédio foi o magnetismo, o meu pedido de perdão e agradecimento a Deus. Acredito nisso mesmo, sem ter dúvida, inclusive a magnetizadora deu algumas percepções que comprovava com o que eu via, porque ela descreveu como eu era e era a mesma pessoa que eu via.

(Entrevistada Emília)

Emília conclui a entrevista ressaltando a importância do Espiritismo para ela:

O Espiritismo é um presente de Deus para mim.

Em relação à minha saúde, à cura do ouvido, à asma, em relação a entender o meu autoritarismo, que eu já sabia que existia, em relação a entender a minha soberba. As minhas indignações com as questões sociais, as minhas revoltas com as desigualdades, perceber os meus vícios morais, perceber como Deus é lindo.

E se essa minha existência vai servir pra alguma coisa foi porque eu conheci o Espiritismo. E eu falo do Espiritismo, não do centro espírita. Eu amo estar no Centro Espírita André Luiz, eu gosto demais do Centro Espírita Bezerra de Menezes que é outro centro espírita que eu trabalho. Eu gosto do Coletivo Girassóis, do grupo particular Entre Amigos, que eu faço parte, o diálogo com os espíritos, saber que meu anjo guardião me responde, saber que Deus permitiu a gente ter acesso a informações que podem ajudar a gente a melhorar, tudo isso é muito forte pra mim.

O Espiritismo revoluciona a minha vida todo santo dia.

(Entrevistada Emília)

A trajetória de Emília tem sido de enfrentamentos, tanto na defesa do que é significativo para sua individualidade como para o que ela deseja para a sociedade.

4.3.3 Serafina: muitas escolhas na caminhada

A próxima entrevistada traz como seu pseudônimo o nome da escritora Serafina Pontes, em uma homenagem a esta literata.

Serafina Pontes nasceu no Rio de Janeiro em 7 de outubro de 1850, e, filha de mãe solteira, foi entregue a uma importante família cearense. Aos vinte anos (20) anos, chegou ao Ceará com seu pai adotivo, que atuou como médico e político na cidade de Sobral.

Serafina teve sérios problemas com a visão e muitos de seus poemas foram ditados aos amigos que os transcreviam para o papel. Após o falecimento de seu pai, Serafina passou por muitas dificuldades, mas conseguiu, em 1894, publicar o “Livro d’Alma”, que traz o prefácio de Francisca Clotilde.

Serafina morreu solteira, aos 73 (setenta e três anos) de idade, no dia 11 de outubro de 1923 em Fortaleza. (Almeida, 2012).

Em relação ao material obtido a partir da entrevista com **Serafina Pontes**, emergiram as categorias de sofrimento: 1) estupro de vulnerável; 2) exploração de trabalho infantil; 3) privação material.

Serafina Pontes inicia sua narrativa contando que foi fruto de um caso passageiro de sua mãe com um rapaz que era usuário de drogas ilícitas. De seu nascimento até os três anos de idade, morou com sua avó materna que nunca permitiu o contato da neta com o pai biológico.

A mãe da entrevistada foi obrigada a casar-se e, após a união forçada, o casal levou Serafina para morar com eles.

Estou com quarenta e dois anos. Nasci em São José dos Campos, São Paulo. Quando minha mãe engravidou, ela era jovem e meu pai também, eles nem eram namorados. Minha avó materna, Dalva, proibia o contato do meu pai comigo e com minha mãe, porque ele era usuário de drogas e se metia em coisas erradas.

Até os três anos eu morei com minha avó Dalva e o segundo marido dela, vô Bento, mas minha avó obrigou minha mãe a casar com meu padrasto, um homem mais velho chamado Harasser e eu fui morar com eles após esse casamento forçado. (Entrevistada Serafina)

Ela acreditava que o marido de sua mãe era seu verdadeiro pai. A certidão de nascimento de Serafina atestava que o padrasto era seu pai, não havia razão para desconfiar. A partir dos dez anos de idade, a menina começou a estranhar os olhares maliciosos de seu pai e a sofrer com as atitudes dele. Ela pensava: “Olhares de pai para a filha? Com dez anos, eu não entendia.”

Dos 10 aos 13 anos foi a fase mais difícil da minha vida. Eu morava em São Paulo com minha mãe e meu padrasto, só que eu não sabia que ele era meu padrasto, eu pensava que ele era meu pai, na certidão de nascimento era ele o pai. (Entrevistada Serafina)

Muitas vezes eu estava tomando banho e via que ele me espiava da janela. Eu não conseguia entender aquilo. Olhares de pai para filha? Com 10 anos eu não entendia, mas sofria e comecei a me fechar. Até que houve um acidente comigo e meu padrasto pediu ao vizinho para nos levar ao hospital. No carro em direção ao hospital, meu padrasto me sentou no colo dele e me apertou muito forte e me senti muito mal e nunca mais fui a mesma criança, fiquei com medo passei a trancar a porta e eu via que ele forçava, tentando abrir. (Entrevistada Serafina)

Durante três anos, a menina sofreu a perseguição de seu padrasto e tentava de todas as formas esconder seu corpo daquele homem que pensava ser seu pai. Serafina, em sua fala, faz questão de ressaltar que não houve estupro. “Houve coisas horríveis”.

Eu pensava “eu sou a única filha mulher” e eu não entendia aquilo. E as investidas continuavam, pela janela do banheiro. Não houve estupro, mas houve coisas horríveis.

Eu tinha muito medo e, quando minha mãe ia trabalhar, eu ficava aflita. Sempre procurava um jeito de me cobrir toda com roupas largas, me enfeitava para não chamar a atenção, e sempre queria ficar na casa dos meus avós, pois tinha medo.
(Entrevistada Serafina)

Importante anotar que não discutiremos as sanções penais passíveis de serem aplicadas, no entanto apresentamos a tipificação do crime no Código Penal:

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:
Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos
(...)

Depois de sofrer muito tempo calada, quando decidiu contar a sua mãe não recebeu o acolhimento esperado, mas palavras evasivas de que a filha estava confusa, que havia se enganado, “que não existia aquilo”. O sofrimento prosseguiu até o dia em que ela resolveu falar com um padre de sua confiança e ele a encaminhou para um convento.

Eu demorei muito para contar para minha mãe e quando contei ela disse que eu estava confusa, que ele não me olhava no banheiro, que não existia aquilo. Um dia conversei com um padre da igreja que eu frequentava e ele me sugeriu ir para um convento e eu lá fiquei por um período de 10 meses. Eu era uma menina triste e tinha medo de tudo, eu me achava sem valor.
(Entrevistada Serafina)

Sem amparo, ela aceitou ir para o convento e passou dez meses lá, retornando para casa somente ao saber que sua mãe havia se separado do padrasto, porque descobriu muitas traições.

Quando eu saí do convento minha mãe já tinha se separado, ela descobriu muitas traições dele, inclusive na nossa casa. Fomos morar em Vitória no Espírito Santo. Foi um tempo muito difícil. Com a separação a situação financeira ficou muito difícil e a gente passava muita fome.
(Entrevistada Serafina)

Depois da separação, a mãe de Serafina decidiu se mudar com os filhos para o estado do Espírito Santo. A moradia ficava em um sítio e a família viveu um período de muitas privações, por muitos dias se alimentaram somente de abacates. Além da penúria, havia muitos carrapatos, que causaram uma doença nos olhos das crianças.

Fomos morar em um sítio e tinham muitos carrapatos. Meu irmão e eu pegamos uma infecção nos olhos por conta disso. Nesse sítio tinha um pé de abacate na frente da casa e a gente comia abacate dia e noite, café da manhã, almoço e janta. Meu irmão e eu, até hoje, a gente não suporta abacate.
(Entrevistada Serafina)

Os dias se passavam na escassez, a mãe trabalhava dia e noite, privava-se de se alimentar em prol dos filhos, até que conseguiu uma creche para o filho mais novo, no entanto, para Serafina ser aceita no mesmo lugar em que o irmão ficaria foi obrigada a trabalhar. “Eu lavava fraldas, fazia várias coisas e não ganhava nada, só a comida mesmo. Eu era pré-adolescente.”

Minha mãe conseguiu um emprego, trabalhava dia e noite. Ela não comia, trazia o almoço para nós.

Até que ela arranhou uma creche para meu irmão. Para me aceitarem, eu tive de trabalhar lá, eu lavava as fraldas das crianças, fazia outras coisas e não ganhava nada, só a comida mesmo. Eu era uma pré-adolescente.

(Entrevistada Serafina)

Ao tempo em que Serafina trabalhava na creche, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069/1990, estava vigente e autorizava o trabalho a menores de quatorze anos somente na condição de aprendiz:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Mas Serafina nem de longe exercia um trabalho de menor aprendiz, muito pelo contrário, ela laborava em condição de trabalho explorado e ainda era submetida a maus-tratos diariamente. Havia uma constante afronta à dignidade humana. Uma funcionária da creche chegava ao ponto de queimar as crianças com pontas de cigarros.

Vale anotar que a Emenda Constitucional Nº 20 de 1998, promoveu mudanças na faixa etária permitida ao menor aprendiz: “art.7º (...) XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.” Assim sendo, a proibição de qualquer trabalho ao menor de quatorze anos, torna o art.60 do Estatuto da Criança e do Adolescente inconstitucional.

A entrevistada conta que sofria por ela e pelo irmão pequeno, que era obrigado a comer alimentos muito quentes e, muitas vezes, era trancado em um quarto. Além de todo esse sofrimento, um zelador da creche tinha olhares maliciosos para ela.

Tinha uma funcionária da creche que maltratava muito as crianças. Era uma creche pública. Ela queimava as crianças com cigarro, obrigava a comer comida muito quente, enfiava pela goela, rasgando mesmo.

Meu irmão até hoje não come feijão, porque ela tirava da panela quente e fazia ele comer e ele ficava com a boca toda machucada. Ela batia muito no meu irmão, e muitas vezes, ela trancava em um quarto e eu escutava os gritos dele. Eu sofria por mim e por ele. Foi uma experiência muito triste. Eu também apanhei muito.(...)

Tinha um zelador na creche que me olhava com um olhar estranho. Um dia ele correu atrás de mim. Eu não me esqueço dessa cena, correndo em um campo muito grande, corria muito. Graças a Deus ele não me pegou.

(Entrevistada Serafina)

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, constando dentre seus dispositivos que “a criança deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade.”

A positivação dos direitos fundamentais da criança, seja na esfera nacional ou na esfera internacional, não tem garantido a efetivação de uma educação que favoreça às crianças com paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. Para De Souza (2019, p.204) os fundamentos do princípio da proteção integral da criança precisam ser “internalizados pela família, pela sociedade e pelo Estado, de modo que se comprometam verdadeiramente com a proteção dos direitos humanos e fundamentais das crianças e adolescentes.” Serafina não encontrou proteção na família, haja vista sua mãe ter invalidado o sofrimento da filha e, na creche pública, era maltratada e realizava trabalho infantil sob exploração. O Estado, representado pela funcionária da creche, tinha o dever de preservar os direitos de Serafina, no entanto a subjugava na realização de trabalhos sem remuneração e que não condiziam com a sua idade, com agravante de infligir castigos cruéis.

Em Herrera Flores (2009, p.208), assumir uma responsabilidade individual implica uma corresponsabilidade em relação aos outros, sendo o maior compromisso com os direitos humanos promover “as condições e as possibilidades sociais, econômicas, culturais, políticas e jurídicas de ter, exigir e garantir as responsabilidades que assumimos nesse processo de humanização do humano.”

A vida transcorria em sofrimento, quando um tio de Serafina soube da situação da irmã e dos sobrinhos e convidou-os para morar com ele em Minas Gerais. A mãe viajou com os filhos de Vitória no Espírito Santo para Belo Horizonte em Minas Gerais, pois na capital mineira pegariam o trem para a cidade de Coronel Fabriciano no chamado Vale do Aço. Sem dinheiro para hospedagem, a família dormiu na rua até o dia de pegar o trem.

Um irmão da minha mãe soube da situação difícil que a gente vivia e chamou a gente para morar em Coronel Fabriciano que fica no Vale do Aço em Minas Gerais. Saímos de Vitória e fomos para Belo Horizonte para pegar o trem. Minha mãe não tinha dinheiro para hospedagem e nós dormimos na rua.

(Entrevistada Serafina)

A viagem de Belo Horizonte à cidade de Coronel Fabriciano foi feita em um trem cargueiro de minério de ferro e durou quatorze horas. Serafina narra que ela e o irmão tinham fome, mas não havia alimentos. No mesmo trem, viajava uma senhora muito pobre com duas crianças que levava apenas um pacote de biscoito para alimentar os filhos, mas vendo a situação de Serafina e do irmão dividiu os biscoitos com as quatro crianças.

Nós viajamos em um trem cargueiro, cheio de minério e passamos quatorze horas aspirando o ferro. A gente não tinha nada para comer, mas nesse cargueiro ia uma senhora com duas crianças e ela tinha só um pacote de biscoitos para os filhos dela, mas ela dividiu comigo e com meu irmão. Era biscoito recheado de limão, nunca esqueci.

(Entrevistada Serafina)

A viajante do cargueiro, desprovida de mínimos recursos financeiros demonstrou imensa solidariedade com Serafina e o irmão, repartindo com eles o pouco alimento que tinha para seus filhos. Como parte integrante da sociedade, se entendemos que o que afeta alguns, deve ser sentido pelos outros, assimilamos, verdadeiramente, a compreensão do laço social que nos une em humanidade para uma convivência em que a solidariedade tenha um lugar de destaque (Denis, 2011a).

Encontramos, nesta entrevistada, um grave problema social, consubstanciado pela omissão estatal em oferecer um lugar adequado para Serafina e o irmão permanecerem enquanto a mãe trabalhava, como também identificamos a insegurança alimentar. A pobreza acentuada impõe a mudança para outra cidade, em busca de proteção dos familiares; em migração forçada essa entrevistada mostra a todo tempo o esforço de sobreviver e de manter sua dignidade.

Zygmunt Bauman (2016), ao tratar do fenômeno das migrações e seus impactos, aponta a omissão dos governos em resolver os problemas gerados pelos fenômenos que agora no capitalismo mundializado alcança proporções que desde antes se apontava. Segundo o autor é muito séria a imposição feita para que indivíduos busquem por si mesmos soluções difíceis em novas culturas e em situações de precariedades. No caso de Serafina, a ausência de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente impôs a mudança da família em busca de

melhores oportunidades para uma vida digna. Mas idas e vindas depois de Minas continuaram. E outros sofrimentos e estratégias de sobrevivência emergiram nos novos espaços.

Ao chegarem ao destino, o tio de Serafina tomou-se de espanto ao ver a situação dos sobrinhos cobertos de minério de ferro. Serafina se sentia amparada na convivência com o tio.

Chegamos tão cansados e completamente cobertos de ferro. Meu tio tinha mandado o dinheiro das passagens e ficou com muita pena quando viu o estado dos sobrinhos e perguntou a minha mãe: Por que você fez isso seus filhos? Minha mãe chorou muito. Com meu tio encontramos amparo.

(Entrevistada Serafina)

Passado um tempo, a mãe decidiu voltar para São Paulo com os filhos. Serafina já contava com 18 (dezoito) anos e foi nesse momento da sua vida que ela conheceu o pai biológico, que era soropositivo. Pai e filha conviveram por um período de seis anos até que ele faleceu de AIDS.

A gente ficou um tempo em Minas e depois minha mãe quis voltar para São Paulo. Quando chegamos em São Paulo, eu fui conhecer meu pai biológico e eu já estava com 18 anos de idade. Ele era casado, tinha filhos. Conheci uma irmã, que era uma criança, mas logo depois ela faleceu de AIDS. Descobri que meu pai era portador de HIV. Eu convivi com meu pai por seis anos e ele também faleceu de AIDS. Ele era usuário de drogas, passou o vírus para a esposa e todos os filhos.

(Entrevistada Serafina)

Nesse período em que conheceu o pai, veio à tona um processo depressivo grave em Serafina, tão sério a ponto de ela tentar suicídio tomando muitos medicamentos de uma só vez. “Era uma depressão profunda”, ela mesma admite “estava mal, não conseguia trabalhar, não saía de casa.”

Quando fala sobre sua melhora em sua saúde mental, ela atribui a três fatores: o uso de medicamentos, a terapia psicológica e o tratamento espiritual no centro espírita.

Eu estava com 18 anos e eu já estava com a depressão instalada, mas eu não sabia. Eu não conseguia me relacionar com as pessoas, tive pensamentos suicidas. E um dia tomei muitos medicamentos, mas graças a Deus eu vomitei. Era uma depressão profunda. Eu fui ao psiquiatra, estava muito mal, não conseguia trabalhar, não saía de casa e o psiquiatra falou para minha mãe que se eu não melhorasse teria de me internar. O psiquiatra era espírita e ele me encaminhou na época para um tratamento espiritual que eu já fazia, mas não levava muito a sério. Os remédios, a terapia com o psicólogo e o tratamento espiritual no centro espírita me ajudaram a me manter de pé.

(Entrevistada Serafina)

De sua formação acadêmica, ela afirma que mesmo no quadro depressivo ingressou no curso de Nutrição e concluiu como a melhor aluna da turma. Ao término da faculdade, foi fazer residência oncológica e ingressou no mercado de trabalho laborando em hospitais e clínicas.

Mesmo com depressão eu cursava a faculdade de Nutrição, e ainda tive crises de pânico, ligava para minha mãe chorando. Minhas colegas eram muito boas. Mesmo doente eu consegui terminar o curso como a primeira aluna da turma, eu tinha as melhores notas. Depois eu fui fazer residência em Nutrição na área de oncologia em hospitais. Trabalhei em vários hospitais e clínicas grandes.

(Entrevistada Serafina)

Sobre sua vida pessoal, a entrevistada conta que se casou jovem, aos vinte e três anos, e que passou dezessete anos no casamento. Desse relacionamento, nasceu Lauro, um filho que ela classifica como maravilhoso, companheiro e amigo.

Eu me casei com 23 anos e tive o Lauro com 31 anos. Ele é filho único. Meu filho é muito bom, maravilhoso, é meu companheiro, meu melhor amigo. Fiquei casada por dezessete anos. Tivemos dificuldades no casamento por conta também das coisas que eu já tinha vivido.

(Entrevistada Serafina)

Ela e o marido viviam uma crise no relacionamento e ambos estavam desempregados, quando resolveram deixar São Paulo para tentar uma nova vida no Ceará. O casamento não se sustentou e Serafina pediu o divórcio.

Minha mãe veio morar no Ceará com o marido dela que foi trabalhar no porto do Pecém. Quando ela chegou no Ceará ficou muito doente e como meu casamento estava em uma fase ruim, meu marido e eu estávamos desempregados, decidimos vir morar aqui, para tentar uma nova vida.

Em 2019 nos separamos. Ele era muito machista e não conseguia compreender muito meu estado emocional, achava que era besteira, e eu não aguentei. A separação partiu de mim. Eu que pedi o divórcio, mas foi muito difícil, para nós todos, Lauro sofreu muito.

(Entrevistada Serafina)

Com boa qualificação profissional Serafina conseguiu empregos ao chegar no Ceará, mas no momento da entrevista ela estava com dificuldades para conseguir uma colocação melhor no mercado de trabalho.

Eu tive bons empregos quando cheguei no Ceará, mas agora estou em um momento mais difícil. Eu faço atendimentos em uma clínica que fica perto de onde eu moro, mas a remuneração é muito baixa, por isso eu também dou reforço escolar.

(Entrevistada Serafina)

De sua relação com a mãe, Serafina afirma que durante muito tempo foi muito difícil a convivência, que o relacionamento entre as duas era tumultuado, mas com o passar dos anos tem melhorado. Ela atribui essa melhoria no convívio pela dependência mútua entre ambas, mãe e filha, e pelas orações que tem feito. Em sua fala demonstra procurar entender o conflito: “Eu, também tento entender porque minha mãe teve uma vida de muitos sofrimentos. A mãe dela (minha avó) deixou o marido e os filhos e foi embora com o amante.”

A minha relação com minha mãe já foi muito conturbada, uma convivência difícil, mas graças a Deus, com muita oração a gente tem tentado superar isso, porque uma precisa da outra. Hoje ela tem problema de saúde e precisa de mim, e eu preciso dela porque eu preciso trabalhar e tenho onde deixar meu filho. Eu, também tento entender porque minha mãe teve uma vida de muitos sofrimentos. A mãe dela (minha avó) deixou o marido e os filhos e foi embora com o amante e ela era uma criança, sofreu muito. E foi um escândalo na época, porque minha avó era de uma família muito rica, de pessoas brancas, e ela deixou tudo e fugiu com um homem negro e naquele tempo a sociedade repudiava uma mulher assim.
(Entrevistada Serafina)

Em relação ao Espiritismo, Serafina diz que o primeiro contato que teve foi quando participou de um retiro de carnaval com jovens espíritas. A partir daí ela começou a ler os livros espíritas e depois namorou um rapaz, cuja família era espírita e a orientou para um tratamento espiritual.

O primeiro contato com o Espiritismo foi em São Paulo. Em um retiro espírita que um primo me convidou na época do Carnaval. O encontro se chamava Folia de Luz e era com jovens espíritas. Eu comecei a participar, a ler livros espíritas. Depois, comecei a namorar com um rapaz que os pais eram espíritas e fiz um tratamento espiritual, porque eu sentia muita coisa e não sabia que era mediunidade. Tinha muitas visões.
(Entrevistada Serafina)

Serafina atribui à doutrina espírita uma melhor compreensão sobre sua vida e seus sofrimentos. “O Espiritismo me ajudou e me ajuda a olhar a vida por um prisma diferente, pois sei que a vida não acaba aqui e que todos nós temos nossas provas e expiações.”

O Espiritismo me ajudou e me ajuda a olhar a vida por um prisma diferente, pois sei que a vida não acaba aqui e que todos nós temos nossas provas e expiações. O conhecimento do anjo da guarda foi crucial no meu tratamento, pois quando eu estava em surto era a ele que eu pedia ajuda.
(Entrevistada Serafina)

Menciona a entrevistada que em determinado tratamento, a psicóloga dizia que ela precisava perdoar para avançar na vida e que as orações e leituras espíritas a ajudaram nesse processo.

Eu fiz um tratamento com uma psicóloga que ela falava que eu precisava perdoar para prosseguir na vida. Eu fazia orações e leituras espíritas para perdoar meu pai, meu padrasto e minha mãe. Perdoar foi o que me ajudou e ainda me ajuda pois estou no processo e aprendendo que toda dor tem uma lição e um aprendizado. E que sempre é tempo de recomeçar e se fortalecer.
(Entrevistada Serafina)

Afirma que quando participa de reuniões mediúnicas observa em algumas comunicações dos espíritos que eles falam de muitos sofrimentos, muitas dores e procura tirar uma lição para si mesma, faz um contínuo exercício de autoconhecimento: “eu aprendo a superar as minhas dores”.

Nas reuniões mediúnicas quando vejo casos tão dolorosos vejo que o meu é mais um em meio de tantos sofrimentos e com as dores dos espíritos eu aprendo a superar as minhas dores.
Eu sentia muita culpa pelo que aconteceu comigo na infância e adolescência, mas eu me libertei. No Espiritismo eu encontrei um Deus bom, não um Deus punitivo.
O Espiritismo é a melhor escola que existe, eu busco me aprimorar moralmente todos os dias. Conheci o Centro Espírita André Luiz em 2018 quando eu estava me divorciando. Eu já havia frequentado o Lar de Clara, fazia parte das reuniões mediúnicas. Quando eu cheguei no Centro Espírita André Luiz eu passei por um tratamento prolongado, porque eu estava com depressão. Eu tomava os medicamentos e fazia o tratamento com magnetismo.
(Entrevistada Serafina)

Para o Espiritismo, os sofrimentos podem ter causas nesta existência ou em existências precedentes (outras reencarnações), pois que o sujeito vive seu transcorrer pedagógico, em suas aprendizagens fazendo-se sujeito de suas escolhas. Assim, cada pessoa, no uso do seu livre-arbítrio responderá pelos atos praticados. Ao ajustar ao mecanismo evolutivo da vida universal, o ser prossegue em direção à sua perfectibilidade, por outro lado, se o sujeito lesa a si e ao outro, estes atos acarretam consequências e esta imperfeição gera sofrimento pessoal e social (Denis, 2011a, 2011b). Os sofrimentos, nesta visão, consistem em uma experiência que culmina pela compreensão entre o que seria ajustar-se e desenvolver-se junto a lei do amor, pois o ser humano é perfectível (Kardec, 2013).

Enquanto existirem imperfeições humanas, o sofrimento estará presente, pois a infração à lei de amor é um desvio na lei divina e sua justiça (Denis, 2011b). Em Kardec (2013, p.82): “Toda imperfeição é ao mesmo tempo uma causa de sofrimento e de privação de gozo, assim como toda qualidade adquirida é uma causa de gozo e de atenuação dos sofrimentos.” Estamos comprometidos, individual e coletivamente, com nossas tarefas evolutivas.

De acordo com Schopenhauer (2011), filósofo materialista, contemporâneo de Allan Kardec, o sofrimento nasce no momento em que a vontade não é satisfeita e, ainda que essa

vontade seja satisfeita e o sofrimento se acabe, sempre surgirá uma nova vontade, que impedida, acarretará um novo sofrimento.

Enquanto para Schopenhauer a vontade acarreta o sofrimento, para Léon Denis (2012, p.31) devemos usar a vontade, definida por ele como “a melhor força motriz para dirigir as forças psíquicas do ser e projetá-las para um objetivo sublime”. Nesse sentido, pela liberdade nossos sofrimentos podem ser evitados por uma vontade direcionada a ideais que considerem o outro e a necessária evolução e sua implicação na justiça social.

As diferenças de perspectiva sobre o sofrimento entre Schopenhauer e Denis podem ser atribuídas a pressupostos metafísicos distintos. Para Schopenhauer, a existência do sofrimento não está vinculada a nenhum sentido transcendente, ao passo que, para Léon Denis, o propósito do sofrimento é a evolução material e espiritual, dois princípios do universo.

Além disso, a gênese do sofrimento em Schopenhauer é a vontade, de tal modo que, se se elimina a vontade, elimina-se o sofrimento. Já na visão espírita de Léon Denis o sofrimento é resultante das escolhas dos sujeitos e das consequências que acarreta a quebra de leis divinas.

De toda forma, para esses autores, a experiência do sofrimento se distingue ainda mais a partir desses pressupostos. Em uma base materialista, o sofrimento carece de transcendência, o que faz com que o sofredor tenha que se deparar com mal-estar em um contexto de um universo que lhe parece caótico, desordenado e aleatório. Já na visão espírita, experienciar o sofrimento, embora seja uma vivência não agradável, pode estar preenchido de valor e sentido na medida em que o sujeito faz aprendizagens evolutivas, e transforma a si e ao mundo. Deus preside a harmonia e, em nosso estágio de evolução, não compreendemos de todo.

Nesse sentido, é válido ressaltar a visão de Frankl (2013), psiquiatra austríaco sobrevivente de campos de concentração, de que o desespero seria o resultado de sofrimento sem sentido. Na visão de Léon Denis, se buscamos o sentido do sofrimento e sua ultrapassagem podemos oferecer mudanças, direcionamento e entendimento para os sujeitos.

Ao discutir o tema do sentido do sofrimento, Frankl (2013) enfatiza a inevitabilidade do sofrimento, principalmente ao definir a tríade trágica da vida: dor, culpa e morte, o que torna necessário buscar para essa experiência um significado. Da mesma forma, Léon Denis afirma que: “Toda a Natureza sofre; tudo o que vive: a planta, o animal e o homem, estão submetidos à dor” (2011-b, p. 285), indicando o sofrimento como parte da existência neste estado de evolução humana, que devemos modificar. A imperfeição humana é temporária, e cabe aos sujeitos transformá-la, porquanto lesa a si, ao outro e às leis divinas que regem o universo. É

nessa acepção que Denis, o filósofo de Tours assente que: “Somos todos iguais diante do perigo, do sofrimento e da morte”.

O psiquiatra austríaco, Frankl (2013) enfatiza que quando o sofrimento pode ser evitado, o que faz sentido é a remoção de sua causa, não o que ele considera uma espécie de masoquismo. Embora o sofrimento pertença a um estágio evolutivo, já que o autor tem como base uma visão de evolução espiritual, não se deve advogar uma postura de insensibilidade, resignação, fatalismo ou até imputação de sofrimento ao outro, aspectos humanos de sua instintualidade e animalidade, que devem se submeter a uma razão emancipadora, potente para superações do que nos envilece. (Denis,2011-b).

Ao contrário, em vez de nos tornar autocentrados e individualistas, o sofrimento deve evocar uma solidariedade, pois “nos obriga a estudar para combater e vencer as causas que o fazem nascer, e o conhecimento dessas causas desperta em nós uma simpatia mais viva por aqueles que sofrem” (Denis, 2011-a, p.159). Nesse sentido, nos escritos políticos e educacionais desse estudioso espírita, o papel da solidariedade com o sofrimento das classes trabalhadoras e das mulheres é destacado repetidamente (Denis, 2011-a).

Mais que isso, assumir uma postura de indiferença e passividade diante do sofrimento iria na contramão da visão que o autor possui da divindade, que, em sua visão, deseja o devir da perfectibilidade para todos, mas sem renunciar à liberdade e ao livre-arbítrio que a humanidade deverá utilizar como um saber. É necessário, para Denis (2011-a, p.84-85) empenhar a vontade para defender um “estado social mais conforme à justiça e à solidariedade” e “um futuro que não conhecerá mais as vergonhas do pauperismo, da ignorância e da guerra”

Retornamos, pois, a Serafina, no modo como se expressou quando concluiu a entrevista afirmando que a terapia, os medicamentos e o Espiritismo são o suporte para prosseguir lutando na vida: “É claro que os medicamentos são importantes, mas Deus nos dá uma firmeza e o Espiritismo nos liberta. Eu sinto que sou a mulher da coragem. Enfrentei muitas coisas na vida e continuo lutando.”

Na perspectiva espiritualista de Léon Denis, este não advoga, mas sim repudia a postura de omissão diante do sofrimento humano, quando se pode intervir em suas causas. O autor sustenta a solidariedade como lei universal. Nesse sentido, exatamente pela experiência do sofrimento fazer parte de nosso estágio evolutivo e ser compartilhado por todos os seres humanos é que a nossa resposta a ele ou a sua evitação deve ser solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivava, analisando linhas da reflexão sobre sofrimento e saber espírita na voz dos sujeitos da pesquisa, identificar diretrizes para a constituição de um Observatório de Direitos Humanos, dialogando com o pensamento do filósofo Léon Denis.

Procedeu-se a uma escuta de histórias de vida e à leitura delas, análise que foi feita mediante um diálogo entre os direitos humanos e perspectivas de reflexão trazidas por León Denis e como forma de preservarmos a identidade dos sujeitos da pesquisa usamos pseudônimos que homenageiam escritoras cearenses dos séculos XIX e XX. Ao levantarmos os sofrimentos vividos no cotidiano dos sujeitos da pesquisa, vimos ser importante a educabilidade dos saberes em direitos humanos e sua socialização no contexto de um espaço dedicado à espiritualidade, onde a reflexividade sobre as vidas das pessoas é relevante. Nesse sentido, os direitos humanos, a dimensão espiritual, e, em particular, a visão de livre-arbítrio e autonomia que ela traz, conforme observamos em Léon Denis, podem auxiliar a pessoa a ascender como sujeito de suas escolhas e a produzir sentidos sobre sua vida. Além disso, a dimensão espiritual é uma dimensão que não deve mais ser silenciada na contemporaneidade.

Diante do que se analisou no corpo da pesquisa, propomos a criação de um Observatório de Direitos Humanos a instalar-se no âmbito de uma casa espírita, pois pode atuar como um vetor para a conscientização de direitos humanos fundamentais e também incentivar os sujeitos a realizarem transformações em todas as dimensões de suas vidas, quando violada a dignidade humana. Constatamos que os sofrimentos das entrevistadas eram, em parte, advindos do cerceamento dos direitos humanos e a busca do saber espírita chegava geralmente nos momentos de situações-limite ou extremadas. Na verdade, quando pensamos nos direitos humanos que estão sempre sendo positivados no ordenamento normativo internacional, é inevitável a reflexão de que a derrogação desses direitos ao longo dos séculos tem sido a própria fonte das lutas sociais que motiva o surgimento dessa legislação.

Verificamos, pelo que falam as vozes dos sujeitos da pesquisa, que para vivermos com dignidade, precisamos de liberdade, igualdade, solidariedade, acesso a direitos como educação, saúde, trabalho, moradia e respeito aos gêneros e à diversidade étnica. Dentre nossas apostas conclusivas, podemos dizer ainda que essas referências em direitos humanos e sua socialização podem se aliar com justiça ao exercício da dimensão espiritual como potencializadora da reflexão sobre o sentido da existência, das experiências vividas e do valor do humano.

No *corpus* da pesquisa, inicialmente, levantamos dados sobre a história do bairro e o contexto de fundação do Centro Espírita André Luiz, resgatando a história do lugar, na qual se

pesquisou a existência do campo de concentração (assim mesmo se chamava) dos retirantes da seca de 1932, nomeado de Campo do Urubu. Os retirantes eram postos em um cerco (um campo determinado, feito acampamento) para não invadir a cidade. Em seguida, analisamos experiências e trajetórias de vida narradas por seis mulheres vinculadas ao centro espírita, focalizando o sofrimento vivido por cada uma, em seu dinamismo pessoal, social e espiritual e estabelecendo contrapontos entre direitos humanos e o pensamento de Léon Denis.

A partir das narrativas, encontramos situações em que os direitos humanos foram cerceados e estabelecemos uma análise das categorias de sofrimento encontradas: privação material, machismo estrutural, racismo estrutural, exorbitância do poder público na esfera privada dos sujeitos (excesso estatal), preconceito contra a diversidade sexual, desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes, crime sexual contra criança e trabalho infantil. Os direitos humanos e a perspectiva de Léon Denis nos ofereceram campos de diálogos para as reflexões analíticas que nos levam a advogar que os sujeitos de direitos devem ser tratados como multidimensionais (com várias dimensões, grosso modo, a biopsicossocial e espiritual).

Com exceção de Emília Freitas (pseudônimo da quarta entrevistada), cujos pais cursaram a universidade e têm condição financeira razoável, embora uma de suas avós sequer tenha tido acesso à alfabetização, as demais entrevistadas têm origem em famílias com acentuada privação material, contudo todas romperam limites dados pelas desigualdades sociais e conquistaram um lugar de autonomia no mundo.

Dentre o conjunto de conclusões da pesquisa, que nos leva a compreender o valor de darmos algumas diretrizes para um Observatório de Direitos Humanos, temos a de que a luta das entrevistadas, como mulher, forneceu suporte para o enfrentamento dos direitos humanos violados. A reflexão espiritual, vivida em contextos espiritistas, funcionou, em momentos críticos e de extrema fragilidade, como potente para devolver às mulheres da pesquisa um sentido maior do próprio valor e dos enfrentamentos que deveriam continuar a fazer, portanto, será importante não fazer o silenciamento da dimensão espiritual, no observatório.

Desse campo de grandes lutas femininas, colhe-se o esforço recorrente em todas as entrevistadas de dar conta do mundo relacional (responsabilidade com a família recebida e a construída), sem abdicar do desafio de estudar e trabalhar em um lugar social digno e novo, em termos geracionais. A pesquisa também revelou como as lutas femininas ocorreram social e politicamente primeiro na esfera do público e depois, viu-se que o privado também era um lugar movido pelas representações do mundo social.

Convém destacar que determinados blocos discursivos trataram de temas que iam surgindo nas falas, como por exemplo, quatro entrevistadas descreveram mais fortemente sofrimentos decorrentes do machismo estrutural (Jane Davy, Nenuphar, Serafina e Emília) e duas (Jane Davy, Nenuphar) mencionaram, explicitamente, a postura de suas próprias ascendentes do sexo feminino em reforço à desigualdade de direitos entre gêneros. O desafio pareceu a todas lutar contra o machismo estrutural, mesmo o das mulheres da família, sem abandonar os afetos, mas fazendo rupturas significativas. Vimos que na família patriarcal se tem o peso grande do controle e da coação, e é percebido nesta dissertação que o âmbito familiar alimenta o pensamento social como este, por sua vez, produz muito do que se tem na esfera doméstica.

Em um histórico das conquistas dos direitos humanos no ocidente, vimos como foram tardias as aquisições do direito das mulheres e, compulsando questões dessa área de estudos, em diversas temporalidades, chegamos ao período da modernidade e observamos que a questão do direito das mulheres foi relegada por muito tempo, pois elas se invisibilizavam ao lhes darem a concha da família para escondê-las. A análise feita mostra que a percepção de que o mundo doméstico também possui sua dimensão política costuma vir depois de as mulheres viverem o mundo social e nele refletirem sobre suas vidas com certo acento crítico. O mundo doméstico parecia-lhes a esfera do “dado”, do que é “natural” e, portanto, não histórico, não mutante. As dimensões (a política e a espiritual) são vitais para uma leitura de si mais autônoma e capaz de considerar o livre-arbítrio.

Diante desses relatos de sofrimentos e do grave aviltamento da dignidade humana, vivido pela negação dos direitos humanos, constata-se a importância de um observatório de direitos humanos que se alie a um estudo de si, como os que se dão na autoeducação proporcionada pela perspectiva espiritista. Tal observatório poderá ser instalado prioritariamente em um bairro periférico (classificado aqui em função da renda *per capita* de seus habitantes), no próprio centro espírita.

Encontramos nos resultados desta pesquisa as diretrizes para a constituição do observatório, essencialmente de caráter educativo. Inicialmente, cumpre anotar que o observatório atenderá a função social do centro espírita, que acolhe a todas as pessoas do bairro, sem qualquer tipo de exclusão. O observatório será um espaço discursivo, que entende o sujeito como um ser multidimensional em busca da transformação individual e social, e terá importante papel no incentivo à solidariedade entre todos, uma vez que defenderá o respeito à dignidade humana, estando em sintonia com o pensamento de Léon Denis.

A primeira diretriz é a de *observação*, que consistirá em catalogar as demandas apresentadas pelos sujeitos para a conseqüente feitura de grupos que façam estudos ao longo do ano, de maneira a ressaltar o aspecto educativo (espírita e no que concerne aos direitos humanos) das demandas apresentadas, ao passo que se vai realizando as outras diretrizes.

A segunda diretriz é a de *encaminhamento*, que orientará quais os órgãos e as pessoas que deverão buscar para reivindicar seus direitos, compreendendo orientações para requerimentos administrativos, bem como direcionamento a uma assessoria jurídica, para os casos que demandem a tutela do Poder Judiciário.

A terceira diretriz é a de *educação jurídica popular*, cuja finalidade é conferir maior autonomia aos sujeitos, a partir do conhecimento de seus direitos, bem como a conscientização da importância do respeito aos direitos dos outros, em uma proposta que se coaduna com o estímulo e a composição amigável dos sujeitos antes da judicialização, favorecendo uma cultura de paz, todavia sem afastar a diretriz de *encaminhamento*, nos casos em que seja necessário.

A troca de conhecimento não será mera explicação sobre direitos. Em rodas de conversa serão feitas abordagens temáticas sobre as situações que vão sendo catalogadas pelo observatório. Os encontros, que poderão ser mensais, bimensais ou por trimestre, deverão incluir, no máximo, cinco temas diferentes que envolvam os direitos humanos, extraídos das questões problematizadas nos grupos de estudo formados, de modo a não serem tratados de maneira superficial. Os estudos nos grupos deverão estar alinhados com o pensamento cristão e comportar sua leitura espírita, para que a dimensão do livre-arbítrio e da autonomia de pensamento se conjuguem com a autoeducação do espírito. Através da educação jurídica popular (instrução básica dos direitos para o exercício da cidadania), o observatório trabalhará para conferir maior reflexão, conhecimento e autonomia aos sujeitos e estará aberto a todos os moradores do bairro, de qualquer vertente religiosa ou sem crença alguma, mas atendendo às diretrizes do centro espírita e acolhendo a reflexão feita sem alijar a dimensão espiritual.

O observatório poderá contar como aliado com alguns sujeitos e espaços que atuam na educação jurídica popular, nesse sentido trabalhando para o exercício da função de promoção do desenvolvimento dos sujeitos para a defesa de seus direitos, a partir do conhecimento que irão acessando. Deverá, também, caminhar na trilha de uma cultura de paz que alicerce a espiritualidade, postura compromissada com transformações e o exercício efetivo de solidariedades.

Concluimos, portanto, que será relevante para a defesa dos direitos humanos, a constituição de um observatório no Centro Espírita André Luiz, a ser nominado Observatório

de Direitos Humanos Léon Denis, que servirá como um aparelho de observação (dos direitos mitigados aos atores sociais) e de encaminhamento (aos órgãos adequados para a busca desses direitos), mas também exercerá a função de uma instância educativa que se torna antena vigilante no atendimento, acolhimento e esclarecimento junto ao sofrimento social do lugar.

Entendemos que esse modo de educação poderá contribuir para um apoio às pessoas que participarão desses encontros grupais e esclarecimentos, pois através do conhecimento dos direitos humanos e da conscientização de que conhecer direitos carrega implicitamente a responsabilidade de lutar por eles, para si e para os outros que se passa a exercer solidariedades. Conhecer direitos é, também, reconhecer direitos do outro. Nesse sentido, o observatório terá por escopo contribuir para uma convivência mais pacífica e solidária, evitando preconceitos e discriminações, bem como reduzindo os índices de violência nos grupos sociais variados, em especial familiares e de bairro, pois que unidos à perspectiva espiritual tornam possível melhor compreensão da importância do respeito à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In.* ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**, p. 13-36, 2004.

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **Mulheres beletristas e educadoras: Francisca Clotilde na sociedade cearense – de 1862 a 1935**. Relatório de Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

ALMEIDA, Maria Inês Godinho. Violência simbólica contra a mulher: Do espaço doméstico à universidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília-RIPPMar**, Marília, v. 6, n. 1, 2020.

ALMEIDA, Nilton Melo. **Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: Rebeldes pelos caminhos de ferro**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2009. 307 f.

ALVES, Camila Aloísio. O uso de narrativas biográficas em investigação: Quais valores, posturas e métodos adotar? **Revista Portuguesa de Educação**, v. 33, n. 2, p. 279-294, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/19741>. Acesso em: 28 out. 2023.

AVELINE, Ricardo S. **Constitucionalismo Inglês do Período Medieval à Carta de Direitos: a longa batalha entre vontade divina e direito que levou à criação da Carta de Direitos**. *Ciência em Movimento*, v. 25, n. 52, p. 3-14, 2023.

AVERSA, Victor P. A “Morte” na Doutrina Espírita de Allan Kardec: Um Comparativo aos Invariantes Culturais propostos por Maurice Godelier. **Último Andar**, n. 32, p. 123-142, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 70, 1977.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Liga do Ensino no Brasil e a Revista Liga do Ensino (1883-1884). **História da Educação**, v. 11, n. 21, p. 225-246, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar. 2016

BAUMAND, Claire. **Léon Denis na Intimidade**. Rio de Janeiro: CELD. 2011.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Comer na escola: significados e implicações. 2002. **Relatório de Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.**

BIGLIARDI, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina. **Violência contra mulheres: a vulnerabilidade feminina e o perfil dos agressores**. Curitiba: Juruá, 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 junho 2023.

BRASIL. **Decreto 30.544 de 14 de fevereiro de 1952**. Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá.

BRASIL. **Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

BRASIL. **Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm

BRASIL. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. **Lei 4.229 de 1º de junho de 1963**. Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1963. Disponível em :

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal.

BRASIL. Decreto 13.687 de 09 de julho de 1919. Aprova o regulamento para a Inspetoria de Obras Contra as Secas. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v. e., p. 47-73, 1920. Disponível

em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto 21.410 de 16 de maio de 1932. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 20 mil contos de réis para serviços de ačudagem rodoviários, ferroviários e outros. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/5/1932, Página 9761. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21410-16-maio-1932-500759-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 set. 2022

BRASIL. Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909. Aprova o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das secas. **Diário Oficial** - 26/10/1909, Página 7702 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto 30.544 de 14 de fevereiro de 1952**. Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 8.486 de 28 de dezembro de 1945**. Dispõe sobre a reorganização da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D. N. O. C. S.). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8486-28-dezembro-1945-416385-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. **Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 set. 2022

BRASIL. **Portaria 204 do Ministério da Saúde de 17 de fevereiro de 2016**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html acesso em 08/10/2023 às 01:03h

BRASIL. **Portaria MS/GM nº 1.356**, de 23 de junho de 2006, do Ministério da Saúde https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/observatorio-promocao-a-saude/portarias/portaria_gm1356_2006.pdf

BUNGART NETO, P. O Apagamento da Memória Coletiva Brasileira e a Institucionalização do Esquecimento. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 16, n. 26, 2021. DOI: 10.22456/2594-8962.116636. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/116636>. Acesso em: 28 set. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Cotidiano: Breve Memória da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

CARVALHO, Zilmara de Jesus *et al.* Direitos humanos e estado de direito: Hegel e o jusnaturalismo em Rousseau. **Cadernos Miroslav Milovic**, Porto de Galinhas, v. 1, n. 1, p. 29-40, 2023.

CERTEAU, Michel et al. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, Vozes, 2014.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação como educação ao direito. **Arquivo Brasileiro de Educação**. v.11, n.20, p. 121-136, 2023.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Imprensa Universitária, 2020.

DE LUNETTA, Avaetê et al. Procedimentos metodológicos de classificação das pesquisas científicas. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 23, n. 1, p. 303-311, 2023.

DE SOUZA, Ismael Francisco; SERAFIM, Renata Nápoli Vieira. Os direitos humanos da criança: análise das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 1, p. 191-218, 2019.

DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM. Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.declaracao_americana.htm. Acesso em 02/10/2023

DEMO, Pedro. Pobreza política. **Pobreza Política**, p. 67-84, 2010

DENIS, Léon. **Depois da Morte**. Rio de Janeiro: CELD Editora, 2011-a.

DENIS, Léon. **No Invisível**. Rio de Janeiro: CELD Editora, 2011.

DENIS, Léon. **O Além e a sobrevivência do ser**. Brasília: FEB, 2013.

DENIS, Léon. **O Porquê da vida**. Rio de Janeiro: CELD Editora, 2011.

DENIS, Léon. **O problema do ser, do destino e da dor**. FEB Editora, 2018.

DENIS, Léon. **O problema do ser, do destino e da dor**. Rio de Janeiro: CELD Editora, 2011b.

DENIS, Léon. **O Progresso**. Rio de Janeiro: CELD Editora.2012.

DENIS, Léon. **Socialismo e Espiritismo**. Rio de Janeiro: CELD Editora. 2012.

DÍAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Patriarcado e o Poder: Uma Abordagem Interdisciplinar. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 8, p. e483939-e483939, 2023.

DONCATTO, Rafaela Maino; DOS SANTOS, Karinne Emanoela Goettems. Feminismo e acesso à justiça:: em busca da igualdade substancial de gênero. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 11, n. 1, p. 239-261, 2023.

DOS SANTOS, Faustino. O diálogo inter-religioso a partir, e não apesar, da fé cristã. **Pesquisas em Teologia**, v. 6, n. 11, p. 144-158, 2023.

DUBAR, Claude. **Trajórias sociais e formas identitárias**: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In. Revista Educação & Sociedade. ano XIX, n. 62. Caderno de Estudos de Educação e Sociedade - Unicamp. Campinas-SP, abr, 1998. Disponível em: . Acesso: 09/09/2014.

FAÇANHA, Tainah Rodrigues; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; DIÓGENES, Glória. A dimensão [i] material da arquitetura industrial de fortaleza: Um estudo sobre as “Oficinas do Urubu”. **Indisciplinar**, v. 7, n. 2, p. 338-361, 2021.

FARIAS, Airton. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura. 2012

FARIAS, Luiz Antonio Chaves et al. Tão ricos e tão escolarizados? O perfil sociodemográfico dos espíritas no Brasil. **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais** p. 1-18, 2019.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2009.

FLORES, Joaquín Herrera. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade da resistência. **Direito e Democracia**, v. 4, n. 2, 2003.

FONTENELE, Klycia Fontenele. **Práxis comunicativa no Antônio Bezerra**: das memórias do vivido às imagens do bairro e de si que os moradores constroem. Dissertação de mestrado, Curso de Comunicações da UFC. Ano: 2015.

FORTALEZA(CE). **Lei 3.013 de 17 de setembro de 1965**. Alteração do nome do bairro Floresta para Álvaro Weyne.

FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Título original: Declaration des Droits de l'Homme et du Citoyen.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Editora Sinodal, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2021

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo; OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Pedagogia da solidariedade**. Editora Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo; MACEDO Donaldo. **Alfabetização. Leitura do mundo. Leitura da palavra.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Conscientização.** Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Tamara. **Dupla jornada e salários menores:** realidade que ainda afeta mulheres. Agência Brasil, março. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-03/dupla-jornada-e-salarios-menores-realidade-que-ainda-afeta-mulheres>.

FREITAS, Clarissa Sampaio; PEQUENO, L. Renato Bezerra. Produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2000: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais(RBEUR)**, v. 17, n. 1, 2015, pp. 45-59. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Recife, Brasil.

GODINHO, Maria Inês Almeida. **Violência simbólica contra a mulher:** do espaço doméstico à universidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília-RIPPMar**, v. 6, n. 1, 2020.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. A construção histórico-sociológica dos direitos humanos. **ORG & DEMO**, v. 11, n. 2, p. 95-112, 2010.

HALLEY, Bruno Maia. O bairro e os enredos do lugar. **Geograficidade**, v. 4, n. 1, p. 43-57, 2014.

HINTZE, H. **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira.** *Paco e Littera*, v. 82. 2021.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Editora Companhia das Letras, 2009.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade. Ensaio de uma técnica para a civilização tecnológica.** Ed. PUC Rio, Rio de Janeiro, 2011.

JORGE FILHO, Edgard José. Livre-arbítrio, corpo e alma imortal, em Kant. **Studia Kantiana**, v. 16, n. 2, p. 19-40, 2018.

JOVCHELOVICH S, BAUER MW. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. 2000. Narrative interviewing. In: BAUER, M.; GASKELL, B. (Eds.). **Qualitative researching with text, image and sound: a practical handbook.** p. 57-74. London, England: Sage Publications.2013

KARDEC, Allan. **O Céu e o Inferno, ou, a justiça divina segundo o espiritismo.** FEB. 2013

- KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. [Tradução de Guillon Ribeiro]. 81ª Edição. Brasília: FEB, 2013.
- KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. [Tradução de Evandro Noletto Bezerra]. 4ª Edição. Brasília: FEB, 2016.
- KARDEC, Allan. **O Livro dos Médiuns**. [Tradução de Guillon Ribeiro]. 81ª Edição. Brasília: FEB, 2018.
- KETTERER, Valérie. Mulheres de Letras no Ceará (1880 – 1925): dos Escritos à Cena Pública. In: **Revista de Letras**, v. 18, nº 2, 1996, p.102-110.
- KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, RLL da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Revista Perspectiva, Erechim**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015.
- KLEIN FILHO, Luciano. Luiz de França e os 120 anos do primeiro grupo espírita do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. p. 167-179 Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2015/2015-6-luizdefrancadealmeidaeos120anosdogrupoespiritaceara.pdf>
- LIMA, Sílvia Tibo Barbosa. Direitos humanos dos negros - Racismo estrutural, necropolítica, interseccionalidade e o mito da democracia racial no Brasil. **Revista Educação e Humanidades**, v. 1, n. 2, jul-dez, p. 119-132, 2020.
- LIMONAD, Ester. **Os Lugares da Urbanização: O caso do interior fluminense**. Tese (Doutorado) – FAUUSP. São Paulo: 1996.
- LOPES, Ana Maria D'Ávila. **A proteção dos direitos das minorias culturais: entre o controle de convencionalidade e a margem de apreciação nacional**. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2022.
- LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.
- LUCE, Gaston. **Léon Denis: o apóstolo do Espiritismo, sua vida, sua obra**. Rio de Janeiro: CELD, 2013.
- MATOS, Fernanda & DIAS, Reinaldo. **Patriarcado e poder: uma abordagem interdisciplinar**. RECIMA 21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia, v.4, n.8, 2023.
- MENDRAS, Henri et al. **Sociologia Rural**. Zahar Editores. Rio de Janeiro:1969
- MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. **Direito e desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre; Sulina, 2007.

NEUSTADT, Mônica Nunes. A favela como lugar: A representação da comunidade no curta Acende a luz. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 2, n. 2, p. 226-240, 2013.

NEVES, Frederico de Castro. Cural dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

NOVO, Benigno Nuñez. **Direito à Educação**. Revista Jurídica Portucalense. Law Journal. Ano: 2023.

OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa. **É ou não é um quadro Chico da Silva?** Estratégias de autenticação e singularização no mercado de pintura em Fortaleza. 2015.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Diretrizes metodológicas freireanas e a educação jurídica popular. **InSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais**, v. 4038, 2015.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; PINHEIRO, Thaís Teixeira; VILLANI, Monique. O processo de favelização no contexto de urbanização. Salão do Conhecimento, **XXVIII Seminário de Iniciação Científica. Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 6, n. 6, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 01 de dez. 2022.

PACHÁ, Patrícia; DE CAMPOS MOREIRA, Lúcia Vaz. ENTREVISTA NARRATIVA COMO TÉCNICA DE PESQUISA. *Synesis* (ISSN 1984-6754), v. 14, n. 1, p. 157-168, 2022.

PASINATTO, Liamara; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; PINHEIRO, Thaís Teixeira;

PINTO, Amanda Marques et al. Movimentos feministas insurgentes: microativismos, performances urbanas, vulnerabilidades em resistência. 2022.

PIOVESAN, Flávia C. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. **Rev. TST**, Brasília, vol. 75, nº 1, jan/mar 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. Saraiva Jur, 2022.

PIRES, Herculano. **O Centro Espírita**. Disponível em: <https://www.luzespirita.org.br/leitura/pdf/126.pdf> Acesso em 28 set. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PUSSETTI C, BRAZZABENI M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. 2011 Oct 1;15(3):467-78.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2005.

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios**. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. **Sociologias**, v. 18, p. 198-230, 2016.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Ed. Unicamp: Campinas. SP. 2020

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2001.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. 2014.

ROCHA, Ivan Esperança. **O Cilindro de Ciro**. Notandum, n. 54, p. 63-73, 2020.

ROCHA, Rosana Oliveira. Literatura, epistemicídio e humanização. *In: VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. p.39-52, 2022.

RODRIGUES, Maria Lucia (org.). **Ensaio multidimensionais**. São Paulo: EDUC: PPG Serviço Social PUC-SP: CAPES, 2022.

RODRIGUES, Maria Lucia. Metodologia multidimensional em ciências humanas: um ensaio a partir do pensamento de Edgar Morin. *In: RODRIGUES & LIMENA (orgs.)*. **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Liberlivro, 2006.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **Sob as botas do Império Persa**. Dimensões, n. 17, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social: Princípios do Direito Político**. São Paulo; Abril Cultural, 2009.

SAGMACS. **Aspectos humanos da favela carioca**. O Estado de São Paulo, suplementos especiais, abril. 1960.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **Para onde sopram os ventos: políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/Fortaleza/CE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado - fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 15-25, 1999.

SARTI, Cintia. **Feminismo e contexto**: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.31-48.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Contraponto. 2001.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o sofrimento do mundo e outros ensaios**. L&PM Pocket, 2022.

SILVA, Débora Marques da. **Pirambu e suas geografias**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, 197 f. Fortaleza, 2006.

SILVA, José Borzacchiello da & CAVALCANTE, Tercia Correia. **Atlas Escolar-Ceará**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa, Grafset, 1992.

SOARES, Amanda Cantú Rodrigues; MAZZARINO, Jane Márcia. Feminismo de internet: como as redes sociais contribuem para o desenvolvimento da Quarta Onda Feminista no Brasil. **Contratexto**, n. 036, p. 261-286, 2021.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; RECH, Jane. Biologia do conhecer e conversar liberador: inspirações para práticas precursoras de convivência de paz no ambiente escolar. In. **Educação e espiritualidade: tessituras para construção de uma cultura de paz**, Caxias do Sul, RS : Educs, 2016. p. 36-51.

TEIXEIRA, Érica J. P.; PACÍFICO, J. M.; BARROS, J. A. O diário de campo como instrumento na pesquisa científica: contribuições e orientações. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 1678–1705, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n2-035. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1090>. Acesso em: 1 set. 2023.

VILLANI, Monique. O processo de favelização no panorama histórico brasileiro. **Anais do XX Seminário Interinstitucional de Ensino Pesquisa e Extensão**. Unicruz, Cruz Alta-Rio Grande do Sul, 2015.

WANTUIL, Zêus; THIESEN, Francisco. **Allan Kardec**: o educador e o codificador. FEB Editora, 2021.

XIMENES, Maria; LINHARES, Ângela. **Educação Jurídica no Âmbito de uma Reflexão sobre Autodeterminação e Liberdade**. Editora CRV. 2021.

YUS, R. **Educação integral**: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do Projeto: “SOFRIMENTO E SABER ESPÍRITA: SUBSÍDIOS PARA UM OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE LEÓN DENIS”

Pesquisador Responsável: Maria do Carmo Leal Ximenes

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares

Instituição: Universidade Federal do Ceará – UFC; Programa de pós-graduação em Educação

Telefone para contato: (85) 988510708

Prezado (a) Senhor (a),

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa em participar da pesquisa a qualquer momento, você não será penalizado (a) nem perderá benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Analisar as linhas mestras da reflexão sobre sofrimento e saber espírita, objetivando identificar diretrizes para um Observatório de Direitos Humanos, no Centro Espírita André Luiz, tendo como referência fundante o pensamento de León Denis.

Riscos: O presente trabalho apresenta risco mínimo à população estudada, consistindo em desconforto decorrente do tempo necessário para a realização de entrevistas abertas e rodas de conversa. O mesmo envolve metodologias apropriadas para o tipo de pesquisa, não causadores de danos à saúde, com evidências abrangentes da literatura científica. Além disto, o voluntário tem ampla autonomia para recusar a participação por decisão voluntária.

Procedimentos: A pesquisa está sendo realizada após aprovação do CEP/UFC. Você tem o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, sem qualquer prejuízo da

continuidade do acompanhamento/ tratamento usual. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas na disponibilidade para responder à entrevista sobre sofrimento e direitos humanos, com a duração de no máximo 20 minutos e a participar da roda de conversa sobre o sofrimento e os direitos humanos Fundamentos em León Denis, com duração de 1h.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, bem como dar subsídios à construção de um Observatório de Direitos humanos no Centro Espírita André Luiz a fim de atender tanto aos seus participantes, quanto à população do bairro Álvaro Weyne e bairros adjacentes.

Sigilo: Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso às suas informações para verificar as informações do estudo.

A qualquer momento você poderá retirar o consentimento de participação da pesquisa.

Consentimento de Participação da Pessoa como Sujeito

Eu, _____, RG _____, CPF _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo **“SOFRIMENTO E SABER ESPÍRITA: SUBSÍDIOS PARA UM OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE LEÓN DENIS”**, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Discuti com Maria do Carmo Leal Ximenes sobre a minha decisão em participar deste estudo. Ficaram claros pra mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento/assistência/tratamento neste serviço.

Fortaleza, _____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do participante na pesquisa

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do pesquisador responsável

Observações complementares

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Endereço do (as) responsável (is) pela pesquisa

Nome: Maria do Carmo Leal Ximenes

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Faculdade de Educação, LHEC/ PPGE

Telefones para contato: (85) 88510708

Nome: Ângela Maria Bessa Linhares

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Educação UFC

Telefones para contato: (85) 9

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: SOFRIMENTO E SABER ESPÍRITA: SUBSÍDIOS PARA UM OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE LEÓN DENIS **Pesquisador:** MARIA DO CARMO LEAL XIMENES **Área Temática:**
Versão: 1

CAAE: 73508723.1.0000.5054

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.437.321

Apresentação do Projeto:

A população em vulnerabilidade social no Brasil não tem alimentação suficiente, emprego, moradia e sofre privações que ultrapassam o aspecto material. A violência estrutural e relacional, que lesa a pessoa, repercute na dignidade humana, que cimeta as relações sociais e sustenta os direitos humanos fundamentais. Assim, quanto mais distanciado o sujeito das possibilidades do desenvolvimento de suas potencialidades, maior a marginalização que ele sofre, chegando ao ponto de ser invisibilizado para todo o corpo social. Com isso, compreendemos que os pilares da doutrina espírita, compilados nas obras de Allan Kardec, estão ligados a uma compreensão particular sobre o ser espiritual que somos. Nessa concepção, a razão do sofrimento na existência humana e sobre o sentido da própria vida inclui a necessidade de transformação pessoal e intervenção no mundo como tarefa também de evolução espiritual, aspectos centrais no pensamento espírita. Será realizado um estudo com abordagem qualitativa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

-Analisar as linhas mestras da reflexão sobre sofrimento e saber espírita, objetivando identificar diretrizes para um Observatório de Direitos Humanos, no Centro Espírita André Luiz, tendo como referência fundante o pensamento de León Denis.

Objetivo Secundário:

- Levantar a história do bairro Álvaro Weyne e do contexto de fundação do Centro Espírita André Luiz, em Fortaleza, espaço social onde se realiza a pesquisa.
- Identificar o sofrimento vivido pelos sujeitos participantes do Centro Espírita nas suas experiências e trajetórias de vida, em seu dinamismo pessoal, social e espiritual.
- Criar uma roda de conversa com sujeitos do Centro Espírita André Luiz para a captura de suas visões de sofrimento e saberes espíritas, em diálogo com o pensamento de Léon Denis, fazendo as reflexões e fornecendo as diretrizes necessárias para a construção de um Observatório de Direitos Humanos no referido Centro Espírita.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O presente trabalho apresenta risco mínimo à população estudada, consistindo em desconforto decorrente do tempo necessário para a realização de entrevistas abertas e rodas de conversa. O mesmo envolve metodologias apropriadas para o tipo de pesquisa, não causadores de danos à saúde, com evidências abrangentes da literatura científica. Além disto, o voluntário tem ampla autonomia para recusar a participação por decisão voluntária.

Benefícios:

Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, bem como dar subsídios à construção de um Observatório de Direitos humanos no Centro Espírita André Luiz a fim de atender tanto aos seus participantes, quanto à população do bairro Álvaro Weyne e bairros adjacentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto em questão está com a escrita razoável. Porém, de boa leitura e entendimento. Está incluído desenho do estudo, introdução, objetivos, metodologia, cronograma de atividades, orçamento e outros. A documentação exigida pela RESOLUÇÃO 466/2012/CNS/MS que regulamenta os estudos aplicados aos seres humanos está incluída.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação do trabalho estão coerentes com o tema abordado e o rigor da ética em pesquisa.

Recomendações:

O projeto de pesquisa está devidamente instruído para que o mesmo seja executado. Há uma sugestão de melhoria da fundamentação teórica, mas está eticamente correto. Portanto o parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2184155.pdf	27/07/2023 18:00:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodepesquisaMariafinal.pdf	27/07/2023 17:58:51	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_DO_LOCAL_DE_REALIZACAO_DA_PESQUISA_Maria.pdf	27/07/2023 17:45:41	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Outros	CARTEDEANUENCIA.pdf	27/07/2023 17:34:33	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Declaração de concordância	TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS_Maria.pdf	27/07/2023 17:31:50	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/07/2023 17:20:33	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Orçamento	DECLARACAODEORCAMENTOFINAL CEIRO.pdf	27/07/2023 17:16:46	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAODOSPESQUISADORES ENVOLVIDOSNAPESQUISA.pdf	27/07/2023 17:15:08	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	27/07/2023 17:14:08	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito
Folha de Rosto	doc02475220230725143354.pdf	27/07/2023 17:02:11	MARIA DO CARMO LEAL XIMENES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 20 de Outubro de 2023

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))